



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DANIELE PELAES DAMASCENO

**VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM
CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE MACAPÁ-AP**

MACAPÁ/AP

2024

DANIELE PELAES DAMASCENO

**VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS
DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE MACAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Amapá, como
requisito para obtenção do Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades

Orientadora: Profa. Dra. Ângela do Céu Ubaiara Brito

MACAPÁ/AP

2024

DANIELE PELAES DAMASCENO

VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS
DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACAPÁ

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Angela do Céu Ubaiara Brito
Presidente (Universidade do Estado do Amapá- UEAP)

Profª Dr. Arthane Menezes Figueirêdo
Titular Interno (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP)

Prof. Dr. Márcio de Oliveira
Titular Externo (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)

Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira Suplente Interno
(Universidade Federal do Amapá - UNIFAP)

Profª Dr. Kátia Paulino dos Santos Suplente Externo
(Universidade do Estado do Amapá - UEAP)

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Biblioteca Central/UNIFAP-
Macapá-AP

Elaborado por Cristina Fernandes –
CRB-2 / 1569

D155v Damasceno, Daniele Pelaes.

Violência sexual na infância: práticas pedagógicas com crianças do 2º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Macapá-AP / Daniele Pelaes Damasceno. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 141 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá,
Coordenação do Curso do Programa de Pós-Graduação em Educação.
Macapá, 2024.

Orientadora: Profª Drª Angela do Céu Ubaiara Brito.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Violência sexual. 2. Infância. 3. Prática pedagógica. I. Brito, Angela do Céu Ubaiara, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 362.7

DAMASCENO, Daniele Pelaes. Violência sexual na infância: práticas pedagógicas com crianças do 2º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Macapá-AP. Orientadora: Profª Drª Angela do Céu Ubaiara Brito. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e sabedoria, que me permitiram chegar até aqui.

Sou grata à minha filha pelo amor, compreensão e apoio, mesmo nos dias que isso lhe faltara por eu estar debruçada nos estudos. Agradeço aos meus pais pelo constante apoio.

Minha calorosa gratidão vai também à minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Angela Ubaiara, por me acompanhar desde o início dessa jornada de pesquisa, suas valiosas orientações garantiram um percurso seguro e bem-sucedido. Mulher que é exemplo de dedicação à pesquisa e extensão em prol da infância, obrigada pelos ensinamentos.

Por fim, agradeço à professora Daylane (participante da pesquisa) e aos seus alunos (as), que me receberam de forma amável, receptiva e respeitosa, o que me proporcionou ricas experiências de aprendizado. Agradeço pela oportunidade de convivência com uma profissional que faz valer a pena a frase “educar com e por amor”.

Abuso

Apareceu

A suspeita da devastação, da destruição.

*Que ninguém viu, que surgiu no silêncio, da tarde
ou da noite.*

Firmou-se na frente do muro. Mudo.

Pela saída do fundo.

Na presença de todos.

E foi devastando devagar.

Foi chegando sem parar, invadindo cada canto,

Implodindo todo encanto, do corpo agora violado.

*Como sobreviver à guerra quieta do ser? Salvar-
se do desgosto*

Posto no rosto.

Apegar-se ao pó, à sombra. De que, de quem?

No cinza da roupa

*Que veste e reverte, vê-se a imagem daquele que
deveria proteger*

Mas deixou de fazer.

Margarete S. Marques (2006)

RESUMO

O presente estudo encontra-se no campo de discussões das práticas pedagógicas na perspectiva da Educação intercultural e emancipatória para formação educativa e preventiva da violência sexual contra as crianças. O trabalho é desenvolvido na linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UNIFAP). A questão norteadora busca investigar de que forma a professora desenvolve as práticas pedagógicas acerca da violência sexual com as crianças, no sentido de trabalhar conceitos, formação, informação e ações de proteção resguardando os seus direitos na infância? Assim, tem como objetivo geral: analisar as práticas pedagógicas acerca de prevenção da violência sexual contra crianças em uma turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Macapá-AP. Especificamente, buscou descrever a epistemologia da prática intercultural e emancipatória que aborde a discussão da Sexualidade e Violência Sexual na perspectiva da infância; caracterizar as estratégias metodológicas de ensino utilizadas pela professora em relação ao trabalho sobre violência sexual na infância; averiguar como as práticas pedagógicas discutem sobre a proteção dos direitos da criança, entre eles o direito ao respeito e dignidade e identificar os conceitos sobre violência abordados com as crianças no sentido de prevenção de abuso sexual na infância. A metodologia fundamenta-se na abordagem qualitativa, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), Minayo (2001), sendo um estudo de caso fundamentado em Yin (2001), por se tratar de uma investigação profunda e sistemática de uma instância específica. Os instrumentos de coleta de dados alicerçam nas 3 (três) fontes de evidências propostas por Yin (2001) sendo: A documentação, artefatos físicos e observação direta. O *locus* de pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Roraima. Os participantes envolveram a professora de uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental e 23 alunos. O tratamento dos dados foi realizado por meio da Análise de Conteúdo segundo Bardin (2016), respeitando-se os devidos princípios éticos da pesquisa. Os resultados estão divididos em duas subseções baseadas nas categorias de análise, as quais compreenderam 12 excertos de práticas pedagógicas utilizadas pela docente com as crianças. Os resultados do trabalho indicam que a professora desenvolveu práticas pedagógicas lúdicas e intencionais, fundamentadas em uma educação sexual que visa a compreensão de conceitos, formação, informação e ações de proteção para garantir os direitos das crianças, especialmente, no que diz respeito à violência sexual na infância. Percebeu-se que as atividades foram organizadas afim de incentivar a interação das crianças no processo de aprendizagem, com rodas de conversa, contações de histórias, jogos e dinâmicas lúdicas, que refletiu o cuidado ao abordar o tema, respeitando a idade das crianças da turma. Assim, espera-se contribuir na formação de crianças e adultos acerca da temática da violência sexual, apresentando estratégias de autoproteção, de forma mais lúdica, interessante e adequada à infância.

Palavras-chave: Violência Sexual. Infância. Prática pedagógica. Proteção. Formação.

ABSTRACT

This study falls within the realm of discussions on pedagogical practices from the perspective of intercultural and emancipatory education for the educational and preventive training against sexual violence towards children. The research is conducted under the line of investigation: Education, Cultures, and Diversity within the Postgraduate Program in Education (PPGED/UNIFAP). The guiding question seeks to investigate how the teacher develops pedagogical practices related to sexual violence with children, focusing on working with concepts, training, information, and protective actions to safeguard their rights during childhood. The objective is to understand the development of pedagogical practices focused on sexual violence in childhood, aiming to grasp the concepts, training, information, and protective actions related to children's rights. Specific objectives include: describing the epistemology of intercultural and emancipatory practices that address discussions on sexuality and sexual violence from a childhood perspective; characterizing the teaching strategies employed by the teacher concerning work on sexual violence in childhood; and examining how pedagogical practices discuss the protection of children's rights, including the right to respect and dignity. The methodology is grounded in a qualitative approach, according to Denzin and Lincoln (2006) and Minayo (2001), and is a case study based on Yin (2001), as it involves an in-depth and systematic investigation of a specific instance. Data collection instruments are based on the three sources of evidence proposed by Yin (2001), namely: documentation, physical artifacts, and direct observation. The research locus is the Municipal Elementary School of Roraima. Participants included the teacher of a 2nd-grade class and 23 students. Data analysis was conducted using Content Analysis according to Bardin (2016), adhering to the ethical principles of research. Results are divided into two subsections based on the analysis categories, which included 12 excerpts of pedagogical practices used by the teacher with the children. Findings indicate that the teacher developed playful and intentional pedagogical practices based on sexual education aimed at understanding concepts, training, information, and protective actions to ensure children's rights, particularly regarding sexual violence in childhood. It was observed that activities were organized to encourage children's interaction in the learning process, through conversation circles, storytelling, games, and playful dynamics, reflecting careful consideration of the topic while respecting the children's age. It is hoped that this will contribute to the education of children and adults on the topic of sexual violence, presenting self-protection strategies in a more playful, engaging, and age-appropriate manner.

Keywords: Sexual Violence, Childhood, Pedagogical Practice, Protection, Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Tal adulto, tal criança: a imitação	38
Figura 2- Localização da instituição	74
Figura 3- Foto da entrada e refeitório da E.M.E.F Roraima	74
Figura 4- A professora e seus (as) alunos (as)	75
Figura 5: Página do Livro Pipo e Fifi	84
Figura 6- Cena do Toque do não do livro Pipo e Fifi	87
Figura 7 - O jogo Trilha da Proteção	94
Figura 8- Cartas do jogo	995
Figura 9- Registro da contação de história	104
Figura 10: Página do livro infantil	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Pesquisa por descritores	20
Quadro 2- Bibliografia anotada: Violência Sexual Infantil	22
Quadro 3- Pesquisa por descritores	24
Quadro 4- bibliografia anotada: Práticas pedagógicas e violência sexual	24
Quadro 5- Sinais emocionais da violência sexual	61
Quadro 6- Sinais interpessoais da violência sexual	62
Quadro 7- Sinais comportamentais da violência sexual	63
Quadro 8- Sinais cognitivos da violência sexual	64
Quadro 9- Sinais físicos da violência sexual	65
Quadro 10- Sinais sexuais da violência sexual	65
Quadro 11- Planejamentos das práticas docente	71
Quadro 12- Os artefatos físicos usados pela docente nas práticas	72
Quadro 13- Dias de observação no campo de pesquisa	77
Quadro 14- Descrição dos livros infantis utilizados nas práticas	79
Quadro 15: Categorização e organização das práticas pedagógicas	77
Quadro 16- Momento de contação da história Pipo e Fifi	87
Quadro 17- Momento de contação e diálogo sobre o livro infantil	88
Quadro 18- Momentos da prática	92
Quadro 19- Momentos da atividade	94
Quadro 20- Atividades das crianças	95
Quadro 21- Momentos do jogo	98
Quadro 22- Momento contação de história	101
Quadro 23- Momento de diálogo sobre a literatura infantil	102
Quadro 24- Momentos da atividade sendo desenvolvida	104
Quadro 25-Atividade Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica	106
Quadro 26- Desenhos das crianças	109
Quadro 27- Momento de roda de conversa sobre respeito a cor da pele	111
Quadro 28- Fotos do Desenvolvimento da atividade 2	112
Quadro 29- Momentos da prática de contação de história	115
Quadro 30- Imagens da atividade em cartazes	116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DERCCA	Delegacia Especializada em Repressão a Crimes Contra a Criança e o Adolescente
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIAP	Literatura Infantil de Abordagem Preventiva
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
UEAP	Universidade do Estado do Amapá
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE EXCERTOS

Excerto 1- Práticas baseadas no Livro "Pipo e Fifi"	83
Excerto 2- Caixa Surpresa dos Toques (Toque do Sim ou do Não)	86
Excerto 3- Matemática: Quantificação, Contagem e Agrupamento	89
Excerto 4- Recriar Monstrinhos de Autocuidado e Prevenção	91
Excerto 5- Jogo Lúdico-Trilha da Proteção	93
Excerto 6- Práticas baseadas no livro “Não me toca seu boboca!”	96
Excerto 7- Dinâmica Semáforo do Toque	98
Excerto 8- Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica	101
Excerto 9- Práticas baseadas no Livro Meu corpinho é só meu	102
Excerto 10- Esse Sou Eu (Pessoa de Direitos)	104
Excerto 11- Semáforo do Toque com Bonecos	106
Excerto 12- Conhecendo meus direitos com a turma da Mônica	110

SUMÁRIO

1 REFLEXÕES E CAMINHOS PESSOAIS.....	14
1.1 Introdução da pesquisa.....	15
1.2 Considerações iniciais da pesquisa: Levantamento bibliográfico	19
2 PERCURSO HISTÓRICO-CULTURAL DA INFÂNCIA E SUA SEXUALIDADE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL	29
2.1 Na Idade Média.....	29
2.2 Na Idade Moderna.....	33
2.3 Na Idade Contemporânea.....	35
2.4 Percurso histórico da Educação Sexual e Sexualidade no Brasil	39
3 EDUCAÇÃO SEXUAL CONTEMPORÂNEA: ABORDAGENS E DEFINIÇÕES.....	46
3.1 Educação sexual enquanto prática pedagógica intercultural	49
3.1.2 Educação Sexual enquanto prática pedagógica emancipatória.....	52
4. VIOLÊNCIA CONTRA A INFÂNCIA: TIPIFICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	57
4.1 Sinais e consequências da Violência Sexual contra crianças.....	60
5 PERCURSO METODOLÓGICO	69
5.1 Pesquisa Qualitativa.....	69
5.2 Estudo de caso e a coleta de dados	70
5.3 Locus da pesquisa	74
5.4 Participantes da pesquisa	75
5.4.1 Perfil e apontamentos sobre as crianças.....	76
5.5 Período da pesquisa.....	76
5.6 Análise dos dados	81
5.7 Aspectos éticos da pesquisa	84
6 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA	86
6.1 Práticas pedagógicas com enfoque nos conceitos, formação e informação sobre a violência sexual na infância	86
6.2 Práticas pedagógicas com enfoque nas ações de proteção enquanto direito das crianças	106
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
8 REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE I: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	128
APÊNDICE II – TERMO DE ANUÊNCIA.....	132
APÊNDICE III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CLE) AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	133
APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) A PROFESSORA	135
APÊNDICE V – TERMO DE ASSENTIMENTO	137
APÊNDICE VI- PLANOS DE AULA DAS PRÁTICAS DA PROFESSORA.....	139

1 REFLEXÕES E CAMINHOS PESSOAIS

Introduzo este trabalho compartilhando os motivos pessoais que me impulsionam a abordar essa temática, que transcende a pesquisa acadêmica e se torna uma causa de trabalho e vida. O primeiro momento de chamamento para tal tema na educação ocorreu em um momento da minha infância, ao indagar uma professora sobre toques nas partes íntimas, recebi a resposta: "Isso é assunto de Biologia (disciplina)". Nesse momento, mesmo não compreendendo o peso da pergunta, mesmo sendo uma curiosidade pautada em uma infeliz vivência, eu percebi que a Educação Sexual era um território desconhecido ou ignorado na escola.

Essa experiência despertou em mim uma inquietação maior quando me tornei mãe de menina cujo grupo é mais vulnerável à violência sexual, o que contribuiu para a minha escolha de formação: Educação, a Pedagogia, afim de compreender a infância e os métodos de ensino aprendizagem. A partir de uma perspectiva crítica, social e científica durante minha graduação, decidi embarcar em uma jornada como pesquisadora de Educação Sexual. Encontrei apoio em minha orientadora, que me guiou no caminho da pesquisa científica, a qual esteve me orientando no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/2019) da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), com o projeto de pesquisa que abordou as Práticas Pedagógicas de prevenção contra a Violência Sexual na Infância, analisando histórias e vídeos voltados para crianças. Na graduação, com a pesquisa em uma creche municipal, cujo título do trabalho foi “Práticas lúdicas como estratégias de prevenção contra a violência sexual infantil”, houve uma imersão no trabalho de campo com observação em sala de aula.

Desde então, tenho levantado questões e promovido discussões em eventos educacionais e projetos sociais, até enfim alcançar a Pós-Graduação, o qual me dediquei em apresentar esse trabalho para a comunidade acadêmica e sociedade em geral, principalmente para os formadores na educação básica.

Por fim, quero destacar que muitas das palavras que compartilhei enquanto pesquisadora, especialmente ao abordar os sinais e sintomas da violência sexual, evocaram memórias e emoções ligadas à experiência que vivi, então se em alguns momentos me posicionei com a emoção das lembranças, peço que me compreendam, mas confrontei essas dificuldades e prossegui, afinal a pesquisa e a dedicação à causa, visando impactar positivamente outras vidas, representam as principais motivações por trás deste trabalho.

1.1 Introdução da pesquisa

O presente estudo encontra-se no campo de discussões das práticas pedagógicas de Educação sexual na perspectiva da Educação intercultural e emancipatória para formação educativa e preventiva da violência sexual para as crianças, pois compreende-se que tal violência na infância é um fenômeno complexo e multifacetado, com raízes profundas na história e nas práticas culturais de diferentes sociedades, perpassando por posições de exclusões dos corpos infantis.

A autora Sanderson (2005) afirma que a violência sexual contra a infância ocorre quando a criança é utilizada como objeto de satisfação de necessidades ou desejos sexuais por uma pessoa mais velha, sendo a criança incapaz de dar seu consentimento consciente devido à diferença de idade, tamanho ou poder. Desse modo, a escola é uma forte agente em prol da educação sexual, tanto para ensinar quanto prevenir quaisquer violações humanas, sendo uma instituição importante para notar os sinais de violações sofridas pelas vítimas, que podem aparecer em aspectos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos e físicos nas crianças.

Nesse sentido, a educação sexual, de acordo com Figueiró (1995), é toda prática educativa que trate sobre a sexualidade humana, em processos de ensino-aprendizagem que compreendam debates sobre o corpo, relações afetivas sexuais, valores, normas, perspectivas culturais e políticas e até mesmo com as abordagens que infrinjam tais conhecimentos. Contudo, a abordagem da Educação sexual na infância, principalmente acerca da violência sexual, ainda é um assunto que assusta muitas pessoas, valendo-se de tabus e receios dentro e fora das escolas, todavia, não se deve ignorar que tal violência é vivida por muitas crianças.

Esse fato é revelado pelos altos índices, que a nível Nacional, segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2023), e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) apresentam que no ano de 2020 o número de denúncias foram de 16.000, visto que a partir desse ano observa-se uma crescente, pois em 2021 foram 160 mil e em 2022¹ foram quase 41 mil vítimas de 0 a 13 anos.

Para tanto, ao focar na região amazônica, revela-se o alto índice de exploração e abuso sexual contra crianças, haja vista que de acordo com a Revista Amazônica Uruá-Tapera, a taxa

¹ Até o presente momento da pesquisa, não fora disponibilizado os índices de denúncias dos anos de 2023 e 2024.

de estupros de crianças e adolescentes na região amazônica é 7,6% superior à do restante do país. A cada 100 mil habitantes de 0 a 19 anos, há 90,9 vítimas do crime da violência sexual, de modo que do total, 89,2% das crianças e adolescentes vítimas de estupro são meninas. Assim, dos 8.514 meninos e meninas com até 19 anos vítimas de estupro na Amazônia, 6.156 tinham de 0 a 13 anos, isso equivale a 72,3% do total de estupros nessa faixa etária na região (Brasil, 2022).

Apesar de os números oficiais apresentarem um número assustador, a verdade é que muitos casos permanecem nas sombras, nunca sendo relatados às autoridades competentes. destaca-se que a subnotificação da violência sexual é uma realidade em todo mundo. Essa falta de denúncia perpetua um ciclo de impunidade e sofrimento para as vítimas.

Muitas vítimas de violência sexual enfrentam barreiras para denunciar seus agressores, fato ocorre por variados motivos que decorrem desde o medo de retaliação, vergonha e culpa por acharem que contribuíram para a efetivação do crime, por ameaças e manipulação emocionais feitas pelos agressores e até questões culturais e sociais baseadas no silêncio em torno de questões relacionadas à sexualidade e violência contra os vulneráveis.

Por tanto, a violência sexual na infância é um “fenômeno complexo, que percorre os contextos privados e públicos e ocorre sobretudo em uma teia de relações sócio familiares” (Mara, 2016, p.15), sendo um problema universal e uma dolorosa realidade para muitas crianças, que não distingue idade, níveis sociais, etnias, gêneros, culturas e religiões, haja vista que quaisquer forma de negligência e violência que interfira no direito à integridade e desenvolvimento saudável da criança também é de responsabilidade do âmbito educacional como esfera social.

Nessa perspectiva, os questionamentos que motivam a investigação são: Como os professores abordam a temática para a proteção da criança? Como as crianças percebem as práticas de ensino sobre o tema? Qual o entendimento dos professores ao abordarem a temática na escola? Com base nesses questionamentos, o trabalho de pesquisa tem uma pergunta central: **De que forma se desenvolve as práticas pedagógicas acerca da violência sexual com as crianças, no sentido de trabalhar conceitos, formação, informação e ações de proteção resguardando os seus direitos na infância?**

Tal problemática apresentada dá base à justificativa da presente investigação, pois, apesar do alto índice de violência sexual contra crianças, a educação sexual em discussões e

práticas de ensino e prevenção nas escolas e universidades ainda são escassas². Assim, é assertiva a crítica de Arroyo (2012), ao destacar que

A primeira questão a enfrentar é os currículos e o material didático, as pesquisas e a teoria pedagógica reconheçam essas histórias de precarização dos corpos infantis e adolescentes. Que as assumam como um campo seu de análise e de intervenção pedagógica, conseqüentemente de formação dos docentes-educadores (as). Que seja reconhecido como um direito das crianças e adolescentes, dos jovens e adultos a que na escola os ajudem a conhecer-se (Arroyo, 2012).

É evidente então, que a educação superior em seu tripé: Ensino, pesquisa e extensão, deve investir em compreender e questionar a história da infância frente as suas vulnerabilidades, com base nas experiências vividas nos contextos específicos, resultando em produções teóricas, projetos e práticas pedagógicas que forneçam informações sobre violência sexual e sua prevenção para as crianças e para os adultos, em todos os níveis da Educação.

Vale destacar que a Educação Sexual com enfoque no enfrentamento e prevenção da violência contra a infância, é citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 9394/96, no Art. 26, inciso 7º, ao referir-se sobre possibilidade de integralização curricular relacionado ao ensino, projetos, práticas e pesquisas envolvendo os temas transversais (Brasil, 2017, p.20), mais ainda, a legislação enfatiza sobre a viabilidade e importância de se incluir “conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente” incluindo a produção de práticas e materiais didáticos adequados à cada faixa etária. Afinal, os currículos de educação sexual não são uma coleção de conceitos disciplinares estabelecidos para etapas específicas, mas são ações educativas que dão “condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal” (Figueiró, 2022, p. 111).

Para tanto, o objetivo geral da presente investigação foi analisar as práticas pedagógicas acerca de prevenção da violência sexual contra crianças em uma turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Macapá-AP. Especificamente, buscou descrever a epistemologia da prática intercultural e emancipatória que aborde a discussão da Sexualidade e Violência Sexual na perspectiva da infância; caracterizar as estratégias metodológicas de ensino utilizadas pela professora em relação ao trabalho sobre violência sexual na infância; averiguar como as práticas pedagógicas discutem sobre a proteção dos

² No item 1.1 da Introdução apresenta-se Estado da Artes demonstrando os dados específico das pesquisas sobre o tema.

direitos da criança, entre eles o direito ao respeito e dignidade e identificar os conceitos sobre violência abordados com as crianças no sentido de prevenção de abuso sexual na infância.

O trabalho está estruturado do seguinte modo: Introdução com reflexões e apontamentos pessoais acerca do interesse pelo tema de pesquisa. Mais a subseção de introdução da pesquisa, que apresenta o problema, objetivos, relevância e justificativa do trabalho, incluindo uma breve exposição do Estado da Arte do objeto de estudo e posteriormente as seções teóricas e a metodológica, cronograma, referências e anexos.

A primeira seção teórica é intitulada: Percurso histórico-cultural da infância e sua sexualidade diante da violência sexual, apresenta fatos e reflexões, segundo Ariès (1981), Del Priori e Ramos (1996), Heywood (2001) e Postman (2012) acerca do dos períodos: Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea frente à violação da sexualidade infantil. Apresenta-se uma subseção com o título: Sexualidade na Educação Brasileira: A Educação Sexual enquanto análise histórica, baseado nos 4 períodos históricos de Ribeiro (2004).

A segunda seção teórica é intitulada: Conceitualizando a Educação Sexual Contemporânea: Abordagens e definições, o qual recorre-se às abordagens/vertentes propostas por Nunes (1996), Figueiró (1995) e Furlani (2005). As subseções: Educação sexual enquanto prática pedagógica intercultural, com base nos autores interculturais: Walsh (2014), Candau (2013); Candau e Russo (2010) Coppete (2012) e Fleuri (2022), e Educação Sexual enquanto prática pedagógica emancipatória, com base as discussões de Freire (1987) e Arroyo (2012, 2014).

A terceira seção teórica discute sobre: Violência contra a infância: tipificações e desdobramentos, bem como acerca dos Sinais e consequências da Violência Sexual contra crianças, alinhado as reflexões da Lei 13.431/2017 e autores: Sanderson (2005) e Furniss (1993).

A quarta seção é a parte metodológica do trabalho cuja pesquisa alicerça-se na abordagem qualitativa, conforme Denzin e Lincoln (2006) e Minayo (2001), por ser um estudo de caso, baseado em Yin (2001). O *locus* de pesquisa é a EMEF Roraima, no Estado do Amapá e os participantes, são a professora da turma e um grupo de 23 alunos. O tratamento dos dados é realizado por meio da análise de conteúdo, de Bardin (2016) e Franco (2005).

A quinta seção é a dos resultados, intitulada: Estratégias de Prevenção: Práticas Pedagógicas sobre a Violência Sexual Infantil, de modo que apresenta as Práticas pedagógicas

da professora com enfoque nos conceitos, formação e informação sobre a violência sexual infantil e também acerca das ações de proteção enquanto direito das crianças.

Assim, a presente pesquisa se mostra relevante para a área de educação e diversidades, por abordar discussões e métodos de ensino relacionados à violência sexual e aos direitos das crianças no contexto educacional do Norte do Brasil, na Região Amazônica, onde a abordagem desse tema tem sido notavelmente limitada. Além disso, este estudo serve como um valioso recurso educacional e de apoio para a comunidade escolar e o público em geral, oferecendo abordagens lúdicas para promover a proteção dos direitos das crianças, afinal, a escola deve estar preparada para as diversas questões conflituosas que são trazidas pelos alunos para dentro da escola.

1.2 Considerações iniciais da pesquisa: Levantamento bibliográfico

Com base na exclusão histórica da infância, no que diz respeito à discussão da sua sexualidade na perspectiva da violência sexual, na educação não foi diferente. O longo processo de ocultamento sobre tais discussões no meio social e educacional deve ser problematizado, uma vez que as instituições educacionais persistem em uma abordagem determinista em relação ao tema da violência sexual, negligenciando a oferta de informações cruciais para capacitar as crianças na identificação de formas tanto implícitas quanto explícitas de abuso sexual. Essa falta de investimento teórico e prático contribuem para a perpetuação do silêncio em torno do tema, tornando as crianças mais vulneráveis e dificultando a conscientização e proteção das mesmas.

Tal aporte, apresenta-se como necessidade emergente para a pesquisa e extensão nas instituições de Ensino Superior, no sentido de subsidiar nas discussões sobre o tema, para que possam fomentar processos de formação teórica e prática. Assim, a presente pesquisa bibliográfica tem a intenção contribuir em discussões teóricas, para atualização de dados, no sentido de auxiliar no processo de reflexão, inspiração e criação de práticas educativas acerca da problemática da Violência Sexual para as crianças.

Destaca-se a importância de compreender de que forma tem ocorrido, mesmo que de forma escassa, o debate e ensino acerca da temática da violência sexual e direitos das crianças no âmbito educacional, nas pesquisas científicas, nas discussões críticas em ciências humanas.

Dessa forma, realizou-se um aprofundamento por meio do estado do conhecimento, baseado nos estudos das autoras Morosini, Santos e Bittencort (2021) as quais afirmam que esse processo é essencial para a “identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” (Morosini, Santos e Bittencort, 2021, p.23).

Para tanto, as buscas foram realizadas no ano de 2023 em três (3) plataformas de artigos, dissertações e teses acadêmicas, sendo: SciELO Brazil, Catálogo de dados e teses da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando o descritor: “Violência Sexual Infantil” que se encontrassem na área de Ciências Humanas, recorte temporal de 10 anos afim de coletar mais pesquisas para compreensão do objetivo. Assim, ao total foram selecionados 58 trabalhos, sendo que todos passaram pela primeira triagem, mas que somente 12 atendiam aos objetivos da coleta, tendo como indicador foco a área educacional. A organização estrutural dos trabalhos seguirá as etapas: Pesquisa por descritores (Quadro 1); Bibliografia anotada (Quadro 2) e Bibliografia sistematizada (Quadro 3) de Morosini, Santos e Bittencort (2021).

O Quadro 1 tem por objetivo indicar o quantitativo de trabalhos encontrados, com base no descritor; a área de ciências humanas; campo educacional e dos últimos 10 anos (2013-2023)

Quadro 1- Pesquisa por descritores

Termo pesquisado	Plataforma de pesquisa	Títulos encontrados
Violência Sexual Infantil	SciELO	5
	Banco de dados e teses da capes	31
	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	22

Fonte: Adaptado de Morosini, Santos e Bittencort (2021).

Na primeira triagem, nota-se que foram encontrados 58 trabalhos, tendo em vista que o quadro tem a intenção de apresentar a definição e indicação de termos e descritores de forma apropriada para atender aos objetivos da busca e à amplitude e especificidade do tema abordado na pesquisa do estado do conhecimento, nesse caso, averiguar o quantitativo de trabalhos

acadêmicos que abordem sobre a temática da Violência Sexual Infantil no âmbito das ciências humanas e especificamente, nas discussões educacionais.

Vale destacar que baseado no grande quantitativo de trabalhos que tais plataformas movimentam, nota-se a escassez da discussão no âmbito científico nacional sobre a temática, elevando a questão crítica e social que se espera dos pesquisadores de humanas. Nessa perspectiva, os autores Laville e Dionne (1999) afirmam que as ciências humanas compartilham essencialmente preocupações, como de concentrar por meio da pesquisa, a compreensão de problemas sociais específicos; de garantir ou apontar a validade da investigação e superar as barreiras que podem dificultar os avanços investigativos.

Trata-se então da necessidade de pesquisas que se aprofundem em compreender os problemas que aflige os grupos sociais, no intuito de contribuir para reflexões e aplicações das respostas investigativas para além do campo educacional, pois “à medida que as ciências humanas se desenvolvem e que seus especialistas se multiplicam, elas adquirem uma grande influência sobre a sociedade em seu conjunto, assim como sobre seus indivíduos” (Laville e Dionne, 1999, p. 56). Assim, a importância de fomentar pesquisas científicas que abordem o tema da violência sexual na infância é um fato, pois as mesmas tem o poder de difundir no meio científico os embates e apontamentos para melhorias de tais questões.

Na segunda etapa do Estado do Conhecimento, os documentos encontrados passaram por um processo de triagem na leitura do resumo, o qual foram extraídas informações para melhor entendimento dos objetivos de cada trabalho. Esta etapa selecionou os trabalhos cujos resumos apresentassem maior aproximação com a área da educação, tanto na prática docente e discente. Haja vista que, Arroyo (2017) destaca a importância da abordagem acerca das “vulnerabilidades dos corpos infantis e adolescentes nos currículos, materiais didáticos, pesquisas e teorias pedagógicas” (Arroyo, 2017, p. 42). Além disso, Nunes (1996) corrobora que a Educação Sexual é também um

Componente fundamental dos currículos de formação de professores, que a professora, que o educador que se prepara para o magistério, para a pré-escola, para o primeiro grau, o segundo grau, para o magistério superior, possa ter uma ampla informação sobre a sexualidade historicamente construída, sobre a psico-sexualidade infantil, sobre as etapas dos desenvolvimentos sócio-emocionais das crianças, sobre o pensamento e afetividade infantil em cada época, sobre as contradições antropológicas, sociológicas, sobre as dimensões sofridas dos rituais de passagem do mundo infantil para o mundo adulto, sobre os tantos dramas inúteis que acumulamos numa longa tradição de medo e sofrimento (Nunes, 1996, p. 233).

Afinal, as universidades enquanto promotoras de Ensino, pesquisa e extensão, devem investir em melhorar os currículos, as estratégias metodológicas e os cenários práticos para lidar com segurança diante de situações complexas enfrentadas pelas estruturas sociais, especialmente as violações carregadas pelos atuais educandos e expostas dentro dos setores escolares. Assim, no intuito de averiguar de que forma os debates e investigações sobre a violência sexual infantil aparecem nas pesquisas acadêmicas, os quadros 2 e 3 apresentam os trabalhos que atenderam a esse objetivo.

Quadro 2- Bibliografia Anotada: Violência Sexual Infantil

Ano	Tipo de documento	Autor	Título	Orientador(a)	Local
2013	Dissertação	Raquel Baptista Spaziani	Violência sexual infantil: Compreensões de professoras sobre conceito e prevenção	Dr ^a Ana Cláudia Bortolozzi Maia	Bauru
2014	Dissertação	Sheila Maria Prado Soma	Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil	Lúcia Calvalcanti De Albuquerque Williams	São Carlos- SP
2015	Dissertação	Andreia Penco	O projeto “escola que protege” em dourados/MS: Prevenção da violência sexual infantojuvenil no âmbito educacional	Prof. Dr. Ademir Gebara	Dourados-MS
2017	Dissertação	Cristiano Rodineli De Almeida	Os educadores de creche e a violência sexual infantil: Um tema interditado	Dr. Daniel Revah	Guarulhos
2017	Dissertação	Fabricio Meyer	Análise do jogo “trilha da proteção” - Como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil	Dra. Andreza Marques De Castro	Araraquara – SP
2018	Dissertação	Lorena Christina De Anchieta Garcia Pola	Sexualidade humana e educação sexual: Elaboração e análise de formação continuada para Professores/as do ensino fundamental	Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia	Araraquara – SP
2018	Artigo	Sheila Maria Prado Soma,	Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseada em critérios da literatura	Dr. Lúcia Cavalcanti De Albuquerque Williams	São Carlos- SP
2020	Dissertação	Laís Oliveira Abreu	Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil	Dra ^a . Ana Lúcia Gomes Da Silva	Jacobina, BAHIA
2022	Dissertação	Kellen Jéssika Stalschus	Educação infantil frente à violência sexual de crianças: um guia formativo para professores	Doutor(A): Anna Maria Dias Vreeswijk	Goiânia

2022	Tese	Ana Maura Martins Castelli Bulzoni	Políticas públicas municipal e violência sexual infantil	Dr. Sebastião De Souza Lemes	Araraquara – SP
2022	Tese	Rita De Kássia Cândido Carneiro	Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado	Dra. Andreza Marques De Castro Leão	Araraquara – SP
2022	Dissertação	Berivalda De Jesus Do Prado Sachi	Educação em sexualidade para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual no ensino fundamental em astorga – PR: narrativas docentes	Dra. Eliane Rose Maio	Maringá

Fonte: Da pesquisadora, adaptado de Morosini, Santos e Bittencort (2021).

Diante do exposto, nota-se a escassez de trabalhos na área educacional que discutam sobre a temática da violência sexual infantil, tendo em vista que foi encontrado apenas um 1 artigo, 9 dissertações e 2 teses. Deve-se considerar quais as discussões e práticas estão sendo evidenciadas nas pesquisas científicas, afinal, são investigações que alcançam de maneira prática e teórica as instituições de ensino.

Assim, os trabalhos encontrados abrangem pesquisas sobre: Compreensões e formações docente acerca da temática; Políticas públicas frente à violência sexual; Análises e indicações de métodos de ensino e enfrentamento da violência sexual na Educação básica, o que ressalta a importância da temática no currículo educacional, pois para autora Figueiró (2006) é uma formação necessária, que ocorra desde a Educação básica até o Ensino Superior para que os envolvidos estejam aptos “a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, [...] de forma humanizadora (Figueiró, 2006, p. 17).

Sendo assim, destaca-se a importância de práticas pedagógicas para ensino e prevenção da violência sexual, pois “a escola, a pedagogia e a docência não podem ignorar mais os corpos infantis” (Arroyo, 2017, p.36). Nesse sentido, os professores, a instituição escolar, a educação, as ciências humanas e a pesquisa têm a responsabilidade de compreender os variados processos desumanizantes vivenciados pela infância, a fim de promover pesquisas, casos, projetos e práticas sensíveis e orientadoras em defesa dos direitos das crianças.

Dessa forma, afim de aprofundar o interesse de pesquisa, ao utilizar os descritores "práticas pedagógicas e violência sexual" em todas as áreas e sem limitação temporal, os resultados obtidos foram: Os trabalhos no *Scielo*, 42 na Capes e 94 na BDTD. No entanto, fez-

se uma outra triagem mais específica, ao direcionar a busca para as práticas pedagógicas relacionadas aos debates e investigações sobre a violência sexual infantil, identificando:

Quadro 3- Pesquisa por descritores

Termo pesquisado	Plataforma de pesquisa	Títulos encontrados
Práticas Pedagógicas e a Violência Sexual	Scielo	0
	Banco de dados e teses da capes	4
	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	6

Fonte: Adaptado de Morosini, Santos e Bittencort (2021).

Dentre eles, os que tratavam de práticas pedagógicas nas escolas, foram apenas (Ver quadro 4):

Quadro 4- Bibliografia anotada: Práticas pedagógicas e violência sexual

Ano	Tipo de documento	Autor	Título	Orientador(a)	Local
2010	Dissertação	Railda Martins	Os saberes docentes e a Exploração Sexual comercial de Meninas: Desafios da contemporaneidade	Ruth Catarina de Souza	Góiania
2016	Tese	Marilene Maria Aquino de Barros	A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em município impactados por grandes projetos minero-metalúrgico: um estudo de caso em juruti (PA)	Genylton Odilon da Rocha	Belém- PA
2018	Dissertação	Juliana Fonseca Neri	Currículo escolar e o enfrentamento à violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente no Município de São Paulo	Branca Jurema Ponce	São Paulo
2020	Dissertação	Lúcia Beatriz Ott Ferreira	Inserção Dos Direitos Fundamentais Na Prática Pedagógica De Ciências Com Ênfase À Sexualidade Na Adolescência	Dr. ^a Angelita Hentges	Pelotas

2020	Dissertação	Laís Oliveira Abreu	Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil	Dra ^a . Ana Lúcia Gomes Da Silva	Jacobina, BAHIA
2020		Aline Giorgis Santos Simões	Devir-Fênix: (Re) Existir Para Tornar-Se Outra(S)'	Dra. Dulce Mari da Silva Voss	Bagé
2021		Catia Aparecida Miguel Fernandes	Violência Contra Crianças E Adolescentes: A Percepção Dos Professores De Ciências Biológicas Do Ensino Fundamental Da Rede Pública Do Município De Cáceres/M	Maria Do Horto Salles Tiellet	Mato grosso
2022		Sulamyta Cargnin	A transdisciplinaridade na prevenção da violênciasexual na adolescência no contexto escolar	Fatima Elisabeth de Nari	Araraquara
2023	Dissertação	Rafaela Maria Rodrigues	Tertúlias Dialógicas Pedagógicas na formação docente: Prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes.	Roseli Rodrigues de Mello	São Carlos (SP)

Fonte: Da pesquisadora, adaptado de de Morosini, Santos e Bittencort (2021).

A pesquisa conduzida por Martins (2010) investigou duas escolas localizadas no município de Goiânia-GO, focalizando na temática da exploração sexual comercial de adolescentes. A prática utilizada para coletar os dados foram: questionários, vídeos relacionados ao tema e a técnica do grupo focal com os professores. De modo que a investigação revelou uma falta de compreensão por parte dos professores e professoras em distinguir entre prostituição e Exploração Sexual e não sabem como encaminhar esses problemas para as autoridades competentes, evidenciando o desafio de profissionais ao desconhecerem seu papel em articulação eficaz com essas instâncias de defesa e proteção.

O trabalho de Barros (2016) ocorreu em contato direto com cinco escolas públicas municipais na área urbana de Juruti. Treze profissionais da educação foram entrevistados, incluindo 11 professores(as), 01 gestor(a) escolar e 01 coordenador(a) pedagógico(a), além de

02 ex-conselheiras tutelares da região, de modo que os resultados foram coletados por aplicação de questionários semiestruturados aos representantes de instituições relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes. Assim, a autora apresentou o resultado de que as escolas investigadas não possuíam projetos de ação específicos para lidar com a violência sexual contra crianças e adolescentes e quando participavam de alguma iniciativa, esta ocorria em parceria com outras entidades. E as ações nas escolas, quando ocorriam, eram isoladas e realizadas principalmente pelos(as) professores(as).

Neri (2018) realizou sua investigação em duas etapas de encontros formativos na Rede Municipal de Educação de São Paulo, englobando professores, diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e membros da rede de proteção social, de modo que coleta dos dados foi inspirado pelos círculos de cultura de Paulo Freire (1977). A investigação revelou a influência de políticas públicas curriculares de natureza neoliberal, moldadas por imposições internacionais, nacionais e locais (no caso, o município de São Paulo). Essas políticas se mostraram como obstáculos ou dificultadores para a construção de uma educação emancipatória voltada para a qualidade social. Contudo, o autor destacou que há uma maior sensibilidade por parte dos trabalhadores para detectar sinais de violência, além da ampliação da visibilidade do problema e da compreensão acerca da complexidade e da multicausalidade da Violência Sexual Infantil, bem como das possibilidades de construção de ações de enfrentamento por meio do currículo escolar.

Ferreira (2020) teve como foco analisar a prática pedagógica dos professores de Ciências/Biologia do 8º ano em relação à sexualidade, com foco nas estratégias didáticas para lidar com a violência sexual com base nos direitos fundamentais sexuais. Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas realizadas com os docentes de Ciências/Biologia da rede pública municipal de Pelotas. De modo que a pesquisa revelou a necessidade de abordar a violência sexual de forma integrada ao currículo de Ciências para o 8º ano, pois a autora destaca que os participantes entenderam e concordaram com a sugestão de uma sequência didática para abordar esse tema, mostrando sua receptividade à iniciativa.

Abreu (2020) destacou em sua pesquisa, as ações e compreensões dos professores e coordenação pedagógica de uma escola, a qual buscou compreender as contribuições da pedagogia feminista para o enfrentamento da violência sexual infantil no território escolar na perspectiva da pesquisa-intervenção, de modo que os dados foram coletados pela observação, diário de campo e Ateliês de pesquisa. A autora destaca que a Cartografia de Afetos é uma possibilidade de ação concreta no território escolar, como tentativa de enfrentar a dureza e tabus

que permeiam o ensino para enfrentamento da violência sexual infantil: gênero, sexualidade, educação sexual dentro do ambiente escolar.

O estudo conduzido por Simões (2020) foi realizado no âmbito do Projeto de Extensão (Re)Inventar Existências, utilizando uma abordagem cartográfica em colaboração com mulheres e crianças. O projeto proporcionou encontros e (re) encontros em diversos territórios e ambientes, sendo quatro encontros com quatro mulheres adultas, duas mulheres adolescentes e cinco crianças. Durante o projeto, foram implementadas práticas específicas para cada grupo. Por exemplo, para as crianças práticas ao ar livre e também em sala equipada com brinquedos, jogos, livros infanto-juvenis, massa de modelar, materiais de desenho e instrumentos musicais. Enquanto para as mulheres, foi criado um ambiente com a confecção de um tapete sinestésico, utilizando materiais de diferentes texturas, aromas de incensos, músicas suaves, luzes coloridas e uma mesa com diversos objetos variados, brinquedos, chás e frutas. A autora observou que, durante as práticas e interações, os corpos das mulheres e das crianças demonstraram capacidades além dos padrões culturais e sociais predominantes, manifestando e ensaiando desvios, mas percebeu os momentos de escuta sensível, ativa e amorosa entre os pares.

Fernandes (2021) realizou sua investigação utilizando fontes documentais e entrevistas com professores de duas escolas públicas localizadas no sudeste do município de Cáceres/MT, para investigar a abordagem da violência contra crianças e adolescentes, especialmente a violência sexual, nas aulas de Ciências Biológicas. A autora aponta que os professores consideram a abordagem do tema "violência sexual" como complexa e polêmica para ser trabalhada na disciplina de Ciências Biológicas. No entanto, destacaram que a educação sexual pode contribuir para o conhecimento dos alunos sobre a prevenção da violência sexual.

O estudo conduzido por Cargnin (2022) aborda temas como adolescência, sexualidade, educação sexual (no Brasil e no Estado de Mato Grosso), prevenção da violência sexual, além de revisões de literatura sobre o tema (no Brasil e em Mato Grosso). Para realizar a pesquisa dentro do ambiente escolar, foi utilizado questionários com professores convidados, sendo que dos 24 participantes, 15 devolveram os questionários para análise. Dos 15 participantes, 6 já haviam abordado a violência sexual em suas aulas e compartilharam suas experiências. Os 9 professores que ainda não haviam abordado o tema justificaram sua falta de experiência pela ausência de conhecimento sobre o assunto. Assim, a autora concluiu que os professores têm conhecimento do conceito de violência sexual, porém enfrentam dificuldades para abordá-lo em sala de aula, destacando a necessidade de uma capacitação específica para ministrar esse tema.

Assim, diante dos trabalhos analisados, é evidente que a minoria aborda práticas pedagógicas com crianças ou adolescentes em sala de aula. A maioria dos estudos concentrou-se em questionários aplicados aos profissionais da educação, revelando uma lacuna em projetos concretos de educação sexual. Isso reflete uma percepção persistente do tema como delicado para ser abordado nas escolas. Além disso, observou-se uma falta de projetos de ação ou práticas específicas destinadas a lidar com o ensino sobre a violência sexual infantil, sendo o foco dessa investigação.

Problematiza-se então, que “a sexualidade das crianças é uma das áreas relativas ao campo do desenvolvimento infantil mais carentes de pesquisa (Sanderson, 2005, p.27), e na região amazônica não é diferente, uma vez que somente uma das pesquisadas citadas foram desenvolvidas nessa região (conforme apresentado no quadro 4), fato que justifica a importância da presente investigação, cuja intenção é elencar debates e práticas de ensino acerca da temática da violência sexual e direitos das crianças no âmbito educacional no Norte do Brasil.

2 PERCURSO HISTÓRICO-CULTURAL DA INFÂNCIA E SUA SEXUALIDADE DIANTE DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A história da infância nos apresenta registros de que cada vez menos se olhava para o cuidado e proteção da criança, evidenciando a grande possibilidade de que elas fossem assassinadas, torturadas, abandonadas e abusadas sexualmente. Azambuja (2004, p. 83), em suas pesquisas, nos mostra que é longo e doloroso o histórico de desproteção e violência para com a criança. Nesse sentido, é importante que se compreenda a percepção e conceitos da infância no decorrer dos períodos históricos, para que se entenda de que forma a sexualidade da mesma era manifestava e apreendida, uma vez que o autor Ariès (1981, p.78) afirma que “a atitude diante da sexualidade, é sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e da mentalidade”.

Para esta seção teórica, se discute a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, por dois motivos básicos, primeiro pelo fato de que acerca das “atitudes para com as crianças na antiguidade sabemos muito pouco” (Postman, 2012, p.19), além disso, são os períodos históricos os quais pode-se destacar a percepção e violação contra a sexualidade infantil

2.1 Na Idade Média

No que se refere a Idade Média, as crianças eram vistas como um adulto menor, pois os tratam sem distinguir seu tamanho e força, contudo percebiam as mesmas como indivíduos sem maturidade, raciocínio lógico, não formador de cultura. Para tanto, Heywood (2001) argumentou que provavelmente esse seria um dos motivos pelos quais os escritores medievais não tinham grande interesse intrínseco nessa fase da vida, conforme se pode inferir a partir das raras fontes disponíveis, pois

Não se tem notícia de camponeses ou artesãos registrando suas histórias de vida durante a Idade Média, e mesmo os relatos dos nobres de nascimento ou dos devotos não costumavam demonstrar muito interesse pelos primeiros anos de vida. (Heywood, 2001, p.10)

Nessa perspectiva, em concordância com a ideia apresentada pelo autor, de que ora se as crianças não eram de interesse para registros e fontes de escritores, então muitos historiadores se atentaram em compreender aquilo que os adultos pensavam e sentiam sobre os mais jovens.

Assim, Ariès (1981), em sua obra “História social da Criança e da Família”, descreve aspectos e representações importantes acerca da infância, pontuando que tal período encarava a infância como uma fase distinta da vida humana, pois a vida da criança era muito breve e pouco percebida, de modo que muitos adultos viam com insignificância o início de vínculos afetivos com os pequenos, substituindo uma vida por outra sem remorsos.

Entende-se, portanto, que a alta taxa de mortalidade infantil prejudicava o estabelecimento de vínculos afetivos entre crianças e adultos. No entanto, Cambi (1999) corrobora que em termos físicos e psicológicos, a criança era percebida como “pequenos homens” (Cambi, 1999, p.176) ou como adultos em miniatura, tanto em sua vestimenta quanto em sua participação na vida social. Nessa perspectiva, Heywood (2001) corrobora ao destacar que os adultos, principalmente das classes trabalhadoras, atribuíam função aos seus próprios filhos para cuidar de irmãos, tornando a criança ou adolescente mais velho entre os filhos, “por definição, um substituto para pai e mãe.” (Heywood, 2001, p.120), exercendo todas as ações sociais de um adulto.

Contudo, posteriormente surge um sentimento em relação à infância, o qual Ariès (1981) chamou de papparicação, percebido de dois modos, pois para alguns adultos era uma fase superficial de divertimento com relação às crianças, o momento em que a criança era vista como uma criatura engraçada e pequena, como se fosse um animalzinho para se divertir, esse mesmo sentimento e fase era condenado por outros, pois amar uma criança não era considerado um sentimento comum, e a falta desse sentimento muitas vezes levava a crianças que sobreviviam, a saírem de suas casas e morarem com outras famílias.

Nunes e Silva (2006) corroboram em suas pesquisas que a abordagem da sexualidade varia significativamente de acordo com a sociedade, cultura, contexto histórico e ideológico. Nesse contexto, os autores exploram informações, manifestações e significados da sexualidade infantil. Um exemplo citado é o que no século XIII, as vestimentas das crianças assemelhavam-se às dos adultos, inclusive os sapatos e perucas, o que resultava em uma aparência que fazia as meninas parecerem mulheres em miniatura. Nessa época, a separação nítida entre o mundo adulto e o mundo infantil não era tão marcada como nos dias atuais.

Ariès (1981) descreve também sobre a visão que tinham sobre as crianças nas pinturas e na arte, que acaba por ser o reflexo de como a sociedade encarava a infância, visto que até o início do século XII a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la, mas que no decorrer do século surgiram representações à infância, aludindo anjos. Desse modo, as

crianças continuavam sendo vistas como pessoas adultas em miniaturas, sem uma imagem definida. Um exemplo disso é o que se mostrava na iconografia: o miniaturista, nos ao pintar uma cena chamada “Evangeliário de Oto III”, representando o “Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: *parvuli*” (Ariès, 1981, p. 17), representou as crianças como homens em tamanho menor, desconsiderando totalmente as características da infância, uma vez que

O pintor não hesitava em dar à nudez das crianças, assim, no livro de salmos de São Luís de Leyde³ datado do fim do século XII ou do início do XIII, Ismael, pouco depois de seu nascimento, tem os músculos abdominais e peitorais de um homem. Embora exibisse mais sentimento ao retratar a infância, o século XIII continuou fiel a esse procedimento. Na Bíblia moralizada de São Luís, as crianças são representadas com maior frequência, mas nem sempre são caracterizadas por algo além de seu tamanho. Num episódio da vida de Jacó, Isaque está sentado entre suas duas mulheres, cercado por uns 15 homenzinhos que batem na cintura dos adultos: são seus filhos (Ariès, 1981, p. 17).

Posteriormente, nota-se essa recusa em caracterizar e postar as expressões das crianças, especialmente na arte, é encontrada na maioria das civilizações antigas, em cujas obras representavam a criança como adulto em miniatura.

Na idade média, a infância também surge em representações na fase gótica: a criança nua, pois mostravam as crianças como seres frágeis e vulneráveis, em posições curvadas ou encolhidas, nuas ou com poucas roupas. Ariès (1981) também aponta que a imagem da criança nua foi utilizada na arte religiosa, uma vez que até na arte medieval francesa, a alma era representada por uma criancinha nua e em geral assexuada. (Ariès, 1981, p.19).

Mais ainda, entre os séculos XIV e XV, os modos de representar a criança evoluíram, os temas da infância sagrada se ampliaram e diversificaram, a criança começa a ser representada em um movimento chamado “o putto, a criancinha nua” que fora inspirada pelo renascimento de Eros helenístico, vale destacar que as aparições das crianças nuas rapidamente ganharam enorme popularidade, pois a nudez era admirada nas artes clássicas e isso alcançou até os menores indivíduos, pois “Não era possível representar a infância sem evocar-lhe a nudez. O gosto pela nudez da criança evidentemente estava ligado ao gosto geral pela nudez clássica, que começava a conquistar até mesmo o retrato (Ariès, 1981, p.32)”.

Nesse contexto, Heywood (2001, p. 25) expõe que as representações de crianças nas pinturas e esculturas “representou mais uma redescoberta e imitação dos modelos gregos e romanos por parte dos artistas” do que de fato um interesse nas especificidades das crianças.

Com base nas discussões apresentadas até aqui, vale destacar outro aspecto importante quando se refere a percepção sobre as crianças, sendo o fato de não havia distinção em diversos aspectos do cotidiano ou separação entre “as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras” (Ariès, 1981 p.41), o que acarretava na “liberdade” de adultos para com as crianças com grosserias e indecências nas brincadeiras, que não eram restritas aos criados ou jovens, todos se divertiam com as crianças. Mais ainda, o autor relata cenas que afirmam o quanto a criança era exposta e usada para satisfazer desejos e prazeres sexuais.

Na mesma obra, no capítulo “Do Despudor à Inocência”, o autor apresenta casos e cenas do tratamento indecente e sexual direcionado às crianças, como com o rei Luís XIII, que “ele (com 3 anos) e madame (sua irmã) foram despidos e colocados na cama junto com o Rei, onde se beijaram, gorjearam e deram muito prazer ao Rei” (Ariès, 1981 p.76). Nesse entendimento, sabe-se que até o século XVI, o desrespeito para com a infância era grande, uma vez que, os adultos faziam e falavam sobre situações obscenas e indecentes diante da criança (Ariès, 1981). Esse costume de brincar com o corpo infantil perdurou até mesmo no século XX, seja nas falas sexuais e nos próprios gestos e toques de violência, evidente no caso de um pai muçulmano, seu filho e um outro adulto quitandeiro djerbiano cujo homem começa a “brincar” com a criança com a seguinte proposta:

- Você quer me vender seu pintinho? [...] - Eu lhe dou 10 francos, propôs o djerbiano.
 - Não, disse o menino... - Vamos lá, me venda o seu p..., replicou o djerbiano. - Não, não! - Eu lhe dou 50 francos. - Não! -...Vou lhe dar tudo o que posso: 1.000 francos!
 - Não! - Os olhos do velho djerbiano assumiram uma expressão de gula. - E mais um saco de balas! - Não, não! - Então é não? É a sua última palavra?- gritou o djerbiano fingindo raiva. - Repita pela última vez: é não mesmo? - Não! - Então, bruscamente, o adulto pulou em cima da criança, com uma expressão terrível no rosto e a mão brutal remexendo dentro de sua braguilha. O menino se defendeu com socos. O pai ria às gargalhadas, o djerbiano se contorcia nervosamente e nossos vizinhos sorriam divertidos" (Ariès, 1981, p. 79).

Vale refletir sobre a percepção frente ao corpo infantil na época, pois acreditava-se que a criança era alheia e indiferente à sexualidade, de maneira que os gestos e alusões sexuais do adulto não teriam consequências para a criança, ou seja, pelo fato de nem perceberem a infância, também nem se acreditava que a inocência da criança realmente existisse, o que as tornavam constantemente expostas e até ensinadas a normalizar as brincadeiras na perspectiva sexual.

Além disso, sabe-se que não havia evidências de ensino de hábitos de higiene e cuidados específicos com as crianças, isso se reflete no modo comum entre os adultos de se envolverem

em comportamentos inadequados com o corpo infantil. Para a mentalidade medieval, tais práticas eram consideradas meras brincadeiras maliciosas. Haja vista que

Não será surpreendente o fato de não haver nenhuma relutância em discutir assuntos sexuais na presença das crianças. A ideia de esconder os impulsos sexuais era estranha aos adultos, e a ideia de proteger as crianças dos segredos sexuais, desconhecida. Tudo era permitido na presença delas: linguagem vulgar, situações e cenas escabrosas; elas já tinham visto e ouvido tudo" (Postman, 2012, p. 31).

E isso era manifestado nos grupos sociais sem fazer distinções, afinal, “as crianças eram expostas nas ruas, vendidas pelos pais, doadas a casas religiosas e dadas aos ricos” (Heywood, 2001. p.103), aproximando-as de atividades socialmente aceitáveis entre os adultos, que ia desde comportamentos desviantes até participar de eventos religiosos, desde a obtenção ganhos financeiros em trabalhos nas feiras até por furto ou prostituição nas ruas.

2.2 Na Idade Moderna

Ao avançar para a Idade Moderna, descreve-se que tal período trouxe mudanças estruturais na quebra da sociedade de ordens, a qual impulsionou a secularização política, econômica e cultural, permitindo a formação dos Estados Nacionais, a expansão do comércio, com destaque nas descobertas geográficas com a ampliação das grandes navegações cujas intenções no mundo todo eram de ampliar os horizontes, explorar riquezas e conquistar e colonizar povos e novas terras. Destaca-se também que a época vivia diante de costumes que eram regidos pelos preceitos religiosos, especialmente em relação à vida sexual, que se caracterizava pelo patriarcalismo e autoritarismo.

Nessa perspectiva, Heywood (2001) afirma que apesar da infância ter sido "redescoberta" nos séculos XVI e XVII (Idade Moderna), os historiadores pontuam que o interesse pelas crianças na Inglaterra teve início com os puritanos, pois passaram a questionar a natureza e seu papel das mesmas na sociedade. Esses intelectuais não tinham uma visão muito favorável das crianças, de modo que os mais devotos os descreviam como nascendo como "fardos sujos do pecado original" ou "pequenas víboras" (Heywood, 2001, p. 36).

Outro aspecto que vale destaque são as viagens no longo percurso marítimo, que acarretava nas mais variadas violações à infância. Para tanto, a autora Del Priore (1996), em sua obra “História da Criança no Brasil”, nos faz refletir de maneira penosa sobre o fato de que; "as crianças brasileiras estão em toda parte. Nas ruas, à saída das escolas, nas praças, nas praias.

Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e, outras, simplesmente usadas" (Del Priore, 1996, p.6).

Assim, é relevante citar as histórias infelizes de inúmeras crianças que sofriam as mais variadas violações até mesmo antes do Brasil ser descoberto. Priori e Ramos (1996) abordam que as crianças já vivenciavam as experiências tráfego marítimas, onde sobreviviam e morriam nas embarcações lusitanas do século XVI, haja vista que as crianças eram separadas por grupos e denominadas como: grumetes ou pajens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente.

Os grumetes, além de serem crianças responsáveis por efetuar qualquer tipo de trabalho dentro das embarcações, inclusive as funções de adultos, pois a busca por mão de obra fez com que as crianças assumissem uma posição semelhante à dos adultos, tornando-as novamente adultos em miniatura. Nesse sentido, entende-se que a sociedade moderna passa a negligenciar a infância, levando essas crianças de volta a um estágio similar ao medieval, uma vez que estavam expostos novamente as violações sexuais do mundo adulto.

Ramos (1996) afirma que as todas as crianças, independente do sexo, que ao adentrarem as embarcações portuguesas do século XVI, sofriam além das privações alimentadores, a violência em seus corpos, de modo que por medo ou vergonha, dificilmente queixavam-se aos oficiais, até porque muitas vezes eram os próprios oficiais que haviam praticado a violência pois

A presença de mulheres era rara, e muitas vezes, proibida a bordo, e o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela Inquisição. Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia (Ramos, 1996, p. 11).

As chamadas ‘órfãs do Rei’, eram as meninas com idade inferior a 17 anos, que foram dadas, encontradas e até sequestradas, enviadas para orfanatos, a fim de abraçar a fé cristã, e isso era consumado ao se casarem com adultos da baixa nobreza portuguesa, assim, muitas foram enviadas para o Brasil, haja vista que as mesmas vinham sendo assediadas e até violadas durante a viagem até seu destino, pois “a simples presença das órfãs do Rei a bordo [...] causava grande alvoroço entre a tripulação masculina.” (Priori e Ramos, 1996, p.18). Assim, muitas não

cumpriam o objetivo a qual foram destinadas, que era de se casarem virgens, pois a violência física e moral era recorrente e nada se fazia para mudar tal situação.

Em um período que a criança era vista apenas para atender as demandas do mundo adulto, pois as meninas de 12 a 16 anos eram forçadas a se casar ou violadas sexualmente muito antes dessa idade, e meninos desde muito pequenos eram explorados com trabalhos pesados que cabiam aos adultos, de modo que para além do trabalho braçal, seus corpos eram igualmente violados por agressores sexuais. Assim, percebe-se que a sexualidade infantil era igualada a sexualidade de um adulto, pois não consideravam as especificidades da criança como sujeitos vulneráveis e dignos de cuidado físico e moral, forçando as crianças a aceitarem e se adaptarem para sobreviver nas grandes embarcações. Ramos (1996) afirma que

A história do cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas quinhentistas foi, de fato, uma história de tragédias pessoais e coletivas. A história das crianças, de qualquer idade, nas naus do século XVI só pode ser classificada, portanto, como uma história marítima trágica, ou se preferirem como uma história trágico-marítima (Ramos, 1996, p. 26).

Além disso, vale destacar que, conforme mostra-se ao longo da história, a criança, na melhor das hipóteses, era uma figura marginal e secundária ao mundo voltado para os adultos. Contudo, ao se referir ao trabalho braçal e atendimentos sexuais, eram tratados como adultos, porém ao repreendê-los por qualquer motivo (ou sem motivo), o autor Heywood (2001) aponta que “havia um costume difundido de bater, chicotear, abusar e repreender as crianças, e mantê-las em estado de grande temor e sujeição” (Heywood, 2001, p. 57), de modo que aqueles que aplicavam castigos físicos estavam firmemente convencidos de que essa prática era em benefício para educação e moral da criança.

2.3 Na Idade Contemporânea

Ao tratar da infância no Período Contemporâneo, que iniciou no final do século XVIII e início do século XIX, período o qual a sociedade é marcada fortemente pelo capitalismo, momento em que as autoridades em diversas regiões estavam ansiosas para impulsionar a indústria.

Para tanto, Heywood (2001) expõe o processo de trabalho e industrialização que atingiu a infância nesse período, pois as crianças, principalmente da classe trabalhadora, iniciavam a vida de trabalho desde muito pequenas do lado de seus pais. Haja vista que

Da mesma forma, na Inglaterra, uma Comissão Real sobre o Emprego de Crianças, de 1843, informou que os filhos de tecelões na indústria de roupas íntimas de Leicestershire começavam a trabalhar em torno de 6, 7 ou 8 anos de idade. Os meninos trabalhavam até 12 horas por dia, enrolando fios, e as meninas, como costureiras (Heywood, 2001, p. 170).

Percebe-se, então, que a presença de crianças era comum nas fábricas e nas minas, de modo que as mesmas eram exploradas como mão de obra barata devido à sua disposição para fazer tarefas repetitivas e monótonas, expondo-as a condições de trabalho precárias, longas jornadas e falta de auxílios para sua saúde e educação, as tornando constantemente vulneráveis diante de violações físicas e psicológicas.

Mais adiante, com os avanços dos setores industriais e tecnológicos, pontua-se a discussão apresentada pelo autor Postman (2012) trata em seu livro “O Desaparecimento da Infância” sobre as mudanças que as tecnologias e o capitalismo trouxeram para a infância na contemporaneidade. Uma vez que Nunes (1996) também aponta a disseminação dos “meios de comunicação global via satélite, a televisão, rádio e outras formas de comunicação atravessam o espaço” (Nunes, 1996, p. 201).

Assim, os autores chamam atenção para as mudanças sofridas pela sociedade consumista contemporânea, e especialmente como a sexualidade foi atingida, contudo, Postman (2012) afirma que as percepções sobre a sexualidade para a infância se assemelham ou retornam ao conceito de infância do período medieval, “quando nenhuma palavra era considerada imprópria para os ouvidos de um jovem e crianças” (Postman, 2012, p. 101).

O autor questiona o fato de a televisão apresentar informações que são igualmente acessíveis a todos, pois em qualquer idade e horário, o indivíduo consegue acessar conteúdos televisivos, sem considerar as limitações físicas, econômicas e cognitivas. Pois apresenta constantemente ao público, crianças espertas, atraentes e maduras, e isso reflete nos vestuários, danças, filmes e conversas das mesmas. O Postman (2012) enfatiza que

O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. Dadas as condições que acabo de escrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (Postman, 2012, p. 94).

Além disso, Nunes (1996) afirma que o período contemporâneo possibilitou a cultura de consumo também, pois deu origem a um conjunto de fantasias e ideais transgressores em relação à sexualidade. De modo que o capitalismo consumista passou a explorar fortemente a

sexualidade para atrair atenções, vender conteúdos e fomentar ideologias, ou seja, “a televisão é capaz, nesta sociedade, de funcionar como loja de desejos e alienação do sentimento e da razão, de apresentar ali as delícias do consumismo o frenesi da mercadotratia” (Nunes, 1996, p. 202).

Destaca-se então, o fato de crianças terem acesso às mesmas mídias e programas que os adultos, os quais estão expostos aos perigos dos conteúdos lançados pela televisão, pois não faz distinção entre as categorias de "criança" e "adulto", de modo que tal ação explora a “adultização” das crianças. Assim, Postman (2012) conclui que

A televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, por- que não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. Com a ajuda de outros meios eletrônicos não impressos, a televisão recria as condições de comunicação que existiam nos séculos quatorze e quinze (Postman, 2012, p. 94).

Assim, tal produto tecnológico está presente nos mais diversos lares, apresentando de maneira verbal e não verbal conteúdos sexualizados, alcançando igualmente o público adulto e também infantil, visto que tais conteúdos são expostos sem filtros e se tornam inadequados para crianças.

Corroborando Landini (2000, p.29) também discute sobre a perceptível imagem “erótica infantil” vista nas redes midiáticas, pois “não é difícil encontrar propagandas e anúncios onde a criança é mostrada em pose sensual ou em contexto de sedução”. Dessa forma, os meios midiáticos da Idade contemporânea têm o poder de influenciar socialmente, expondo para crianças conteúdos que provocam nas mesmas comportamentos erotizados e precoces, como em

Campanhas publicitárias estimulam de forma precoce a erotização infantil; programas de televisão exploram a sexualidade das crianças através de concursos de danças com músicas e coreografias insinuantes, apresentadoras de programas posam nuas para revistas, maquiagens para crianças estão cada vez mais sofisticadas, bonecas com corpos magros, seios grandes e muitas trocas de roupas são vendidas para qualquer faixa etária, revistas exploram os corpos das crianças com roupas e acessórios que se adequariam ao público adulto, entre outras inúmeras situações (Santos, 2010, p. 7).

Observa-se, portanto, que as crianças estão expostas a situações e conteúdos erotizados devido à inserção em uma sociedade capitalista e tecnológica. Nesse contexto, as fronteiras entre conteúdos destinados a adultos e a crianças são eliminadas, resultando em uma

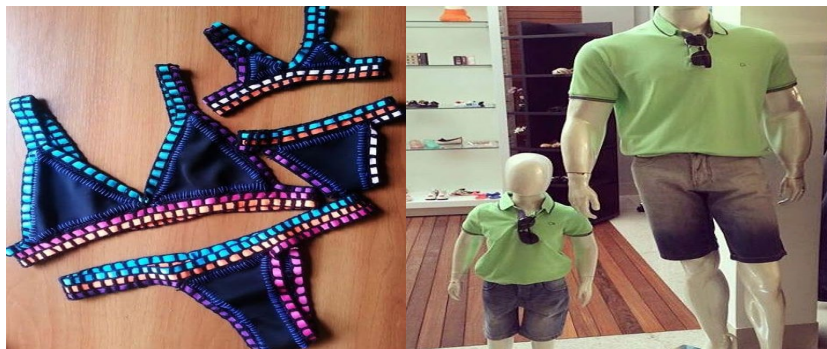
interferência negativa no desenvolvimento intelectual e emocional dos pequenos, afetando a construção de suas representações de mundo e da infância.

Além disso, é importante refletir sobre as alterações nas vestimentas das crianças, uma vez que a ideia amplamente aceita no século XVIII (idade moderna): que crianças e adultos deveriam ter trajes distintos, agora é rejeitada por ambos os grupos, pois cada vez mais se assemelha as vestes das crianças e dos adultos, o que fomenta a adultização e erotização da infância. Assim, destaca-se o fato de

A indústria de roupas de criança passou por grandes mudanças na última década, de modo que o que era outrora inequivocamente reconhecido como roupa "infantil" praticamente desapareceu. Garotos de doze anos agora usam ternos nas festas de aniversário, e homens de sessenta anos usam jeans em festas de aniversário. Garotas de onze anos usam saltos altos e o que já foi uma marca nítida de informalidade e energia juvenil, o tênis, agora parece ter o mesmo significado para adultos. A minissaia, que era o exemplo mais embaraçoso de adultos que macaqueavam o estilo de roupa das crianças, está agonizante no momento [...] O fato é que estamos agora passando pela reversão da tendência iniciada no século dezesesseis, de identificar as crianças pelo modo de vestir. À medida que o conceito de infância diminui, os indicadores simbólicos da infância diminuem com ele (Postman, 2012, p. 142).

Para tanto, no período contemporâneo, os avanços mercadológicos e tecnológicos passaram a erotizar e estimular comportamentos de sensualidade e maturidade nas crianças, uma vez que são encorajadas a utilizar roupas e produtos da moda direcionados ao público adulto, e isso é evidenciado nas roupas idênticas para pais e filhos, na valorização de imitação de roupas, de modo a não considerar as especificidades no corpo infantil. Observa-se nas imagens a seguir:

Figura 1- Tal adulto, tal criança: a imitação



Fonte: Google imagens, 2023.

Percebe-se que a sociedade contemporânea invisibiliza a infância como grupo particular em cuidados de acessos acerca da sexualidade. As crianças são expostas constantemente a

conteúdos midiáticos, incluindo televisão, *internet*, revistas, filmes, celulares e videogames, com fortes apelos para consumo, explorando as mensagens de erotização do mundo adulto, a exemplo: o incentivo à apreciação de música com entonações sexuais; utilização de sapatos e roupas para imitar mulheres sexys e vaidosas, destacando em várias circunstâncias, a sexualidade e a objetificação do corpo.

Para além do poder televisivo apontado por Postman (2012), é importante ressaltar a influência das redes tecnológicas, aplicativos de redes sociais e jogos, que envolvem as crianças em uma dinâmica que resulta em conflitos de interesses entre gerações distintas. Isso é facilitado pelo acesso das crianças a qualquer tipo de conteúdo, grupos e pessoas, tornando ambos indivíduos cada vez mais focados no consumo das tendências populares do momento. Muitas vezes tal aspecto não leva em consideração a maturidade física e psicológica da criança, pois ambos ouvem as mesmas músicas, independentemente do conteúdo das letras, dançam ao som dos mesmos ritmos, assistem aos mesmos vídeos e usam as mesmas gírias.

Conforme apontado por Filho (2012) e Nunes (1996), o mundo contemporâneo, foi dominado pelo consumismo, imediatismo, individualismo e erotização, pouco tempo tem sido dedicado pelas gerações mais velhas aos cuidados e à educação das crianças. Isso acarreta em algumas delas tornando-se vítimas da falta de informações e supervisão dos adultos, o que faz com que sejam "educadas" pelos meios tecnológicos, reproduzindo e construindo-se com base na sexualidade dos adultos, pois nessas circunstâncias, as crianças absorvem diversos estímulos sexistas, eróticos, machistas e imediatistas.

2.4 Percurso histórico da Educação Sexual e Sexualidade no Brasil

Por séculos, a infância foi marcada por exclusões e negligências, como discutido na seção teórica anterior. No entanto, hoje em dia, a infância está amparada por uma série de conquistas e avanços em seus direitos e responsabilidades. Isso resultou no reconhecimento dos direitos das crianças a espaços próprios, vestuário, literatura etc. Essas mudanças têm contribuído para a criação de ambientes sociais mais adequados às necessidades e estágios de desenvolvimento das crianças, garantindo-lhes direitos como cidadãos com necessidades e demandas específicas de cuidado e atenção.

No entanto, ao abordar os direitos sexuais das crianças em todas as esferas da sociedade, observa-se um processo contínuo de avanços e recuos. Nesse tópico, serão discutidos os

aspectos históricos da Educação em relação à discussão da sexualidade no Brasil, de acordo com os quatro momentos identificados por Ribeiro (2004).

Para tanto, segundo o autor, a abordagem da educação sexual no Brasil inicia durante a colonização, por volta da segunda metade do século XVIII, principalmente durante o processo de catequização dos povos indígenas, pois por meio da Inquisição Portuguesa como instituição religiosa, gradualmente reprimiram e alteraram a percepção da sexualidade dos indígenas, ao ensiná-los a cobrir seus corpos por ser dito pecado e ao imperar controle nas obrigatórias confissões das práticas sexuais, fundamentado nos ensinamentos da doutrina da Igreja. Contudo, destaca-se as ações de lascívia permitidas para os homens, que se uniam com várias indígenas e escravas, o que tornou “o **primeiro momento** de educação sexual no Brasil: sexo pluriétnico libidinoso para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja.” (Ribeiro, 2004, p.16).

Corroborando, Nunes (1996) afirma que os colonizadores frequentemente não tratavam os corpos indígenas e negros com respeito e dignidade, eles eram vistos como meros objetos a serem dominados e explorados por aqueles que detinham o poder, além disso,

Neste horizonte de exploração e negação de toda alteridade, a colonização portuguesa também reservou um capítulo perverso sobre a sexualidade dos oprimidos. A índia, a mulher negra, as crianças e os escravos eram objetos ao dispor do senhorio, isto incorporando as satisfações de ordem sexual (Nunes, 1996, p. 120).

Calainho (2022), também traz à tona a ideia da Inquisição portuguesa como uma instituição religiosa, que além de Portugal, estendeu sua influência a várias regiões no Ultramar, tanto no Atlântico quanto no Índico, dando força para o Santo Ofício³ ter ampla abrangência geográfica das atividades inquisitoriais afim de explorarem diversas regiões em busca de hereges e para cumprir as ordens dos inquisidores. Para tanto, perseguiram todos aqueles que contrariavam a igreja, seja em seus atos, ideias, formas de falar e agir, dando destaque para a cultura indígena.

Posteriormente, dada a ação de Marquês de Pombal, ao expulsar os jesuítas e assumir oficialmente a responsabilidade pela educação pública, Pombal avançou em implementar as

³ Santo Ofício da Inquisição ou Santa Inquisição foi um grupo de instituições dentro do sistema jurídico da Igreja Católica Romana o qual organizou as leis e precedentes relacionados aos delitos envolvendo feitiçaria, blasfêmia, usura e heresias.

reformas no sistema educacional e nos métodos de ensino, mas apenas para promover os interesses políticos do Estado, longe de preocupar-se com as discussões que permeiam a sexualidade na Educação.

Nessa conjectura, Ribeiro (2004) aponta o segundo momento, que ocorre no século XIX, época do Império e da República, como sendo o momento de “controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas sob a normatização da moral médica” (Ribeiro, 2004, p.17). Assim, o discurso de cunho religioso é substituído por uma abordagem médica, e a sexualidade passa a ser tratada como uma questão de urgência acerca da higiene e saúde, ou seja, os comportamentos sexuais não são mais condenados como pecado, mas sim devido aos riscos que apresentam para a saúde humana, como afirma Petrenas (2015), que o “discurso médico tomou impulso, a sexualidade passa a ser vista como propagadora de doenças corporais e mentais” (Petrenas, 2015, p. 39), de modo que muitas associações educacionais, igrejas e centros comunitários e privados aderiram o discurso médico biologista como uma ferramenta para amedrontar e desencorajar práticas sexuais consideradas perigosas.

Assim, a presença da medicina é notável ao longo do século XIX, tendo em vista que a mesma se aliou ao Estado, para fomento de políticas públicas, bem como com as ciências científicas para ampliação de discussões, trabalhos, publicações de livros e jornais de incentivo e ensino acerca dos cuidados com a saúde sexual da sociedade. Nesse sentido, Petrenas (2015) afirma que tal momento para a educação sexual se tornou um

Cenário ideal para a repressão sexual; religiosos dos diversos credos, pedagogos, médicos, psicanalistas se aliaram com o objetivo de normatizar os comportamentos e atitudes sexuais com base em uma pseudocientificidade (Petrenas, 2015, p. 33).

Mais adiante, o **terceiro momento** da educação sexual ocorreu nas primeiras décadas do século XX, em avanços nas discussões acerca da sexualidade humana, surgindo campo específico para educação e orientação sexual, que para Ribeiro (2004) foi o momento de

Veiculação da importância e necessidade da educação sexual através de livros publicados por médicos, professores e sacerdotes, cientificamente fundamentados, que visavam orientar a prática sexual dos indivíduos” (Ribeiro, 2004, p.18).

A partir desse período, especialmente, na década de 1960, a educação sexual começou a ser incorporada aos currículos escolares de forma isolada, como ações disciplinares que envolviam conteúdos ministrados por profissionais treinados para esse propósito. Entretanto, como observado por Ribeiro (2004) "temos então, nos anos sessenta, o **quarto momento** de

educação sexual no Brasil; a implantação de programas de orientação sexual em várias escolas” (Ribeiro, 2004, p.19)". Essas iniciativas educacionais surgiram em resposta à crescente preocupação dos educadores com o aumento significativo das gravidezes não planejadas e das doenças sexualmente transmissíveis entre adolescentes e jovens.

A partir da segunda metade da década de 1990, no avançar das discussões e programas para oficializar a Educação sexual nas escolas, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de dezembro de 1996 e a implementação do documento chamado *Pluralidade Cultural e Orientação Sexual* nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998, foram essenciais para o reconhecimento da importância da Educação e Orientação Sexual nos âmbitos escolares, a fim de garantir aos indivíduos o acesso a um conjunto de conhecimentos que são necessários para o exercício da cidadania, incluindo propostas e processos educativos para a sexualidade do indivíduo.

Nesse contexto, a transversalidade no currículo escolar, acerca da temática da Educação Sexual com enfoque no enfrentamento e prevenção da violência contra crianças e adolescentes é reforçada pela LBD 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), que dispôs em seu Art. 26, inciso 7º, sobre a possibilidade de integralização curricular relacionado ao ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais, ao dar viabilidade e importância de se incluir

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como tema transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado (Brasil, 2017, p.20).

Assim, tal lei ressalta a necessidade de adequação nos sistemas e estabelecimentos de ensino de maneira a atender as especificidades de cada comunidade e/ou região, trabalhando em prol de melhorias e assistências, levando em consideração a cultura, anseios e economia dos alunos, ou seja, felizmente a escola pode investir no ensino sobre a sexualidade e suas vertentes, de acordo com o meio social dos envolvidos no ambiente escolar, uma vez que entende-se a importância de discutir e incluir no trabalho escolar sobre os temas relacionados à sexualidade, fornecendo informações adequadas e interessantes para um entendimento saudável e adaptando as abordagens de acordo com a idade e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Os PCN's, apesar de não serem documentos obrigatórios, têm a intenção de dar condições enquanto formação para que as escolas e seus profissionais tratem da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, teve por objetivo: garantir aos jovens o acesso a

um conjunto de conhecimentos que são necessários para o exercício da cidadania, incluindo propostas e processos educativos para a sexualidade do indivíduo, uma vez que, o documento dispôs que a sexualidade deveria ser tratada

Como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (Brasil, 1998, p. 287).

Nesse sentido, as discussões acerca da Sexualidade e Educação sexual (O documento se refere como: Orientação Sexual)⁴, aparece como “A abordagem de questões sociais urgentes: os Temas Transversais” - incluindo também: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e estudos econômicos- , ou seja, implica que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos pela Orientação Sexual devem ser incorporados nas várias áreas do conhecimento, permeando as práticas e projetos educativos como um todo, compreendendo que

As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas (Brasil, 1998, p.67).

Vale destacar que Eixo de Orientação Sexual é dividido em quatro ciclos, sendo: Corpo: Matriz da sexualidade; Relações de Gênero, Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e o Trabalho com orientação sexual em espaço específico, contudo, tais blocos de orientações foram estabelecidos para atender apenas o Ensino Fundamental, não atendendo às especificidades das outras etapas da Educação Básica.

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), bem como nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, após debates e conflitos sobre a inclusão ou não de temas de gênero e sexualidade, o documento traçou diretrizes e metas para a Educação no Brasil, mas fora excluído os termos citados, dando fortalecimento, dentro do contexto da democracia neoliberal. Haja vista que, para os parlamentares conservadores nesta situação, o alvo a ser eliminado é

⁴ Ribeiro (2004) e Suplicy (1994) apontam que a Educação sexual é um processo amplo e informal. Enquanto a orientação sexual é um processo de formal de instrução e informação.

aquele ou aquela que foge da norma essencialista de gênero e sexo, a qual devia ser interpretada exclusivamente com base em aspectos biológicos. Nessa perspectiva, impera a moralidade “definida por meio de categorias políticas, o nós/eles, agora é estabelecido em termos morais. No lugar do conflito entre direita e esquerda, vemo-nos diante do conflito entre certo e errado (Mouffe, 2015, p.05). Assim, as posições de parlamentares que se opõem à inclusão dos termos "sexualidade" e "orientação/educação sexual", impulsionados por uma visão conservadora, são particularmente evidentes nas bancadas de parlamentares evangélicos e católicos cujas objeções foram fundamentadas em princípios de moralidade.

Contudo, os educadores se deparam com a sequência de limitações em políticas públicas e educacionais, haja vista que logo em seguida, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, documento base para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, também delimita a temática da sexualidade enquanto Educação sexual apenas nas competências e habilidades das Ciências da Natureza, para alunos de 8º (oitavo) ano do Ensino Fundamental, nos conteúdos relacionados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana. Haja vista que, isso aparece na unidade temática: Vida e evolução;

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (Brasil, 2017, p. 349).

A BNCC restringe a abordagem da sexualidade de maneira explícita apenas para perspectiva biológica, vinculando-a à prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez na adolescência, adotando uma abordagem que se assemelha às visões médico-higienistas tal qual as concepções de Educação Sexual no período do Império e da República. Além disso, mostra-se uma regressão em comparação com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

É evidente que em todos os momentos históricos a sexualidade aparece de maneira explícita ou implícita, especialmente nas legislações educacionais, afirmando a necessidade da implementação da Educação Sexual na formação educacional brasileira, pois como sabe-se que as manifestações da sexualidade dentro das escolas e universidades são reais, uma vez que a sexualidade faz parte do sujeito social, “ela não é algo que possa ser desligado ou algo do

qual alguém possa se “despir” (Louro, 1998, p. 81). Assim, a sexualidade não se ausenta da vida dos envolvidos nas instituições de ensino, de tal modo, a Educação sexual não deve ser excluída do currículo escolar.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL CONTEMPORÂNEA: ABORDAGENS E DEFINIÇÕES

Para conceituar e categorizar os conhecimentos sobre a Educação Sexual contemporânea, recorre-se às abordagens propostas por Nunes (1996) e Furlani (2005), com base nas ligações conceituais de ambas teorias. A primeira abordagem é a abordagem **moral-tradicionalista** de Furlani (2005) e que se conecta com a **vertente normativa-institucional** de Nunes (1996), cujas abordagens apontam a posição tradicional, normativa e repressora, que percebe com intolerância os conhecimentos que tratam da sexualidade humana. Para tanto, a abordagem moral-tradicionalista é favorável

Aos “papéis sexuais” tradicionais, defendem a monogamia, o casamento, a castidade pré-marital, a educação separada entre meninos e meninas; pregam a intolerância com as práticas sexuais e com os modos de viver a sexualidade que não sejam os reprodutivos (Furlani, 2005, p. 18).

A abordagem normativa e repressiva, perpetua a estrutura patriarcal a qual defende a ordem ética institucional, de modo a reprimir e introduzir uma insatisfação acerca dos ensinamentos de Educação sexual, contudo, o autor Nunes (1996) afirma que essa repressão ocorre também nas medidas educativas doutrinárias, que é defendida pela principal instituição tradicional ética, a Igreja católica, pois seus “discursos marcadamente com a finalidade explícita de determinar e reproduzir comportamentos e significações confessionais” (Nunes, 1996, p.190) de modo que, quando questões de natureza sexual continuassem a surgir, apenas padres ou líderes religiosos poderiam intervir, oferecendo orientação e instrução.

Nesse sentido, Figueiró (1995, p.14) corrobora o fato de que durante muitos séculos, a religião exerceu uma significativa influência sobre a vida sexual das pessoas, especialmente no mundo ocidental. Essa abordagem religiosa buscou “ditar normas controlando a observância das mesmas, fazendo enfim, do portamento sexual, um objeto de preocupação moral”.

Vale destacar que autores citados problematizam a privação da informação que marca tal abordagem, pois passa a assumir uma posição de censura “que não considera (ou propositadamente ignora) formas de prevenção e práticas sexuais seguras” (Furlani, 2005, p.18), de modo que os institutos educacionais religiosos apostavam nas restrições à literatura de sexualidade nas bibliotecas, a inclusão de orações nas escolas e a promoção do ensino da teoria criacionista.

Para tanto, Figueiró (1995) com base em seus estudos sobre a história da Educação Sexual no Brasil, afirma que no século XIX, a doutrina religiosa deixou de ser a única

autoridade na definição de normas e no controle do comportamento sexual, passando a compartilhar essas responsabilidades com o campo médico, assim apresenta-se a segunda abordagem **biológico-higienista** cunhada por Furlani (2005), que para Nunes (1996) denomina-se vertente **médico-biológica** cuja abordagem biológica é aquela que foca o ensino somente para questões de saúde, reprodução humana, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada.

Para Nunes (1996), tal interpretação biologistica trata a sexualidade como educação apenas com abordagem procriativa, “retirando da sexualidade sua significação essencial, ou seja, a significação histórico-ontológica, ética e cultural.” (Nunes, 1996, p. 140), de modo que o autor afirma que tal vertente tem como base o discurso médico, fortalecendo a mesma narrativa conservadora e institucional que tem permeado a sociedade brasileira, inclusive a educação, até o atual momento.

Tal abordagem ainda percorre as discussões nas escolas, com orientações meramente normativas e informativas acerca das doenças e suas consequências para a vida dos indivíduos, o que Nunes (1996) denomina de “um amedrontamento institucional”. Assim, o autor alerta sobre o fato de “muitas das formas de entender a sexualidade hoje abordada na grande maioria das escolas brasileiras fundamenta-se nesta concepção médico-biologista ou naturalistas-descritivas.” (Nunes, 1996, p. 144).

Nesse contexto, Furlani (2005) e Nunes (1996) corroboram a contínua predominância da abordagem biológico-higienista nas aulas de Ciências e Biologia, haja vista que Nunes (1996) alerta para as abordagens com "versão agropecuária da sexualidade", pois os conteúdos dessas disciplinas frequentemente vinculam a sexualidade humana à sexualidade de animais, exibindo exemplos de casais de porquinhos, galinhas e coelhos, os quais “pressupõem uma concepção evolutiva das "sexualidades" animal e humana” (Nunes, 1996, p. 144).

Além disso, Furlani (2005) alerta para a necessidade de problematizar as orientações para sexualidade desde a infância, pois não deve se limitar apenas para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, em suas abordagens biológicas e evolutivas ao visar apenas as questões sexuais da puberdade. Afinal, “as aulas de educação sexual não podem ser um amontoado de informações biologistas” (Nunes, 1996, p. 222).

Assim, a abordagem biológica é aquela que negligencia aspectos sociais e culturais igualmente relevantes no processo de aprendizado, o qual o foco está apenas em conteúdos prontos sobre uma sexualidade humana anatômica e evolutiva, que pode resultar em uma falta

de preparação adequada para lidar com questões sexuais do mundo real, como relacionamentos saudáveis, consentimentos, prevenção de DST⁵ e gravidez, diversidade sexual e identidade de gênero.

Contudo, Figueiró (1995) afirma que a abordagem médica, ao classificar disfunções e anomalias como doenças em vez de pecados, criava novas fontes de estudos e tratamentos, que apesar de um extenso controle sobre a vida social e sexual das pessoas, investiram em um conjunto de estudos sobre a educação e prática permitida e proibida de acordo com os conceitos de doença e saúde, de modo que essa abordagem envolveu classificações da Medicina Social e, posteriormente, tornou-se uma estratégia essencial para analisar disfunções sexuais.

A terceira abordagem é nomeada por Furlani (2005) como abordagem **Terapêutica** e para Nunes (1996) **Terapêutica-descompressiva**, cuja abordagem se fundamenta na simplificação da sexualidade, vinculando-se ao senso comum e em discursos superficiais, frequentemente fazendo uso de mídia e técnicas psicológicas para abordar a sexualidade, com o objetivo de oferecer e promover conteúdo terapêutico, ou seja, “associam-se elementos irracionais, emocionais, sexualistas própria do século XIX.” (Nunes, 1996, p.71). Nessa perspectiva, os propagadores da abordagem apostam em “ocupar a mídia (especialmente a televisiva, radiofônica e internet), consultórios de orientações e aconselhamento, e se utilizar das técnicas de terapia individual, grupal e de psicodrama.” (Furlani, 2005, p.19).

Para exemplificação, a autora reforça o discurso sobre a ausência de uma relação positiva, íntima e satisfatória entre uma criança e seu pai, que leva a um vazio emocional. Tornando a mãe, por vezes, alguém que não supre o espaço paterno da vida do filho, devido à crença de que "isso é coisa de homem". Este discurso simplista foi amplamente promovido e difundido por várias fontes de informação e comunicação, tratando questões de sexualidade e gênero como algo fixo e definitivo. Além disso, ele muitas vezes se apoiou em fundamentos psicológicos para abordar, aconselhar e resolver essas questões.

A quarta abordagem é a Emancipatória, a qual ganha destaque em subseção teórica (a seguir), por ser um paradigma que “supõe uma profunda reflexão sobre a sexualidade de modo a elucidar suas contradições históricas e identificar suas configurações políticas (Nunes, 1996, p.238). Além disso, será abordado sobre a vertente Intercultural, pois ambas se atentam em desvendar esses modelos preexistentes e planejar a quebra das estruturas estabelecidas, com o

⁵ Atualmente a sigla utilizada é IST (Infecção Sexualmente Transmissível)

objetivo de fomentar paradigmas que conduzam a uma sociedade consciente e liberta, pautada na promoção da igualdade e na consideração da diversidade sexual e cultural.

3.1 Educação sexual enquanto prática pedagógica intercultural

A discussão está pautada na prática intercultural, segundo Candau (2013); Candau e Russo (2010), Coppete (2012) e Fleuri (2022), perpassa pela ação crítica da educação intercultural como um componente crucial nos processos de mudança e transformação social, com foco na construção de reconhecimentos dos sujeitos. Destacando o poder da prática consciente e intencional, que valoriza os sujeitos envolvidos na relação de criar e sustentar as culturas.

Assim, destaca-se inicialmente o questionamento de Fleuri (2022): “que processos educacionais podem agenciar a superação dos mecanismos disciplinares de sujeição e instituir relações de autonomia e solidariedade no enfrentamento dos problemas da realidade?” (Fleuri, 2022, p.34), nesse sentido, entende-se nessa seção, que a perspectiva crítica da interculturalidade, que é um instrumento ético e político nas práticas educacionais, compreendido como indicador de caminhos possíveis para a valorização e reconstrução de práticas para a diversidade cultural, ou seja, uma educação capaz de compreender e respeitar os corpos e suas complexidades individuais e coletivas.

A interculturalidade crítica aparece como projetos interculturais para articular políticas educativas e práticas pedagógicas comprometidas com o princípio da não discriminação e voltadas à desconstrução de subalternidades, à emancipação e à liberdade, e também está à frente de discussões que foram historicamente excluídas e colonizadas. De modo que abordar sobre o corpo, sexualidade, violações sexuais e até mesmo sobre a infância foi-nos negado o acesso ao conhecimento por muitos períodos históricos, por isso a prática intercultural se apresenta como uma crítica à “construção de e a partir das gentes que têm sofrido um histórico de submissão e subalternização” (Walsh, 2009, p. 09). Por outro lado, práticas pedagógicas e sociais devem dar “condições de superação da opressão, submissão e alienação, do ponto de vista histórico, cultural ou político.” (Franco, 2016, p.540).

Para a autora Walsh (2014) a interculturalidade vale-se da perspectiva crítica frente às estruturas que excluem e desumanizam os sujeitos culturais, de modo que

Argumentaré que la interculturalidad en sí, solo tendrá significación, impacto y valor cuando está asumida de manera crítica, como acción, proyecto y proceso que procura

intervenir en la refundación de las estructuras y ordenamientos de la sociedad que racializan, inferiorizan y deshumanizan, es decir en la matriz aún presente de la colonialidad de poder (Walsh, 2014, p. 62).

Nessa perspectiva, a autora percebe a interculturalidade como uma posição de enfrentamento ao padrão de poder, inclusive os padrões disciplinares do currículo escolar. Tendo como intuito, apostar e lutar pela relação dos distintos saberes e práticas culturais entre os indivíduos, para alcançar um significado crítico e consciente sobre a diversidade e problemáticas que os afetam. Para tanto, entende-se que a interculturalidade crítica, como uma ação e/ou um projeto que visa intervir na reconstrução das estruturas da sociedade que promovem a exclusão, a inferiorização e a desumanização de corpos e conhecimentos. Corroborando, Coppete (2012), expõe que a interculturalidade crítica é

A abordagem traduz a reivindicação de povos e grupos sociais historicamente subalternizados; representa também setores de luta a eles associados, na construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural. Trata-se, portanto, de um projeto de vida que implica formas de viver e estar neste mundo; um projeto político, social, ético e epistêmico (Coppete, 2012, p. 207).

Cabe então, enquanto prática educacional, baseada na interculturalidade crítica, às ações de refletir e agir intencionalmente, com foco no reconhecimento dos sujeitos e suas mazelas em justiça e equidade social, especialmente no ocultamento das violações de seus corpos. Para tanto, Candau e Russo (2010) afirmam que

A perspectiva intercultural no âmbito educativo não pode ser reduzida a uma mera incorporação de alguns temas no currículo e no calendário escolar. Trata-se, de modo especial, da perspectiva crítica, que consideramos ser a que melhor responde à problemática atual do continente latino-americano, de uma abordagem que abarca diferentes âmbitos - ético, epistemológico e político -, orientada à construção de democracias em que justiça social e cultural sejam trabalhadas de modo articulado (Candau e Russo, 2010, p.167).

Nesse sentido, entende-se que a interculturalidade em educação não pode ser separada das problemáticas sociais e políticas vivenciadas pela infância, sendo a escola um local essencial para a apropriação dessa estratégia ética e política, pois Candau (2013, p.253) reafirma que “a escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados.”, especialmente por ser capaz de explorar as diversas estratégias pedagógicas para combater toda forma de preconceito, discriminação e violência entre os sujeitos multiculturais.

Coppete (2012) sinaliza que no âmbito educacional, a interculturalidade tem o poder de agir e reagir como uma ação contínua de intervenção diante de movimentos sociais complexos, “a partir do contato e da interação entre sujeitos e sua diversidade, de maneira que promova atitudes abertas ao confronto” (Coppete, 2012, p. 202), para capacitar as pessoas, mesmo diante de confrontos reflexivos, a entenderem e apropriarem-se dos códigos que outrora lhes foram negados, pois

Pensar, agir e viver interculturalmente, especialmente a partir de uma perspectiva crítica, transpõe a descoberta de si mesmo e do outro; requer ações pensadas e executadas de maneira interativa, respeitosa, solidária, afetiva, prospectiva com vistas à justiça e equidade social (Coppete, 2012, p.215).

A educação intercultural enquanto ação e prática educativa ocorre quando os processos que conectam a pesquisa pedagógica à ação social se entrelaçam com decisões alinhadas a ideais e valores, de forma intencional, com foco em considerar as exclusões de temáticas no currículo escolar, no contexto, sobre a pedagogia dos corpos desumanizados e violados, pois a prática intercultural aposta na “a criação de contextos educacionais [...] no sentido de desenvolver integração criativa, participação cooperativa e aprendizagem significativa. (Fleuri, 2022, p. 225). Sendo assim, que a prática pedagógica intercultural se organiza em torno de intencionalidades claras, dispondo de métodos que dão significado a essas intencionalidades.

Nessa conjuntura, a interculturalidade crítica impõe a reflexão das práticas eurocêntricas na educação, por isso, a prática intercultural segundo Fleuri (2022) também se apresenta como projeto e processo buscam intervenção na reestruturação e reorganização dos alicerces sociais que promovem a racialização, a subalternização e a desumanização dos indivíduos que se assentam nas carteiras escolares, pois a mesma fora construída historicamente por questões de poder.

Contudo, destaca-se os desafios para tais ações educativas, como o reconhecimento dos educadores acerca da necessidade de compreender e ensinar sobre questões coloniais que atravessam ambientes profundamente diversificados, como a escola. Além disso, a efetivação entre os pares em uma relação intencional, constitui o traço característico da relação intercultural, mas que se mostra um desafio, pois a interação entre várias culturas reflete distintas posições morais e intelectuais.

Outro desafio mostra-se nos padrões convencionais presentes na educação, caracterizados por padronização e uniformidade no currículo escolar, os quais frequentemente

se desligam dos contextos socioculturais e das problemáticas dos indivíduos e suas comunidades. Tais ações apagam qualquer tentativa de empoderamento e conscientização acerca das possibilidades curriculares, estruturais e culturais.

3.1.2 Educação Sexual enquanto prática pedagógica emancipatória

A perspectiva emancipatória tem como base as discussões de Freire (1987) e Arroyo (2012, 2014), incluindo também estudiosos sobre a sexualidade: Nunes (1996), Furlani (2005) e Figueiró (2006), ao versarem sobre a importância do reconhecimento dos corpos em sua vivência pessoal/coletiva saudável e autônoma, compreendendo a educação capaz de conscientizar acerca de possíveis violações sexuais, como um compromisso com a transformação social.

Para Figueiró (1995), a Educação Emancipatória é disseminada no Brasil a partir dos anos 1990, em diversas áreas e níveis de conhecimento, de modo que Paulo Freire teve suas ideias aplicadas tanto no contexto da educação formal quanto em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, pois se tornaram fonte de inspiração para as lutas em busca de uma sociedade brasileira mais consciente e igualitária.

Furlani (2005) afirma que “foi a partir do debate sobre educação popular que começou a entrar na pauta pedagógica e política a ideia de uma “educação emancipatória” (Furlani, 2005, p. 31), pois esse pensamento estava intrinsecamente associado a abordagens dialógicas e antiautoritárias, afinal, tal abordagem compreende e problematiza o aspecto

Repressor da sexualidade, ao mesmo tempo que afirma haver a necessidade de se “lutar pela liberdade”, admitindo-a como desejada e possível, ainda que o texto mencione a “busca da utopia da emancipação” (p. 38). A “emancipação” só seria possível a partir da “consciência” (Furlani, 2005, p.38)

Nesse contexto, a prática emancipatória se apresenta como uma ação destinada à conscientização e à transformação, mas só poderá ser eficaz se houver condições sociais e políticas que permeiam a educação desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

A Educação Sexual enquanto prática emancipatória entende o contexto social, mas especificamente o educacional, como sendo opressor/repressor da sexualidade, contudo, compreende a necessidade da promoção de consciência crítica em meio aos indivíduos, permitindo que estes escolham seus caminhos de forma livre, desprovidas de amarras e medos,

e com pleno reconhecimento dos seus corpos e direitos em vivência pessoal/coletiva, uma vez que para Figueiró (2006), a abordagem emancipatória

Caracteriza-se essencialmente em perceber na educação sexual um compromisso com a transformação social, conduzindo as discussões para as questões que envolvem relações de poder, aceitação das diferenças e respeito pelas minorias (Figueiró, 2006, p.83).

Assim, Arroyo (2012) destaca a percepção de Paulo Freire, que coloca em destaque a importância de enxergar e reconhecer os "Outros" como sujeitos de voz, detentores de saberes, culturas e consciência. Ele propõe uma visão extremamente política e radical dos "Outros", que vai de encontro a uma história repleta de tentativas brutais de reprimir suas vozes, suas presenças na história e na cultura. Freire vai além ao lembrar que todo o processo histórico de humanização sempre esteve acompanhado de dinâmicas brutais de desumanização.

Por isso, é necessária a conscientização de que “a sexualidade (e seus sujeitos) como uma dimensão “reprimida, histórica, social e politicamente” (Furlani, 2005, p.35), de modo que tal prerrogativa está ligada ao entendimento de Freire (1987) na obra "Pedagogia do Oprimido", o autor discute a autonomia e as resistências às injustiças sociais vivenciadas pelos oprimidos diante de um sistema social e educacional bancário. Ele também aborda a ação educativa e o papel do educador no que se refere ao conhecimento dos excluídos historicamente e à consciência disso tanto dentro quanto fora das escolas. Freire enfatiza a importância de possibilitar que esses indivíduos tenham consciência de seus corpos enquanto sujeitos autônomos, nesse sentido, o autor declara que é possível proibir que o corpo seja, negando-o como um corpo consciente.

Nessa perspectiva, Arroyo (2012) contesta tais aspectos, ao reforçar a

Crítica a tantos esquecimentos dos corpos dos educandos e dos educadores ou a crítica a tantos processos de submetimento, até de sofrimento a que são expostos os corpos imóveis por horas nas carteiras, em filas, olhando a nuca dos colegas na frente (Arroyo, 2012, p. 15).

Em sua obra, “Outros sujeitos, outras pedagogias” (Arroyo, 2014), reflete e critica as concepções, teorias e práticas pedagógicas que elaborou e legitimou um sistema de classificação social, étnica, racial e nesse padrão de dominação-subalternização inferiorizando, menosprezando e verticalizando a forma de educar e seus sujeitos. Pois a educação foi um local que viu a infância como estrangeira e sem voz. De modo que o autor enfatiza a necessidade de

Não apenas trazer com centralidade os corpos-infância, mas revelar aos estudos da infância as peculiaridades de sua construção em nossa história social, política, cultural e pedagógica. Só dando destaque à produção de seus corpos-infância, essa peculiaridade se revela em sua cruel persistência (Arroyo, 2012, p.54).

O autor dispõe da reflexão de não apenas colocar os corpos infantis no centro, para compensar o período de ações adultocêntricas, mas também revelar aos estudos sobre a infância, em suas características únicas de construção e resistência ao longo de nossa história social, política, cultural e pedagógica.

Nessa perspectiva, vale tratar sobre o movimento adultocêntrico foi historicamente enraizado na esfera sociocultural da infância e conseqüentemente tal imposição alcançou o âmbito educacional, que fora revelado com mais força no período da educação tradicional cujas ideologias pedagógicas visavam apenas a formação intelectual das crianças, com foco no adulto/professor como detentor do conhecimento, portanto, “mantinha o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril” (Saviani, 2013, p.260), tornando o educando um depósito de conteúdo definido, silenciando-os diante de questões sociais. Essa concepção de educação, chamada de bancária por Paulo Freire (1987), ao conceber que

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (Freire, 1987, p.59).

Ao considerar tal perspectiva para a infância, por muito tempo pregou-se o discurso de que a criança não possui a capacidade de aprender por si só, necessitando de um manual feito por adultos, para que as mesmas possam compreender e se posicionar no mundo. De modo que tal manual carrega consigo um controle e disciplinamento das crianças pelos adultos, seja na escola ou fora dela, ocasionando posturas acríticas frente a problemáticas socioculturais, pois, “na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores” (Freire, 1987, p. 61). Merece apontamento o fato de que a concepção da Educação bancária, inibe a ação do indivíduo para emancipar o pensamento, despertar a consciência para questões que o envolvem e até mesmo para humanizá-lo ainda mais.

Os atos mencionados anteriormente ainda estão ligados às práticas disciplinares vividas no chão das escolas são mecanismos de controle disciplinar sobre o corpo, para torná-lo submisso e mudo em sua ação, corpo e espírito. Evidenciando os preceitos da opressão, no

rotular, reforçar e normalizar os comportamentos e linguagens que são aceitáveis para a educação pronta e acabada. Para tanto, o autor afirma que

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (Foucault, 1987, p. 29).

Nesta concepção, o corpo está intrinsecamente envolvido em um campo político, sendo que as relações de poder exercem uma influência direta sobre ele, impondo os valores, regras, conhecimentos e posições a serem seguidas e obedecidas.

Todavia, é necessário compreender a importância da adoção de práticas dialógicas e emancipadoras dos corpos, baseadas na “reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação” (Freire, 1987, p. 106), promovendo a igualdade, levando em consideração a diversidade cultural, como uma perspectiva na qual a dimensão da sexualidade seja reconhecida como uma parte inseparável dos direitos humanos no processo de formação da cidadania, afinal

As práticas pedagógicas são práticas que se realizam para organizar/potencializar/interpretar as intencionalidades de um projeto educativo, argumenta-se a favor de outra epistemologia da Pedagogia: uma epistemologia crítico-emancipatória, que considera ser a Pedagogia uma prática social conduzida por um pensamento reflexivo (Franco, 2016, p. 537).

Além disso, a abordagem da educação sexual emancipatória está alicerçada na escola enquanto espaço acolhedor com práticas pedagógicas que apostem nos diálogos e empoderamento para confrontar qualquer tipo de “discriminação e violência para que consigam trabalhar as mudanças necessárias para superar regras e normas sexuais repressoras (Figueiró, 2022, p.111), pois compreende-se que tal abordagem desempenha um papel importante no desenvolvimento humano relacionado à vida individual e coletiva.

Nesse sentido, destaca-se a reflexão de Furlani (2016, p. 17) ao afirmar que “o ato pedagógico é permeado de decisões, escolhas e, portanto, por disputas de saberes e significados.”, decisões essas se manifestam no chão das escolas, apreendendo o tipo de educador e educação que alcançará as crianças e as práticas pedagógicas. É necessário enfatizar a importância de práticas fundamentadas na ação intercultural e emancipatória, especialmente

ao ensinar Educação Sexual, visto que são perspectivas que alcançam uma consciência social e moral.

4. VIOLÊNCIA CONTRA A INFÂNCIA: TIPIFICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

Azambuja (2011, p.15) afirma que é necessário “conhecer e compreender as diversas manifestações de violência para pensar, planejar e executar ações e políticas públicas na área da prevenção”, nesse sentido, discute-se as tipificações da Violência contra crianças com base na Lei 13.431/2017, cuja se objetiva a regular e organizar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente que são vítimas ou testemunhas de violência, estabelecendo mecanismos para prevenir e combater a ocorrência de violações.

A Lei citada expõe em seu Art. 4º que as condutas criminosas contra a infância e adolescência, são: Física, Psicológica, Sexual e Institucional. Para tanto, a **Violência física** caracteriza-se quando um agressor(a) causa danos e lesões de maneira não acidental à vítima, com o uso da força física ou outros instrumentos que cause sofrimento físico. Tal violência ocorre nos comportamentos de

Esmurrar, pontapear, queimar, empurrar; dar socos; morder; cortar; estrangular; provocar lesões por armas ou objetos; obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos; tirar de casa à força; amarrar; arrastar; arrancar a roupa; abandonar em lugares desconhecidos; danos à integridade corporal. (Ministério dos Direitos Humanos, 2018, p. 16).

Ao dar foco aos indícios físicos resultantes da violência sexual, esses aparecem nas lesões, hematomas, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e até em problemas de saúde leves ou graves, como: “dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas que têm, na realidade, fundo psicológico e emocional” (Santos, 2010, p. 69).

A **Violência psicológica** ocorre nas situações em que o agressor(a) age com o intuito de intimidar, ameaçar, ridicularizar, amedrontar e humilhar a vítima, insistindo em qualquer forma de agressão que prejudique o desenvolvimento saudável da criança. Assim, Sayão (2006) considera que tal violência ocorre nas suas várias expressões, como

Rejeitar, isolar ou aterrorizar a criança por meio de agressões verbais, ignorar, criar expectativas ou impor exigências exageradas quanto ao seu rendimento escolar ou demais capacidades, interferir negativamente junto à criança ou adolescente de forma a desencadear sentimentos negativos ou depreciativos de sua autoimagem ou mesmo induzir a comportamentos destrutivos (Sayão, 2006, p. 18).

Haja vista que tal ação pode persistir, de maneira camuflada, por muitos anos, aproveitando o fato de as crianças não conseguirem identificar e reconhecer a violação na qual estão submetidas. Vale ressaltar que a violência psicológica pode afetar negativamente em vários aspectos da vida do indivíduo, resultando em problemas de autoestima, sintomas de

estresse, ansiedade, exclusão social e depressão, pois conforme corrobora a lei 13.431/2017, essa violação é o próprio ato de

Depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional. (Brasil, 2017, p.15).

Vale destacar que ao tratar das violações na infância, o aspecto psicológico é o mais evidente quanto aos sinais e sintomas, especialmente nos casos de violência sexual, pois muitas vezes não deixam sinais físicos, mas as reações psicológicas se manifestam: na dificuldade de estabelecer vínculos afetivos, receio em relação à confiança e intimidade com adultos (principalmente com pessoas do mesmo sexo de seu agressor), além de sentimentos de baixa autoestima, culpa e uma depressão persistente.

A **Violência Institucional**, também conhecida como negligência é a que viola os direitos da criança quando não são atendidas suas necessidades básicas e vitais, ocorrendo em instituições que são responsáveis por proteger e cuidar da criança, ou seja, é “quando a criança não recebe alimentação saudável, cuidados de higiene e saúde, educação básica, proteção contra as intempéries (calor ou frio) etc.” (Sayão, 2006, p.16). Haja vista que a “*institucional* é o tipo mais frequente de maus tratos e inclui a negligência física, a emocional e a educacional. (Pires e Miyazaki, 2005, p.3).

Sobre os conceitos e reflexões da **Violência Sexual**, considera-se que é qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não (Brasil, 2017, p. 16).

Além disso, é a ação que acontece quando a vítima, seja criança ou adolescente, possui um desenvolvimento psicosssexual inferior ao do agressor, que a expõe a estímulos sexuais inadequados para sua idade e maturidade, de modo que o objetivo central da violação é

Satisfazer unilateralmente o abusador e pode ser classificada de acordo com a forma (tipo) e com o contexto onde ocorre. Os tipos ou formas podem envolver contato sexual com penetração (oral, vaginal e anal), sem penetração (tentativa para ter sexo oral, vaginal e anal), atividade sexual envolvendo toque, carícias e exposição do genital, exploração sexual envolvendo prostituição, pornografia, voyeurismo e assédio sexual (Pires e Miyazaki, 2005, p.4).

Vale destacar que autores reafirmam o conceito de violência sexual como sendo uma violação dos direitos sexuais/sexualidade da criança, ocorrendo quando a vítima é inserida para

praticar ou presenciar atos de satisfações sexuais, que pode ocorrer com ou sem contato físico, sendo por meio do assédio sexual, propostas\convites de maneira verbal ou por gestos, conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis e inadequadas para a idade da criança; telefonemas e falas obscenos, exibicionismo, mostrar os órgãos genitais intencionalmente para a vítima; voyeurismo, exposição de vídeos, fotos e cenas relacionadas a sexo etc.. (Araújo, 2002; Sanderson, 2005; Sayão, 2006).

É relevante enfatizar que no Art. 217-A do Código Penal, a violência sexual é caracterizada como estupro de vulnerável, denotando que essa transgressão se configura quando envolve indivíduos com menos de 14 anos. Nesse sentido, o Código Penal classifica tal conduta como um dos crimes mais graves no sistema jurídico, sendo considerado crime hediondo, devido à sua natureza, pois envolve várias manifestações ilícitas contra vítimas em maior fragilidade física e emocional.

Para tanto, a violência sexual se manifesta por meio das seguintes formas: abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas. Assim, o abuso sexual é entendido como a ação que utiliza a criança ou adolescente, “seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros” (Brasil, 2017, p. 17). Conforme Sanderson (2005), o abuso sexual contra crianças ocorre quando as crianças são inseridas em situações que visam satisfazer as necessidades ou desejos sexuais de pessoas mais velhas. Faleiros e Faleiros (2007, p. 31) corroboram essa definição, afirmando que o abuso sexual ocorre entre indivíduos que estão em uma relação desigual de forças, poderes, conhecimentos e recursos.

É importante destacar que o abuso sexual pode ocorrer de duas maneiras distintas: a) Abuso sexual intrafamiliar: caracteriza-se quando o agressor possui algum vínculo familiar com a criança, como pais, mães, padrastos, tios, irmãos ou avós, podendo ser considerado como incesto. b) Abuso sexual extrafamiliar: definido quando o agressor não possui laços familiares ou qualquer tipo de responsabilidade em relação à vítima. (Brasil, 2006).

Além disso, a violência sexual é especificada como exploração sexual comercial, que abrange qualquer envolvimento sexual entre adultos e crianças ou adolescentes, envolvendo remuneração em dinheiro, troca de favores ou outras formas de compensação, sendo entendida como “o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico” (Brasil, 2017, p.18).

No âmbito do Código Penal, no Art. 218-B, a referida conduta é caracterizada como delito, pois envolve a promoção de prostituição ou qualquer outra forma de exploração sexual de vulnerável, com indivíduos com menos de 18 anos, “com fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa” (Brasil, 2019, p.2).

O tráfico de pessoas, é entendido como o “recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente”; (Brasil, 2017, p.20) dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o objetivo de explorá-las sexualmente. Esse crime é cometido por meio de ameaças, uso de força, coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, assim como a entrega ou aceitação de pagamento para consumação de tais atos.

Nesse sentido, busca-se o cumprimento da garantia do pleno exercício dos direitos fundamentais inerentes a todo ser humano, principalmente em seu direito à proteção integral, lançando mão de todas as facilidades e elementos para que as crianças vivam livres de violência, preservando sua saúde física e mental, bem como seu desenvolvimento moral, intelectual e social.

4.1 Sinais e consequências da Violência Sexual contra crianças

A identificação da violência sexual não é tarefa fácil, no entanto é primordial que todos estejam atentos aos sinais, pois muitas crianças “que sofreram abuso possuem muita dificuldade em reconhecer seus sentimentos e falar deles, especialmente seus desejos, sua solidão, sua angústia e suas satisfações” (Landini, 2011, p.15) ou até mesmo não são capazes de relatar\denunciar a violação por medo das consequências que a mesma pode acarretar. Os sinais indicativos de que a criança está sofrendo violência sexual está relacionado aos sintomas, porém, os sinais são diferentes de criança para criança, pois reagem e demonstram maneiras diferentes diante das situações de abuso.

Sanderson (2005, p.202) afirma que os sintomas podem variar de criança para criança, o que evidencia a particularidade de cada infância e suas formas de externar as violações, mas também agrupa os sinais e efeitos da violência sexual em categorias, sendo: efeitos emocionais; efeitos interpessoais; efeitos comportamentais; efeitos cognitivos; efeitos físicos e efeitos sexuais

A autora destaca que tais sinais não são como “conferir a listinha de compras”, o qual pode-se consultar e ter certeza de algo, pois alguns sinais e sintomas podem mostrar outras formas de violações. Contudo, sabe-se que os efeitos emocionais são identificados pela

presença de timidez, vergonha, desrespeito, medo, culpa, ansiedade, sentimento de impotência, falta de confiança em si e nas pessoas, falta de iniciativa, sensação de inadequação, nega seu valor e ocorre uma espécie de “congelamento” frente a experiências comuns para outras crianças (Sanderson, 2005, p. 204).

Dentre os sintomas e sinais indicados, se destacam a vergonha e o medo, pois ambas são emoções que estão presentes em todas as culturas, uma vez que, está ligada ao cumprimento de normas e condutas sociais, quando a criança teme reações ruins diante da descoberta. De modo que o sentimento de medo deve ser visto com atenção em crianças com menos de 3 anos, uma vez que as mesmas, em geral, são incapazes de verbalizar sobre o ocorrido e mostram seus temores de vários modos, como por meio de choros e negação na hora de trocar fralda, medo e vergonha de tomar banho, ataques de nervosismo e raiva em determinados lugares e na presença de determinadas pessoas.

Destaca-se também os comportamentos obsessivo-compulsivos que surgem como uma tentativa de controle em reação ao cenário de abusos, seja em ataques ao próprio corpo em flagelamentos ou com relação ao corpo de outros.

Outro comportamento do sintoma emocional que merece atenção é a incessante busca por validação, impulsionada pela sensação de vulnerabilidade, resultando em um nível de dependência, carência e sensualização, por haver confusão e necessidade quanto ao tipo de atenção e cuidado de adultos. Por outro lado, algumas vítimas também manifestam comportamentos de frieza e apatia diante de outros, resultando na perda da vivacidade característica da infância. Resume-se tais sinais emocionais no quadro 5.

Quadro 5- Sinais emocionais da violência sexual

Resumo dos sinais emocionais da violência sexual
Vergonha, humilhação, repulsa, ódio, timidez Culpa e constrangimento Medo e ansiedade Impotência Falta de confiança e iniciativa Inferioridade e inadequação Raiva e hostilidade Desrespeito/aversão em relação a si mesma (o) Ansiedade Confusão mental

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.204)

Segundo Sanderson (2005), os sinais e sintomas ligados aos aspectos interpessoais ocorrem pelo modo como as crianças se relacionam com as pessoas, em especial, com adultos. Tais sinais podem ser notados no medo da aproximação e intimidade com adultos, receio de carinhos e carícias, falta de confiança em si, solidão e isolamento, confusão na sua identidade (ora agem como crianças ou ora como mini-adultos), agressividade e confusão sobre como se relacionar com outros. Além disso, os sinais e sintomas também aparecem no isolamento social, de modo que as crianças evitam até atividades físicas ou qualquer outra que tenha possibilidade de mostrar seus corpos, de “trocar-se na frente de outras pessoas, se tocadas ou vistas com atenção por adultos” etc. (Sanderson, 2005, p.207). Vale ressaltar que essas crianças adquirem habilidade de serem hipervigilantes, tentando prever para evitar outros momentos de violência e abuso sexual. A autora afirma que essa atitude usada pelas crianças é “uma estratégia de autoproteção em que a criança se mantém um passo à frente ao monitorar respostas, perigos potenciais, antecipando o que o adulto vai fazer depois. É uma forma de autoproteção” (Sanderson, 2005, p. 208).

Assim, percebe-se que a maneira como a criança interage com os demais é impactada, oscilando entre se retrair ou se expor ao extremo, de modo que isso distorce as suas percepções de identidade enquanto criança, pois ora recebe estímulos para viver uma infância convencional, outrora seu corpo é estimulado sexualmente como de um adulto. Isso leva à confusão de papéis nas relações interpessoais, onde a criança começa a sexualizar diversos aspectos da vida, seja durante brincadeiras com outras crianças, brinquedos ou animais. De acordo com Sanderson (2005), essas crianças vítimas manifestam uma "pseudomaturidade", comportando-se de maneiras sexuais que ultrapassam sua faixa etária, inclusive em suas interações e diálogos com adultos. Apresenta-se no quadro 6, os principais sinais interpessoais da ocorrência de violência sexual.

Quadro 6- Sinais interpessoais da violência sexual

Resumo dos sinais interpessoais da violência sexual
Medo da intimidade e proximidade de adultos do mesmo gênero que o abusador
Erotização de qualquer proximidade
Cautelosa
Necessidade de se excluir dos grupos sociais
Alienação
Confusão de papéis- criança/pseudo-adulto
Hipersensibilidade às necessidades dos outros

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.207)

Sanderson (2005) também chama atenção para os aspectos comportamentais como sendo um forte indicativo para se perceber quando a criança está sendo vítima de violência sexual, pois é nos comportamentos diante dos adultos, brinquedos, desenhos e histórias contadas que a criança vítima comunica e demonstra as violações ocorridas. Destaca-se então, o ato de brincar, momento no qual as crianças conseguem significar e ressignificar as experiências vividas por elas, na reprodução e adoção de papéis entre ser vítima ou agressora, no qual a mesma demonstra um brincar sexualizado, pelo modo de brincar com os bonecos (as), com a maneira de se portar ao brincar de casinha, de médico, de papai e mamãe, de pega-pega etc. Desse modo, “na brincadeira, ela deseja dominar seu próprio reino e pode se identificar com o abusador submetendo os brinquedos às mesmas violações às quais foi submetida” (Sanderson, 2005, p.210) Como citado, outro comportamento aparece no ato de reconstruir histórias infantis incluindo cenas de violência, abuso e indícios sexuais, bem como, desenhos que indiquem partes sexuais do corpo de adultos em detalhes, pois é;

Através de seus desenhos, que falarão de corpos mutilados, uma imagem corporal fragmentada, tais como figuras sem rosto, sem braços; mãos que batem, mãos em forma de punhal, olhos que espreitam, pessoas sem roupa, órgãos genitais, quarto trancado, criança chorando e prisão (Barbosa, 2008, p. 83).

Nessa perspectiva, o desenho é uma importante forma de expressão, pois a criança consegue relatar alguma vivência sem precisar fazer uso da linguagem verbal, manifestado pelos símbolos e códigos do desenhar, as suas angústias, medos, vergonhas, de quem as machucam, cenas e momentos perturbadores para as mesmas etc. Assim, a atenção para comportamentos atípicos nos permite compreender e detectar situações de violência contra as crianças.

Ocorre também o aparecimento de hábitos que outrora eram incomuns, como comportamento autodestrutivo, atitudes intencionais onde os mesmos colocam sua vida em risco (aceitando a ideia de que a morte física lhe parece uma alternativa oportuna), comportamentos regressivos na alimentação, sono, escola, linguagem etc. Nessa perspectiva, mostra-se no quadro 7 o resumo dos sinais comportamentais:

Quadro 7- Sinais comportamentais da violência sexual

Resumo dos sinais comportamentais
Brincadeira sexualizada
Temas sexuais em desenhos, histórias e jogos
Comportamentos regressivos
Comportamentos autodestrutivo
Promiscuidade

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.213)

Os aspectos cognitivos, ainda segundo a abordagem de Sanderson (2005, p.224), afetam a criança em sua concentração, há déficit nas memórias e compreensões do mundo real, distorcendo os conceitos sobre o que é bom ou ruim, certo ou errado, aceitável e inaceitável.

A autora destaca que a deficiência na memória reflete uma compreensão limitada do mundo, pois influencia na maneira como as crianças percebem e interpretam suas experiências sociais, de modo que tal limitação pode levá-las a reinterpretar vivências para ocultar traumas da violência.

Sanderson (2005) reflete que é comum em estágios iniciais do desenvolvimento cognitivo da infância, quando as crianças ainda não pensam de forma abstrata, acabam associando eventos negativos apenas a pessoas consideradas más, como nos contos de fadas e filmes de histórias infantis. Nesse entendimento, se uma criança é vítima de violação, pode acreditar erroneamente que merece tal acontecimento, que ocorre devido à sua suposta maldade e culpa.

Outro sinal importante é a estagnação no engajamento escolar, visto que as crianças vitimadas demonstram desinteresse por questões acadêmicas, priorizando preocupações relacionadas a possíveis abusos, afinal, “saber que a capital da França é Paris, não está na sua lista de prioridades. Essa criança estará preocupada com o próximo assédio” (Sanderson, 2005, p.220). De modo que a falta de interesse para aprender, muitas vezes é interpretada erroneamente como dificuldades de aprendizagem, o que contribui para que a vítima se preocupe com outros problemas impostos a ela: a incapacidade e insuficiência escolar. Isso, por sua vez, “acabará por semear a solidão, a sensação de impotência e de inutilidade e aumentará a vulnerabilidade a mais abuso sexual” (Sanderson, 2005, p.220). Nesse sentido, os principais sinais cognitivos da violência sexual são mostrados no quadro 8.

Quadro 8- Sinais cognitivos da violência sexual

Resumo dos sinais cognitivos
Concentração e atenção prejudicadas
Dissociação
Comprometimento em memórias
Negação
Recorre à fantasia como refúgio
Hipervigilância
Prejuízos em aproveitamento escolar
Distorções de sensações e fatos

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.224)

Os sinais físicos aparecem quando o grau de violência está elevado, uma vez que, a violência sexual e psicológica pode ocorrer sem violência física em si (sem penetração ou sem deixar marcas pelo corpo), porém, os sinais físicos mostram-se nos “hematomas e sangramentos nos órgãos genitais da criança, coceiras e inflamações, odores estranhos na área vaginal e até doenças sexualmente transmissíveis”, vômitos e/ou dores de barriga frequentes e sem razão aparente e infecções urinárias recorrentes (Sanderson, 2005, p.225). Desse modo, pontua-se os principais sinais físicos da violência sexual no quadro 9.

Quadro 9- Sinais físicos da violência sexual

Resumo dos sinais físicos
Hematomas em áreas incomuns do corpo incluindo órgãos genitais
Lesões leves ou severas nas áreas oral, genital e retal
Prurido, inflamações e infecções
Presença de odores anormais na região vaginal
Sensações de dor e manifestações de doenças psicossomáticas
Problemas de sono

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.225)

Os sinais sexuais em crianças se manifestam com as ações que fogem do padrão para o seu desenvolvimento e sexualidade. Segundo Sanderson (2005, p.226), esses sinais ficam explícitos quando “criança se esfrega no adulto, simulando uma relação sexual ou masturbação. Também pode beijar adultos de maneira sexual” (Sanderson, 2005, p.226), de modo que tais comportamentos são a reprodução do que a vítima experienciou e aprendeu com o abusador.

Outro sinal que merece atenção é a masturbação compulsiva, tanto de forma privada quanto em público, que além de atos de curiosidade de fases do desenvolvimento, expressam-se de maneira perturbadora, afetando tanto o bem-estar físico quanto emocional da criança vítima (Ver quadro 10).

Quadro 10- Sinais sexuais da violência sexual

Resumo dos sinais sexuais
Condutas sexuais inadequadas e persistentes envolvendo adultos, crianças e objetos
Presença constante de temas sexuais em trabalhos artísticos, narrativas ou jogos
Conhecimento explícito sobre práticas sexuais
Prática compulsiva de masturbação
Tendência ao exibicionismo
Aversão ou receio em relação à sexualidade
Comportamento promíscuo

Fonte: Adaptação de Sanderson (2005, p.227)

Sabe-se que a violência sexual atinge negativamente a vivência da criança, seja a curto, médio e longo prazo, de modo que muitas vezes elas não conseguem revelar o abuso de maneira verbal, “mas podem encontrar múltiplas maneiras de comunicar seus medos e ansiedades aos adultos” (Sanderson, 2005, p.201). Assim, é necessário evidenciar que a presença de alguns sintomas isolados não afirma que criança esteja de fato sofrendo violência sexual, mas que qualquer sinal atípico de uma infância em pleno desenvolvimento, deve ser investigado.

Nesse sentido, o impacto na vida da criança é real, mas que pode variar significativamente de uma vítima para outra. Contudo, as consequências afetam profundamente não apenas aspectos emocionais, interpessoais, comportamentais, cognitivos, físicos e sexuais, mas também geram traumas que interferem na capacidade da criança de levar uma vida normal. Como Landini (2011) observa, uma criança que sofreu violência sexual é uma criança cuja infância foi interrompida prematuramente, sendo introduzida precocemente no mundo adulto, erotizada e sexualizada.

É crucial considerar os diversos fatores associados à violência sofrida pela criança, pois tais impactos contribuem para o desenvolvimento de graves consequências psicológicas, que, se não forem tratadas e acompanhadas adequadamente, podem perdurar por toda a vida. Infelizmente, como afirmam Romaro e Capitão (2007):

Vários estudos relacionam a violência com o desenvolvimento de transtornos de personalidade, transtorno de ansiedade, transtornos de humor, comportamentos agressivos, dificuldades na esfera sexual, doenças psicossomáticas, transtorno de pânico, entre outros prejuízos, além de abalar a autoestima, por meio da identificação com o agressor, um comportamento agressivo (Romano e Capitão, 2007, p. 121).

Assim, é importante ressaltar que as consequências e os impactos da violência sexual variam de criança para criança. Os autores Sanderson (2005) e Furniss (1993) ressaltam os elementos ligados ao impacto da violência sexual, tais como:

- 1) A idade da vítima no momento do abuso: O estresse na infância precoce, um fator da violência sexual, pode resultar em danos duradouros à estrutura neural e à função do cérebro em desenvolvimento, deixando uma marca indelével. Quando o abuso ocorre durante períodos críticos de desenvolvimento cerebral, molda-se o sistema neural de acordo com os traumas vivenciados. É comum ocorrer a dissociação (uma defesa instintiva) para minimizar os traumas, especialmente quando o abuso envolve confusão entre amor e abuso. É importante ressaltar que a idade é um ponto de interesse para os abusadores, já que "os abusadores podem se aproveitar da falta de compreensão,

capacidade de memória e habilidades verbais limitadas das crianças menores para cometer abusos." (Sanderson, 2005, p.173)

- 2) A duração e frequência dos abusos: Sobre esse elemento, Sanderson (2005) afirma que "Quanto mais frequente e prolongado for o abuso sexual, maior será as probabilidades de a criança ficar traumatizada" (Sanderson, 2005, p.175), de modo que a criança que teve mais vivências de violações, terá que se preparar mais ainda para superar os impactos, em contrapartida, muitas se forçam a esquecer tudo, dissociando constantemente as emoções das memórias vividas.
- 3) A força física e violência: pois "quanto mais força física e violência são utilizados pelo abusador, mais negativo será o impacto do abuso sexual" (Sanderson, 2005, p. 178), haja vista que o trauma físico parte de uma abordagem dolorosa que vai além do âmbito emocional e psicológico, a criança se vê obrigada a confrontar elementos cruéis e sádicos juntamente com a violência sexual.
- 4) O tipo de relacionamento com o abusador: pois "quanto mais próximo for o relacionamento entre a criança e o abusador, mais a criança se sentirá traída" (Sanderson, 2005, p.180), afinal, as mesmas esperam do adulto a proteção, o amor e o cuidado, visto que são indivíduos vulneráveis. Contudo, quando a confiança é atingida com atos de violência, torna mais confusa e dolorosa a relação vivida.

Sendo assim, as consequências dessas experiências traumáticas podem afetar profundamente o desenvolvimento infantil em todas as áreas, distorcendo as fases e aprendizados naturais da infância e deixando de lado etapas importantes. A curto prazo, os efeitos incluem isolamento social, sinais de ferimentos físicos, ansiedade, comportamentos compulsivos, sintomas depressivos, distúrbios do sono, da aprendizagem e da alimentação, além de sentimentos como vergonha, medo, raiva, culpa, inferioridade e comportamentos masturbatórios compulsivos.

A longo prazo, essas consequências podem se manifestar em transtornos psiquiátricos, dissociação emocional e de identidade, fobias, ansiedade intensa, sensação constante de perigo, percepção distorcida da realidade, dependência química, disfunções sexuais persistentes e doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, destaca-se a importância da informação adequada acerca dos sinais, consequências e impactos do desenvolvimento sexual típico ou atípico das crianças, pois se os pais e profissionais não possuem o conhecimento necessário, torna-se extremamente desafiador determinar quando o comportamento de uma criança está sendo exposto como sinais de

violência. Isso pode levar a interpretações equivocadas, julgamentos precipitados ou até mesmo negligência em reconhecer sinais de possíveis problemas.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Para descrever o caminho metodológico escolhido, esta seção apresenta os elementos que constituem a pesquisa: tipo de método; local e participantes; técnicas de coleta de dados; método de análise de dados e aspectos éticos. Na apresentação dos elementos, procura-se dialogar com as singularidades que se apresentam ao longo da investigação, visando fornecer informações específicas sobre o estudo dos fundamentos teóricos da metodologia.

5.1 Pesquisa Qualitativa

A investigação incide com a abordagem qualitativa por utilizar um estudo específico sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas de uma professora do 2º ano do Ensino Fundamental e seus alunos no trabalho acerca da temática da violência sexual, uma vez que a reflexão sobre as práticas pedagógicas na Educação sexual e a violência sexual infantil exigem uma complexa e delicada imersão em tabus sociais, o qual precisa-se compreender a especificidade e subjetividade dos envolvidos e do objeto de pesquisa.

Nesse sentido, optou-se pela abordagem baseada em Denzin e Lincoln (2006), pois afirmam que a pesquisa qualitativa é um campo de investigação que envolve uma ação interpretativa dentro de um campo complexo histórico-cultural, compreendendo que a pesquisa qualitativa se adequa aos significados de acordo com o campo e contexto da pesquisa. Assim, que as autoras afirmam que na pesquisa qualitativa, “os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance” (Denzin, Lincoln, 2006, p. 17).

Minayo (2001) reafirma que a pesquisa qualitativa se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que podem não ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001, p.21), haja vista que, tal método permite que se alcance:

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social (Minayo, 2009, p. 14).

Para Strauss e Corbin (2008, p. 22), a pesquisa qualitativa é um método que percebe além da teoria, mas que alcança as “circunstâncias, fatos ou fenômenos que podem ser investigados”, essencialmente aqueles em que pouco se discute, mas muito se conhece. Tuzzo e Braga (2016, p. 145), por sua vez, afirmam que a pesquisa qualitativa “é analítica, explicativa, ou seja, ela é regida pelos dados que gerarão conclusões e reflexões, baseados na complexidade da sociedade onde a pesquisa foi gerada”, ou seja, possibilita entendimentos de situações e trocas sociais, seja nas expressões comportamentais (opiniões, gestos, sentimentos, valores) ou concretos (imagens, documentos, práticas).

Logo, a pesquisa qualitativa possibilita estratégias de investigação com os paradigmas da interpretação, que conecta o pesquisador a métodos específicos de coleta e análise de materiais empíricos, além de compreender também as circunstâncias e contextos por trás do planejamento, aliando a teoria e a prática no ensino de temáticas complexas.

5.2 Estudo de caso e a coleta de dados

Optou-se por ser um estudo de caso único, pois é uma investigação profunda e sistemática de uma instância específica, nesse caso, o desenvolvimento de práticas pedagógicas de uma professora, haja vista que a mesma já tratava em sala de aula sobre a prevenção da violência contra a crianças. Segundo Yin (2001), essa metodologia pode ser utilizada para entender mais profundamente sobre determinado fenômeno da vida real, uma vez que tais entendimentos podem atribuir importantes condições contextuais e pertinentes ao fenômeno do estudo. Para a coleta dos dados de investigação, utilizou-se as 3 (três) fontes de evidências propostas por Yin (2001, p.105):

1) Observação Direta, se fez interessante à pesquisa por alcançar questões como: “realidade- tratam de acontecimentos em tempo real. contextuais - tratam do contexto do evento” (Yin, 2001, p. 108). Assim, iniciou-se a observação no dia 11/08/23, assistindo as práticas em sala de aula até o dia 04/12/23 (ver quadro 13). No período de visitas ao campo de pesquisa, foram utilizados os instrumentos de coleta de dados: Gravador de áudio, câmera fotográfica e diário de bordo para anotações importantes.

2) Documentação, pois é uma fonte “estável - pode ser revisada inúmeras vezes. Exata - contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento” (Yin, 2001, p. 108), de modo que coincide com a intenção de coleta da pesquisa, possibilitando que os documentos feitos pela

docente pudessem ser analisados em consonância com suas práticas em sala. Vale destacar que antes de iniciar as práticas, de maneira breve, a professora explicava à pesquisadora como implementaria as mesmas com seus alunos, todavia, os documentos de planejamentos não eram repassados com antecedência.

Destaca-se, nesse sentido, que a professora empregou planejamentos prévios para abordar as práticas em sala de aula. O quadro 11 resumido abaixo apresenta os planejamentos:

Quadro 11- Planejamentos das práticas docente

Prática	Competências	Atividades	Avaliação
Prática 1: Literatura Infantil: Pipo e Fifi	<p>Nomear e reconhecer partes do corpo, inclusive as íntimas.</p> <p>Identificar situações de risco.</p> <p>Compreender o respeito ao corpo, diferenciando toques abusivos e afetivos.</p>	<p>Atividade 1: Caixa Surpresa dos Toques e a Plaquinha (Toque do Sim ou do Não)</p> <p>Atividade 2 (Matemática): Quantificação, Contagem e Agrupamento</p> <p>Atividade 3: Recriar Monstrinhos e Frases/Orientações de Autocuidado e Prevenção</p> <p>Atividade 4: Reforço com Jogo Lúdico - Trilha da Proteção</p>	<p>Observação durante as atividades para verificar o entendimento dos conceitos.</p> <p>Participação ativa e interesse das crianças nas discussões e atividades.</p> <p>Avaliação das respostas durante as atividades práticas.</p>
Prática 2: Livro "Não me toca, seu boboca!"	<p>Exercitar a leitura, escrita e imaginação na literatura.</p> <p>Criar e desenvolver atividades práticas de conscientização.</p> <p>Sensibilizar-se para questões relacionais na interação entre crianças, adolescentes e adultos.</p> <p>Aprender a preservar o corpo e a se proteger de atitudes estranhas ou ameaçadoras.</p>	<p>Atividade 1: Dinâmica Semáforo do Toque</p> <p>Atividade 2: Interdisciplinar Alfabetização: Montagem Silábica</p>	<p>Observação da participação e interesse dos alunos durante a contação de história e as discussões.</p> <p>Verificação da compreensão dos tipos de toque através da dinâmica do Semáforo do Toque.</p> <p>Avaliação da capacidade dos alunos de montarem corretamente as palavras durante a atividade de montagem silábica.</p>
Prática 3: Livro "Meu Corpinho é Só Meu"	<p>Reconhecimento pessoal e coletivo.</p> <p>Reforço da importância do respeito ao corpo.</p>	<p>Atividade 1: Desenho - "Esse Sou Eu"</p> <p>Atividade 2: Semáforo do Toque com Bonecos</p>	<p>Observação da participação e envolvimento das crianças durante as atividades.</p> <p>Verificação da compreensão dos conceitos através das respostas e interações.</p>

Prática 4: Livro "Turma da Mônica em O Estatuto da Criança e do Adolescente"	Conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Conscientizar sobre direitos e deveres da criança e do adolescente. Reforçar que a criança tem o direito de ser protegida e respeitada.	Atividade 1: Confecção de Cartaz Coletivo	Observação da participação e envolvimento dos alunos durante a leitura da história e confecção do cartaz. Verificação da compreensão dos direitos apresentados através dos textos escritos pelos alunos.
--	--	---	---

Fonte: Dados da pesquisadora, 2023.

Com base nos planos de aula elaborados pela docente (ver apêndice VIII), os documentos de planejamento da professora são estruturados em: Tema das práticas, objetivos a serem traçados, competências que seus alunos devem adquirir, as atividades práticas, descrições das atividades, recursos e avaliações. É notável sua forma eficiente profissionalismo e cuidado no planejamento para as ações em sala de aula, pois o plano de aula é uma de organização em termos de tempo e ações durante um período determinado. Além disso, uma vez estruturado, esse documento serve como um lembrete para o docente sobre quais objetivos e avaliações devem ser considerados no processo de ensino.

3)Artefatos físicos, que tem “capacidade de percepção em relação a aspectos culturais [...] e operações técnicas” (Yin, 2001, p. 108) na coleta de dados, pois foi importante realizar registros concretos das práticas realizadas em sala de aula, especialmente os materiais pedagógicos utilizados nas ações práticas da professora, a quadro 12 demonstra alguns desses artefatos.

Quadro 12- Os artefatos físicos usados pela docente nas práticas

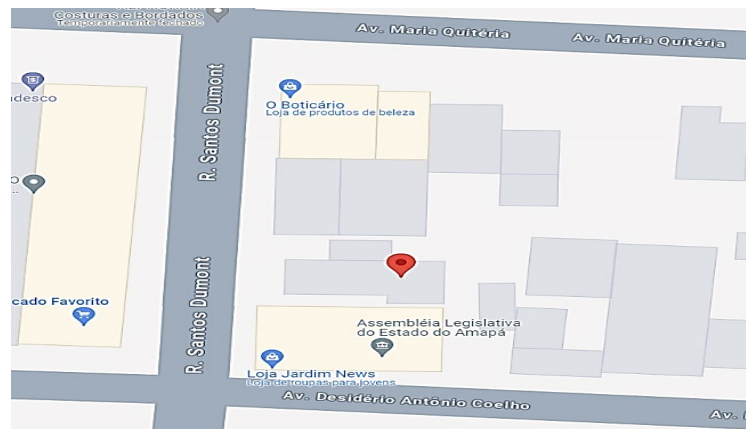
Artefatos	Descrição
	Placas com cenas/imagens do livro infantil Pipo e Fifi.

	<p>Painel da trilha, fichas de perguntas e miniavatares baixados em site de pesquisa.</p>
	<p>Caixa em E.V.A decorada, com abertura no centro.</p>
	<p>Bonecos do sexo masculino e feminino, com peças íntimas. Contudo, os bonecos também tinham vestimentas comuns (vestido e camisa com bermuda).</p>
	<p>Os três livros infantis físicos utilizados durante as práticas pedagógicas.</p>
	<p>Painel grande com imagem do livro pipo e fifi.</p>

5.3 *Locus* da pesquisa

O *locus* de pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Roraima, localizada na zona sul do município de Macapá, no Estado do Amapá, Região Norte do Brasil. Devido a uma reforma estrutural em suas instalações originais, a escola está atualmente localizada em um prédio alugado no endereço Desidério Antônio Coelho, número 299- Santa Rita, como mostra a figura de localização da escola (Ver figura 2).

Figura 2- Localização da instituição



Fonte: Google maps, 2023.

A instituição atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, oferecendo aulas nos períodos matutino e vespertino. Nesse local, estão incluídas salas de aula distribuídas em dois andares, uma recepção na entrada, salas para a direção e coordenação pedagógica, uma sala destinada a atividades lúdicas, banheiros e estacionamento (Figura 3).

Figura 3- Foto da entrada da escola E.M.E.F Roraima



Fonte: Registro de campo, 2023.

Destaca-se nesse sentido que a justificativa para a escolha do *locus* foi por conta das discussões sobre o direito ao respeito e prevenção da violência infantil que estavam alicerçadas no trabalho da docente em sala de aula, assim, com o início de um projeto interdisciplinar da professora, iniciou-se a observação da pesquisadora.

5.4 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram uma professora da turma de 2º ano do Ensino Fundamental e os seus 23 alunos, crianças de 7 e 8 anos de idade. As aulas da referida turma acontecem no turno vespertino das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 45 minutos.

Nesse contexto, a educadora e as crianças são considerados participantes ativos que trabalham juntas de forma reflexiva e colaborativa para alcançar as interpretações e formações desejadas por meio das práticas pedagógicas. Assim, apresenta-se na figura 4, imagem dos participantes da pesquisa.

Figura 4- A professora e seus (as) alunos (as)



Fonte: Registro de campo, 2023.

A docente possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na qual teve uma breve experiência com um grupo de pesquisa em políticas educacionais. Ela acumula sete anos de experiência na rede pública de educação, trabalhando entre os municípios de Macapá e Santana. Além disso, a docente é especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia institucional e clínica.

É importante ressaltar que a professora afirmou em conversa informal que teve um contato limitado com o debate sobre educação sexual durante sua graduação, mas não recebeu instruções sobre práticas de ensino relacionadas a esse tema. Além disso, ela afirma que, ao longo de sua carreira na educação, não participou de formações que abordassem a questão da violência sexual.

No que se refere ao perfil da professora durante as observações, ela demonstrou estar atenta aos cuidados e às interações dos alunos. Sua postura era receptiva e afetuosa, o que é reciprocado pelos alunos, como evidenciado pelo gesto de oferecerem flores, escreverem cartas e darem abraços espontaneamente.

Entre os aspectos observados, ficou claro que a professora procurava incorporar atividades lúdicas em suas práticas pedagógicas, pois apesar da limitação da estrutura física da escola, que não dispunha de áreas designadas para recreação, a docente levava os alunos a uma sala vazia uma vez por semana para promover brincadeiras e jogos como parte do momento recreativo. Além disso, dedicava outros momentos à leitura de histórias e atividades artísticas. A docente compartilhou comigo que sempre adotou essas abordagens para evitar que os alunos se sentissem exaustos por conta das demandas de atividades formais, proporcionando-lhes uma experiência mais ampla que não se restringisse apenas aos livros, atividades e avaliações.

5.4.1 Perfil e apontamentos sobre as crianças

As crianças que participaram da pesquisa têm entre 7 e 8 anos, sendo 9 meninas e 13 meninos. Durante a investigação, os alunos estavam no segundo semestre do ano letivo. A escola atende crianças que moram nas proximidades, principalmente em dois conjuntos habitacionais na periferia do bairro.




No que diz respeito ao perfil das crianças na sala de aula, todas demonstraram entusiasmo ao participar das atividades propostas. Além disso, elas se responsabilizam por apagar o quadro, recolher as atividades e auxiliar na formação da fila para entrada e saída da sala, conforme combinado com a professora. São afetuosas e respeitosas tanto com a professora quanto com a pesquisadora, expressando carinho ao cumprimentar com abraços, palavras gentis e entregando cartinhas e desenhos.

5.5 Período da pesquisa

O contato inicial com os participantes da pesquisa foi em maio de 2023, quando ocorreu o primeiro diálogo com a professora da turma em uma reunião pelo *Google meet* para apresentar meu interesse em acompanhar suas práticas específicas que tratam da educação sexual e sexualidade. Essa aproximação foi facilitada pela recomendação de outros colegas na área da educação. Após a aprovação da pesquisa pela professora, realizamos uma segunda reunião com a diretora e a coordenadora pedagógica da escola, pontuando as funções, objetivos e contribuições do projeto para escola e as crianças. Todas as partes envolvidas assinaram os termos de concordância, estabelecendo o início da observação na escola após as férias do meio do ano letivo.

Assim, a pesquisa de campo ocorreu no segundo semestre letivo de 2023, totalizando 5 meses, de modo que a observação na turma iniciou em 11 de agosto de 2023 e terminou em 04 de dezembro de 2023. É importante destacar que, inicialmente, as observações ocorriam uma vez por semana, porém, ao longo dos meses, houve ajustes e adaptações para atender as avaliações obrigatórias da escola. Dessa forma, a quadro 13 apresenta os dias em que ocorreram as observações, juntamente com breves momentos das práticas.

Quadro 13- Dias de observação no campo de pesquisa

<p style="text-align: center;">11/07/2023</p>  <p>1º dia: Contação de história com a livro: Pipo e Fifi.</p>	<p style="text-align: center;">18/07/2023</p>  <p>2º dia: Brincadeira com a Caixa surpresa e o agrupamento das plaquinhas (toque do sim ou do não)</p>	<p style="text-align: center;">28/07/2023</p>  <p>3º dia: Atividade de desenho com a criação de monstrinhos da proteção</p>
<p style="text-align: center;">04/08/2023</p>	<p style="text-align: center;">08/08/2023</p>	<p style="text-align: center;">18/08/2023</p>

 <p>4º dia: Brincadeira em grupo com o jogo: Trilha da proteção com pipô e fifi.</p>	 <p>5º dia: Jogo de matemática com pipô e fifi.</p>	 <p>6º dia: Contação de história do livro “Não me toca, seu boboca”.</p>
<p>06/10/2023</p>  <p>7º dia: Atividade do semáforo do toque com personagens do livro: Não me toca seu boboca.</p>	<p>13/10/2023</p>  <p>8º dia: Contação de história do livro: Meu corpinho é só meu, mais a atividade: Esse (a) sou eu.</p>	<p>26/10/2023</p>  <p>9º dia: Semáforo do Toque com os bonecos.</p>
<p>06/11/2023</p>  <p>10º dia: Atividade de montagem silábica com imagens do livro Não me toca seu boboca.</p>	<p>17/11/2023</p>  <p>11º dia: Contação de história sobre o ECA com a turma da Mônica, mais atividade coletiva de confecção de cartazes.</p>	<p>04/12/2023</p>  <p>12º dia: Intervenção final na Brinquedoteca da Universidade do Estado do Amapá.</p>

Fonte: Registro de campo, 2023.

Durante os 12 encontros, ficou evidente que a professora implementa um planejamento sistemático e consistente para suas práticas, seguindo uma sequência lógica embasada em livros

infantis. Ela adotou a contação de histórias como ponto inicial das atividades, após introduzia dinâmicas e jogos como uma espécie de reforço sobre os temas abordados ao longo das práticas. Nesse sentido, a docente planejou as ações em sala de aula a fim de “tornar-se uma prática pedagógica quando se organiza em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva” (Franco, 2016, p.534).


Sendo assim, as práticas pedagógicas têm por essência estabelecer-se e organizar-se em torno de objetivos claros a serem alcançados, dando significado de forma teórica e prática. De modo a garantir que tal objetivo e intencionalidade esteja acessível a todos, de acordo com suas especificidades e interesses, isso ganha mais destaque ao tratar de práticas para a infância.

Neste contexto, o planejamento da professora foi fundamentado na literatura infantil, uma vez que pode ser considerada como um recurso didático eficaz

Na prevenção da violência sexual, se traduz na possibilidade de persuadir a criança no despertar de novos conhecimentos, permitindo estabelecer conexões com diferentes sentimentos e criando, assim, condições para o desenvolvimento de conceitos de proteção, identificação de situações de violência sexual e diferenciação entre toques afetivos e abusivos, nas suas relações com adultos e outras crianças (Meyer, 2017, p.61).

Apresenta-se, portanto, a descrição das histórias utilizadas pela docente em suas práticas pedagógicas no Quadro 14:

Quadro 14- Descrição dos livros infantis utilizados nas práticas

Livro	Descrição
<p>Pipo e Fifi (Arcari,2013)</p> 	<p>O livro apresenta dois personagens principais (os “monstrinhos”, um menino e uma menina) e personagens secundários (crianças de idades, crenças, cores e classes sociais distintas). O livro narra situações do cotidiano das crianças em ambientes conhecidos, domésticos, de socialização (Escolas, praças, cômodos do lar e quintais), abordando de forma educativa e lúdica a diferença entre o toque abusivo e o toque afetivo.</p>
<p>Meu corpinho é só meu (Nogueira,2019)</p>	<p>O livro relata a história da pequena Maria, uma menina que estava descobrindo sobre seu corpinho. Assim, ela aprende e ensina as crianças leitoras que nosso</p>

	<p>corpinho é especial, deve ser respeitado, ninguém pode tocá-lo para nos deixar triste e envergonhada.</p>
<p>Não me toca seu boboca (Taubman, 2017)</p> 	<p>A história da coelhinha Ricota, de seus amigos e de um novo e amigável vizinho, o “Tio Pipoca”. Em segredo, o lobo convidou-a para visita-lo; iriam comer, brincar e dançar, mas aproveitou a oportunidade para aproximar-se indevidamente de Ricota, que percebe a situação e o denuncia com gritos.</p>
<p>Turma da Mônica em: Estatuto da Criança e do Adolescente (2006)</p> 	<p>O autor Mauricio de Sousa em parceria com o Ministério da Educação, disponibilizaram uma revista na qual a Turma da Mônica trata dos direitos e deveres contidos na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.</p>

Fonte: Maduro e Brito (2021)

Nessa perspectiva, com base na contação de história dos livros citados, foram realizadas atividades práticas cuja combinação evidenciou a intenção de informar, formar e orientar sobre ações de prevenção à violência sexual infantil. Houve investimento na utilização de jogos e brincadeiras para tratar até dos temas mais complexos, que possibilita novas ideias para aprimorar e criar metodologias de educação sexual que atendam aos objetivos de cada grupo.

5.6 Análise dos dados

Para analisar os dados coletados, optou-se pela Análise do Conteúdo, baseado nas concepções de Bardin (2016) e Franco (2005), pois é uma técnica que nos oportuniza analisar e compreender diferentes fontes de dados, como: entrevistas, questionários, documentos, imagens etc, pois para Franco (2005), essa técnica vale-se pela mensagem, sendo oral ou escrita, na qual expressa um significado e um sentido relacionado com o contexto investigado. Para Godoy (1995), é uma análise técnica metodológica que se pode aplicada para tratamento de dados diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do objeto investigado.

Nesse sentido, os dados foram analisados e classificados de forma sistemática fundamentado na Análise de Conteúdos proposta por Bardin (2016, p.3) que afirma ser “Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Assim, a análise decorreu com as seguintes etapas:

A **pré-análise**: Foi a primeira etapa de análise, que “tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2016, p.63). De modo que essa etapa iniciou com a seleção geral dos dados, sistematizando-os de acordo com objetivos da pesquisa, que é analisar as práticas pedagógicas acerca de prevenção da violência sexual contra crianças em uma turma do 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Macapá-AP.

A **exploração do material**: “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p.66), nesse sentido, essa etapa ocorreu de maneira contínua durante as observações em campos em coleta de dados, centrada na organização, seleção e formulação das categorias de análise.

A categorização dos dados foi organizada “à medida que foram sendo encontrados. Este é o procedimento por "caixas", aplicável no caso de a organização do material decorrer diretamente dos funcionamentos teóricos” (Bardin, 2016, p.119). Assim, observou-se que implicitamente, as práticas e discussões da professora destacavam dois pontos (categorias): As

práticas que abordaram **1. Conceitos, formação, informação** acerca da sexualidade e violência sexual e práticas que trabalharam com **2. Ações de proteção e direitos das crianças**.

Assim, foi feita a organização de síntese analítica, ao comparar e conectar os resultados coletados, seguindo as orientações contextuais de Franco (2005), que enfatizam a sensibilidade, intencionalidade e competência teórica do pesquisador (Franco, 2005, p.16). Os resultados foram agrupados conforme a estrutura categorial citada acima, apresentando excertos de práticas que ilustram as atividades resultantes desse processo (ver quadro 15).

Nesse contexto, as categorias foram identificadas e organizadas no decorrer das práticas conduzidas pela professora, elas foram subdivididas em seções de resultados, as quais apresentam a maneira que a professora abordou os conceitos e informações relacionados ao tema da violência sexual, assim como as ações de proteção e direitos que ela mediou com seus alunos, conforme mostra o quadro 15, com uma representação simplificada dos dados por categoria.

Quadro 15: Categorização e organização das práticas pedagógicas

Categoria	Práticas
1. Conceitos, formação, informação	<p>Excerto 1: Práticas baseadas no Livro "Pipo e Fifi"</p> <p>Excerto 2: Caixa Surpresa dos Toques (Toque do Sim ou do Não)</p> <p>Excerto 3: Matemática: Quantificação, Contagem e Agrupamento</p> <p>Excerto 4: Recriar Monstrinhos de Autocuidado e Prevenção</p> <p>Excerto 5: Jogo Lúdico-Trilha da Proteção</p> <p>Excerto 6: Práticas baseadas no livro “Não me toca seu boboca!”</p> <p>Excerto 7: Dinâmica Semáforo do Toque</p> <p>Excerto 8: Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica</p>
2. Ações de proteção e direitos das crianças.	<p>Excerto 9: Práticas baseadas no Livro Meu corpinho é só meu</p> <p>Excerto 10: Esse Sou Eu (Pessoa de Direitos)</p> <p>Excerto 11: Semáforo do Toque com Bonecos</p> <p>Excerto 12: Conhecendo meus direitos com a turma da Mônica</p>

Fonte: Dados da pesquisadora, 2023.

Destaca-se que nessa etapa, a unidade de registro escolhida é “O Tema”, o qual é desenvolvido como foco nas categorias, como: A violência sexual e os direitos da criança, considerando os componentes racionais, ideológicos, afetivos e emocionais dos envolvidos na

investigação. De modo que Franco (2005) afirma que tal unidade compreende com mais atenção os aspectos pessoais dos sujeitos, especialmente acerca da exposição do “significado de uma palavra e/ou sobre as conotações atribuídas a um conceito (Franco, 2005, p. 39).

As práticas foram sendo selecionadas e organizadas em pastas específicas, de modo que ao longo do processo, algumas foram reanalisadas por se enquadrarem em ambas as categorias. Durante as observações, destacou-se que as categorias não são isoladas, pois a professora adotava uma linguagem que retomava os conceitos, combinando a formação inicial dos temas com a formação continuada para lembrar os aspectos trabalhados. Como resultado, algumas práticas deram início a debates, introduzindo novos conceitos e informações sobre sexualidade e violência sexual (categoria 1). No entanto, outras práticas, embora abordassem aspectos da categoria anterior, se destacaram por enfatizar a importância de as crianças conhecerem e exercerem seus direitos, especialmente o direito de serem respeitadas e protegidas.

O tratamento dos resultados: Etapa final do processo de análise, se concentrou no esforço de realizar as inferências profundas teoricamente e na revisão minuciosa dos dados, permitindo uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos encontrados nos dados de pesquisa.

Destaca-se que o tratamento teve com foco atender ao princípio apresentado por Bardin (2016), de tratar os dados com “pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido, [...] deve refletir as intenções da investigação. (Bardin, 2016, p.120), cujo aprofundamento de análise observou a teoria e a prática do campo de pesquisa.

Assim, conforme os objetivos da pesquisa e suas categorias de análise, o tratamento dos resultados foi elaborado com base na fundamentação teórica do campo de estudo. Além disso, foram considerados os conhecimentos e observações da pesquisadora, que se concentrou em compreender as estratégias de ensino utilizadas pela docente, o processo de formação das crianças sobre os temas e refletir criticamente sobre a experiência vivenciada em campo.

Vale destacar que o tratamento dos resultados esteve focado não apenas em contribuir para o conhecimento acadêmico, mas também para a aplicação direta em contextos do mundo real, especialmente nos âmbitos escolares.

5.7 Aspectos éticos da pesquisa

Essa investigação compreende a importância da ética na pesquisa, especialmente por envolver as crianças. Desse modo, buscou-se garantir que as interações com os participantes diretos e indiretos da pesquisa, fosse conduzida de maneira responsável, respeitosa e benéfica, salvaguardando os direitos e o bem-estar desses participantes. Assim, seguiu-se as condutas adequadas conforme os princípios éticos do CEP, por meio da Plataforma Brasil, de modo que obtivemos parecer com aprovação para condução da investigação. Assim, o projeto de pesquisa foi respaldado pelo Parecer Consubstanciado do CEP/UNIFAP sob o número 6.189.623 e CAAE: 70280723.8.0000.0003 (no Apêndice I).

Nessa perspectiva, ao lidar com os grupos envolvidos na pesquisa, foi assegurado o anonimato, utilizando pseudônimos: Prof^a e Aluno (a) A, B, C etc. e embasando as imagens dos participantes. Essas medidas foram adotadas como métodos de preservação de nome e imagem, a fim de garantir o cumprimento das normas éticas.

No momento da entrega dos termos, os colaboradores foram esclarecidos sobre o tema, objetivos e suas formas de participação na pesquisa, em consonância com o acesso aos seguintes termos: Termo de anuência a ser entregue ao responsável legal da escola *locus* da pesquisa, para assinatura e aceite do trabalho na escola.

O Termo de consentimento livre e esclarecido e assentimento foi entregue aos pais ou responsáveis (para aceite ou não do uso de imagens de seus filhos) em uma das reuniões pedagógicas entre a família e a escola, de modo que consegui explicar e entregar o termo para alguns pais. Contudo, na intenção de esclarecer sobre o termo e a observação para todos os responsáveis, optou-se por criar um vídeo e postar no grupo de *Whatsapp* da turma. Assim, o documento apresentou aos pais os riscos mínimos para seus filhos (as), uma vez que foi destacado que as atividades de ensino serão realizadas pela professora da turma, que já possui um contato constante com as crianças. Além disso, foi apresentado os benefícios estão fundamentados nos direitos à integridade e ao respeito que as suas crianças têm, utilizando práticas pedagógicas lúdicas, interessantes e adequadas para abordagens sobre a temática com as crianças, a fim de torná-las aptas a entender seu empoderamento diante de casos criminosos. No entanto, fora enfatizado o risco de que, por se tratar de uma pesquisa que aborda temas como o corpo, o toque, a violência e o segredo, é possível que no início haja um estranhamento diante desses temas e talvez ocorra um certo constrangimento ao registrar as produções das crianças em fotografias.

No Termo de consentimento livre e esclarecido à professora da turma, foi apresentado os riscos da pesquisa, como: a possibilidade de se sentir desconfortável com a presença da pesquisadora na sala de aula, que estará observando, anotando e fotografando momentos das práticas pedagógicas, além de discutir questões relacionadas à violência contra crianças, o que pode causar abalo emocional. Contudo, foi ressaltado o direito de solicitar a retirada da pesquisadora da turma caso se sinta desconfortável. Acerca dos benefícios, fora destacada a importância do trabalho da docente em prol da promoção dos direitos das crianças e a importância do ensino para a prevenção primária, por meio de práticas pedagógicas lúdicas, interessantes e apropriadas para abordar essa temática com as crianças. A docente foi informada que todo o material coletado será usado estritamente para a composição do trabalho de dissertação, mantendo-se o sigilo ético e não revelando seu nome, e que sua participação no estudo não acarretará custos ou compensação financeira adicional.

A abordagem em relação ao Termo de Assentimento para as crianças, ao compreendê-las como sujeitos sociais ativos em seus posicionamentos, que carecem atenção para suas vozes e vontades, concebeu-se uma “captação do aceite da criança mediante procedimentos diferenciados, dadas as singularidades” (Coutinho, 2019, p. 64). Sendo assim, a autorização das crianças foi conduzida de forma a promover uma conversa aberta, em roda de conversa, de modo que fora explicado os objetivos da pesquisa e posteriormente, uma consulta individual com os (as) alunos (as) para saber se concordavam com presença da pesquisadora na sala de aula durante as atividades práticas. Dessa forma, todos os consentimentos e opiniões das crianças foram registrados em gravador de áudio, para respaldo ético do estudo.

Por fim, foi assegurada uma abordagem cuidadosa em relação aos indivíduos envolvidos (professoras, alunos e pais), levando em consideração e respeitando seus valores, culturas e crenças. Além disso, quando fora necessário, os participantes receberam assistência pedagógica e material durante o desenvolvimento do projeto.

6 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA

Com base nas categorias de análise, as estratégias de prevenção são apresentadas nas duas subseções: 6.1 Práticas pedagógicas com enfoque nos conceitos, formação e informação sobre a violência sexual na infância e 6.2 Práticas pedagógicas com enfoque nas ações de proteção enquanto direito das crianças, de maneira que são desenvolvidas em 12 excertos de práticas pedagógicas realizadas em sala de aula, com a intenção de dispor ações educativas que permitam “que a criança tenha um entendimento saudável do mundo e possa participar dele, [...] fornecendo informações adequadas.”

Vale apresentar a reflexão de Arroyo (2012): “se trazer os corpos para os estudos da infância e para a teoria-prática pedagógica é um mérito, trazer a diversidade dos corpos ocultados em suas desigualdades é uma urgência.” (Arroyo, 2012, p. 17), com isso, pretende-se desenvolver discussões e resultados como relevante contribuição para estudos sobre a infância ativa em seus direitos, em especial a proteção da violência sexual. Além disso, disponibilizar observações e experiências reais de uma turma, para que a família, educadores e profissionais da educação consigam conduzir e informar as crianças para a aquisição de habilidades protetivas.

Afinal, sabe-se que o desenvolvimento de consciência sobre os direitos das crianças não é um processo que inicialmente depende delas, mas sim dos posicionamentos e ensinamentos dos adultos, que desempenham o papel crucial de orientar a criança sobre seus direitos, inclusive o direito ao respeito. Contudo, tal processo deve ocorrer com o envolvimento ativo da criança em todas as experiências educacionais, o que tornará a aprendizagem mais significativa, e com essa interação entre o indivíduo e o objeto de estudo, entre a criança e as práticas de ensino, acarretará no desenvolvimento da independência de pensamento e ação frente a violação dos seus direitos.

6.1 Práticas pedagógicas com enfoque nos conceitos, formação e informação sobre a violência sexual na infância

A presente subseção explora as práticas realizadas em sala de aula cujas ações direcionadas pela professora trataram de forma explícita ou implícita, sobre a categoria: **conceitos, formação e informação** relacionados à violência sexual infantil. Nessa perspectiva,

as práticas são apresentadas conforme Franco (2016), ao serem “aquelas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais.” (Franco,2016, p.542), voltadas para propósitos que visam a formação da criança em relação à prevenção da violência sexual.

Assim, vale pontuar que tais ações educacionais foram planejadas (ver quadro 11) com base em 2 (dois) livros infantis que se desenvolveram em 8 excertos de práticas, segue a análise do Excerto 1.

Excerto 1: Práticas baseadas no Livro "Pipo e Fifi"


Em sala de aula, a primeira prática pedagógica ocorreu no dia 11 de agosto de 2023, quando a professora avisou para a turma: “hoje vai ter leitura de historinha”. Foi observado que a docente já realizava essa metodologia com sua turma, mas que dessa vez, ela fez uma apresentação cuidadosa sobre as novas práticas e conhecimentos que seriam introduzidos. A professora destacou que as ações incluiriam vários dias de aula com histórias, jogos, brincadeiras e atividades para ensinar sobre a proteção contra a violência sexual infantil.

Nesse sentido, a literatura infantil pode ser vista como uma oportunidade, estratégia ou recurso didático para apresentação de conceitos e fatos para as crianças, contribuindo decisivamente para ampliar o universo de conhecimento delas, afinal, conforme Meyer (2017) afirma:

Um livro não se resume às palavras de seu texto escrito, mas abrange todos os elementos editoriais [...] a intencionalidade e o momento histórico em que foi escrito, ou seja, são linguagens e significados reunidos numa única obra. Da mesma forma, a função da literatura infantil transcende a condição de recurso pedagógico, sendo um instrumento de expressão, diálogo, mediação e aproximação entre professores-alunos, pais-filhos, adulto-criança (Meyer, 2017, p.61).

Assim, após o momento inicial de apresentação sobre o intuito das práticas que seguiriam, a professora iniciou a contação de história, conforme mostra o quadro 16.


Quadro 16- Momento de contação da história Pipo e Fifi

	<p><i>Profª: Quem já conhece aqui as partes do corpo?</i></p> <p><i>Aluna A: Eu! As partes do corpo.</i></p> <p><i>Aluno A: É o coração, pulmão, braço.</i></p> <p><i>Aluna B: É aquilo, as partes que tá dentro da gente e nos faz sentir bem.</i></p> <p><i>Profª: Sim. Tem, tem aos meus os pedacinhos é de que a gente é formado. Nosso corpo é feito de partes. Lembra da musiquinha? Cabeça, ombro, joelho e pé, joelho e pé... Olha só, o Pipo e a Fifi vão falar de uma parte muito importante do corpinho de vocês, tá? (Registro de observação de campo, 2023)</i></p>
---	--

Fonte: Registro de campo, 2023.

A professora inicia a prática com perguntas acerca dos conhecimentos prévios dos alunos, mas gradualmente complementa com conceitos da educação sexual, nos sentidos corporais e posteriormente sobre proteção da violência sexual, tais ações corroboram a afirmativa da autora do livro infantil utilizado pela docente, sendo usado como ferramenta de enfrentamento da violência sexual, pois apresenta elementos lúdicas a fim de fomentar a comunicação e criar oportunidades e ambientes propícios para o compartilhamento de conceitos e informações, afim de “empoderar a criança para que identifique situações de perigo e possa recorrer aos adultos de confiança” (Meyer, 2017, p.98). Esses aspectos são exemplificados na imagem e diálogo a seguir (ver quadro 17).

Quadro 17- Momento de contação e diálogo sobre o livro infantil

	<p><i>Profª: Para descobrir, existem os toques do corpo. Existem partes do nosso corpo que devem ser tocadas e outras que não. Vocês sabiam disso?</i></p> <p><i>Aluna A: Sim!</i></p> <p><i>Profª: Por exemplo, uma pessoa pode vir tocar em toda parte do nosso corpo?</i></p> <p><i>Aluna A: Não!</i></p> <p><i>Profª: Existe uma parte que se chama parte íntima. Essa parte íntima é uma parte que ela é só nossa.</i></p> <p><i>Aluna B: Ninguém pode tocar nela (criança fala em tom alto)</i></p> <p><i>Profª Muito bem pessoal. Ninguém pode tocar nela. Por isso nós usamos calcinha ou cueca para protegê-la.</i></p> <p><i>(alunos rirem)</i></p> <p><i>Profª Parece engraçado, mas é uma proteção. Roupa, cuequinha, calcinha. Existe também a proteção que nós devemos ter. Que é importante, que é a conscientização.</i></p>
--	--

Fonte: Registro de campo, 2023.

É importante destacar o trecho do diálogo em que a criança prontamente afirma que ninguém pode tocar em suas partes íntimas (ver quadro 17), momento ocorrido antes da professora iniciar a prática de ensino em aprofundamento com seus alunos. Isso demonstra que algumas crianças adquirem informações e orientações sobre sexualidade e proteção por outras instituições e meios, tornando-as familiarizadas com termos como intimidade, violência e

proteção, mesmo que de maneira superficial. Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma abordagem educativa, adequada e segura de Educação Sexual nos âmbitos escolares.

Durante a leitura do livro infantil, uma cena que capturou a atenção das crianças foi quando os personagens apareceram usando suas peças íntimas (Pipo com cueca e Fifi com calcinha), conforme ilustrado na figura 5. As peças íntimas dos personagens foram apresentadas de maneira divertida e colorida, sendo uma possibilidade interessante para abordar os temas de intimidade e proteção. Vale destacar que a curiosidade dos alunos foi expressada com comentários sobre as imagens, como ao acharem a calcinha da Fifi fofo e engraçada, observaram também que as calcinhas eram coloridas, e notaram até que os passarinhos usam de cuecas. Essas falas espontâneas carregadas de observações curiosas possibilitaram a continuidade com entusiasmo e atenção na contação conduzida pela professora.

Figura 5: Página do Livro Pipo e Fifi



Fonte: Arcari, 2013.

Nesse contexto, a professora continuou a contar a história realizando pausas para ouvir e mediar as falas das crianças, aproveitando a curiosidade dos alunos para introduzir conceitos apresentados pela autora da obra infantil, quais sejam:

Conceitos básicos de informação e proteção, de modo que, ao final da leitura, a criança deve ser capaz de: 1- Saber nomear as partes íntimas, seja pelo nome científico ou pelos apelidos familiares; 2- Identificar quem são os adultos que podem tocar no seu corpo, para ajudar em situações de higiene e saúde; 3- Entender que adultos e outras crianças não podem tocá-la nas partes íntimas; 4- Entender que ela que é dona do seu próprio corpo e pode e deve dizer não, quando tocada de forma que a deixe confusa, triste ou constrangida; 5- Identificar a diferença entre o que pode ser feito em espaços públicos e privados; 6- Respeitar o corpo do outro (Meyer, 2017, p. 56).

Além disso, nos momentos de escuta da professora com seus alunos, as mesmas revelaram histórias de seus cotidianos, medos, conhecimentos prévios e dúvidas que ligavam

ao tema da violência. Como em um breve momento em que uma vivência entre os alunos abriu margem para uma nova discussão, pois;

Aluna A: “Pode bater? homem pode bater em mulher? Porque ontem o Aluno B me beliscou”

Profª: “Jamais! Não, é violência! O que a professora fala pra vocês? Aqui nós somos o quê? Amiguinhos, uma segunda família. Nós passamos um tempão aqui na sala. Devemos tratar com carinho.” (Registro de campo, 2023)

Nesse contexto, surgiu uma interessante oportunidade de adentrar o campo da segregação de gênero, afinal, “é por meio da socialização do conhecimento, sem nenhuma restrição decorrente do sexo, que a escola pode ser, inquestionavelmente, democrática” (Furlani, p. 68). Destaca-se então, a importância do trabalho de Educação Sexual, também na abordagem da desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, pois é nessa fase que as crianças estão desenvolvendo suas percepções concretas sobre o mundo e vivenciando as normas sociais. Assim, ao questionarem em sala de aula, aproveita-se para conceituar e formar as crianças a reconhecerem comportamentos prejudiciais, desde a violência sexual até atos de sexismo, o machismo e a misoginia.

Afinal, é necessário que os atores educacionais compreendam as problemáticas da realidade de seus alunos, para que aproveitem essas revelações para abordar os conceitos adequadamente, afastando-se de tabus e preconceitos acerca das violações contra a infância.

Outro excerto analisado parte da observação em sala, que foi sobre os conceitos assimilados acerca do toque afetivo ou abusivo. Desta forma, a professora utilizou a brincadeira como elemento lúdico para reforçar a questão. Após a contação de história do livro Pipo e Fifi, a aula teve continuidade com a prática: “Caixa Surpresa dos Toques (Toque do Sim ou do Não)” (Ver excerto 2)

Excerto 2: Caixa Surpresa dos Toques (Toque do Sim ou do Não)

A professora chamou cada aluno (a) pelo nome, e ele (ela) se aproximava da Caixa surpresa, onde escolhia uma imagem aleatória que estava dentro da caixa (essa imagem poderia apresentar uma cena do "Toque do sim" ou do "Toque do não").

A docente perguntava individualmente ao aluno (a) que segurava a imagem sobre o que a figura mostrava e qual toque retratava na imagem. Então a criança analisava a figura e respondia. Após fazer sua seleção e análise, a criança mostrava a imagem/cena com a turma e a professora interagiu com o restante da turma sobre ela.

Por fim, a criança colava a figura no quadro cujo estava separado em dois grupos: SIM ou NÃO .

Destaca-se que essa prática foi o primeiro momento em que as crianças se tornaram ativas no processo de ensino, exigindo que se movessem, refletissem e expressassem suas opiniões sobre as imagens da caixa surpresa. Nesse sentido, a prática evidenciou a importância

de os adultos estarem atentos às interpretações das crianças e direcioná-las levando em consideração seu contexto de valores e conhecimentos na comunidade externa à escola, pois corre-se também o risco de aliciadores aproveitarem a inocência ou naturalização de algumas ações para praticar o crime sexual.

Isso ficou evidente em uma das análises da brincadeira, quando uma criança interpretou a imagem de uma personagem sentada no colo de um adulto como sendo Toque do Sim (ver figura 6), quando na verdade representava um momento de desrespeito e desconforto da criança ao sentar no colo de um adulto na história (Toque do não). Todavia, a criança explicou que para ela era um gesto positivo, comparando-o com situações cotidianas como sentar no colo de seus pais no ônibus ou em aniversários lotados. Assim, é necessário que os(as) educadores (as)

Entendam que há diferenças reais quanto à compreensão e à conceituação da sexualidade entre adultos e crianças. Definições de sexualidade podem, dessa forma, variar de cultura para cultura, dentro de subculturas e no momento histórico no qual elas ocorrem. (Sanderson, 2005, p.30).

Nesse contexto, deve-se estar atento ao contexto cultural e social de cada criança, e a partir de suas percepções, apresentar os conceitos e cuidados para proteção, pois suas experiências individuais podem não sensibilizá-las para os riscos associados à violência sexual, como novamente Sanderson (2005) alerta, que para algumas crianças, a percepção de perigo em relação às aliciamentos “não está totalmente desenvolvido e sua intuição ainda não está abastecida com informações suficiente nem experiência para mantê-las seguras” (Sanderson, 2005, p.165).

Figura 6- Cena do Toque do não do livro Pipo e Fifi



Fonte: Arcari, 2013.

Nesse sentido, vale destacar os registros do quadro 18, que mostram os momentos e movimentações das crianças durante a prática, como a escolha da figura/cena na caixa surpresa,

a análise e reflexão individual sobre a figura escolhida e o momento de apresentar a imagem para análise coletiva.

Quadro 18- Momentos da prática

	
<p>Criança recolhe figura na caixa surpresa</p>	<p>Criança analisa figura escolhida</p>
	
<p>Criança mostra a figura para seus colegas</p>	<p>Quadro em imagem final da atividade</p>

Fonte: Registro de campo, 2023.

Observou-se nessa atividade, que a participação ativa das crianças proporcionou experiências positivas tanto individuais quanto coletivas em relação aos conhecimentos adquiridos, resultando em uma sensação de satisfação por causa da reflexão e domínio dos conceitos abordados durante a prática pedagógica. Essa observação sustentasse nas pesquisas de Brito e Kishimoto (2015) que afirmam:

A experiência não é considerada neste estudo como simples sensação, fruto do impacto provocado pelos atributos dos objetos porque a criança vivencia ações significativas por ela realizadas em contextos específicos e as registra na memória. Esse pensar reflexivo criado pelo envolvimento da criança na atividade tem o poder de impulsionar o processo de aprendizagem (Brito e Kishimoto, 2015, p.9).

Assim, a prática focou no tratamento de conceitos e informações acerca do cuidado de si, cuidado com o outro, respeito ao corpo, reconhecer situações de perigos e compreender toques e sensações corporais boas ou ruins, no intuito de que as crianças desenvolvam segurança nos posicionamentos e ações que infrinjam seus corpos e sentimentos. Pois é válido ressaltar que especialmente ao tratar de conteúdos sobre corpo humano, também é importante ensinar para além de questões de anatomia e funções de cada parte do corpo, é também uma possibilidade de educar sexualmente as crianças e jovens.

Nesse contexto, a prática de educação sexual do excerto a seguir (excerto 3) também tem como referência o livro infantil Pipo e Fifi, mas apresenta-se em consonância com o componente curricular obrigatório: Matemática e suas tecnologias.

Excerto 3: Matemática: Quantificação, Contagem e Agrupamento

Para iniciar a atividade 2, intitulada “Matemática: Quantificação, Contagem e Agrupamento”, a professora conduziu uma roda de conversa com os alunos, revisitando as ideias e ensinamentos do livro Pipo e Fifi. Entre os conceitos abordados nesse diálogo, destacaram-se: a importância das roupas íntimas para proteger as partes privadas do corpo, o cuidado de nunca aceitar presentes em troca de ver ou tocar nessas partes que as roupas íntimas ‘guardam’; e a orientação de sempre contar a alguém de confiança se alguém fizer algo estranho com o corpo.

Para tanto, destaca-se a ação da professora em se atentar para a curiosidade e agitação das crianças acerca das peças íntimas (ver quadro 17), momento que os alunos ouviram falar de calcinha e cueca, riram e fixaram maior atenção para as falas da professora. A docente apresentou a atividade retornando a essas palavras-chave:

Prof^a: Essa brincadeira de hoje é sobre calcinhas e cuequinhas, que são as roupinhas íntimas, que são usadas para proteger essa parte do nosso corpo. eu preciso que vocês me ajudem a enfeitar essas árvores. Vocês me ajudam?
Alunos (as): Sim! (alunos gritam afirmando) (Registro de campo, 2023)

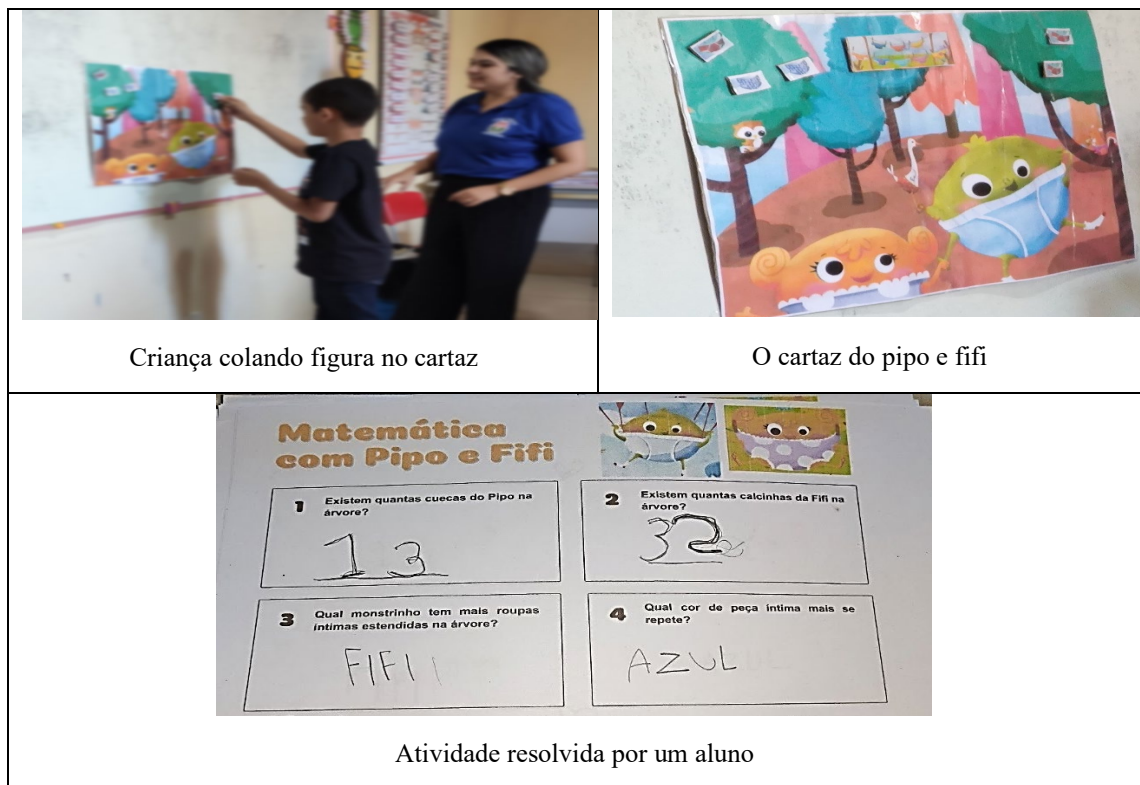
Sabe-se que a sexualidade infantil é muitas vezes manifestada pela curiosidade e questionamentos sobre seus corpos, diferenças entre meninos e meninas, afetos e relações interpessoais entre seus pares, afinal, o desenvolvimento da sexualidade das crianças “é primeiramente uma experiência de aprendizado baseada na informação reunida sobre seu corpo e corpo dos outros. [...] essa exploração é continuamente equilibrada pela curiosidade. (Sanderson, 2005, p.43). Nessa perspectiva, a professora explicou a atividade para seus alunos, e logo em seguida, os mesmos iniciaram as práticas. A atividade se desenvolveu da seguinte forma:

Cada criança resgatou uma figura de peça íntima que estava na caixa surpresa, pendurou/colou cuecas e calcinhas na árvore do Pipo e da Fifi (imagem exposta no

quadro). E juntos contaram a quantidade de calcinhas e de cuecas individualmente, depois o número total de peças, posteriormente fizeram agrupamentos e contagem por cores. Após realizadas as contagens, as crianças responderam a atividade impressa, que apresentava as seguintes perguntas: 1)Existem quantas cuecas do Pipo na árvore? 2)Existem quantas calcinhas da Fifi na árvore? 3)Qual monstrinho tem mais roupas íntimas estendidas na árvore? 4)Qual cor de peça íntima mais se repete? (Relato da pesquisadora, 2023).

É relevante apresentar os registros das atividades das crianças durante a prática, bem como a conclusão de suas atividades, conforme ilustrado no quadro 19.

Quadro 19- Momentos da atividade



Fonte: Registro de campo, 2023.

Ao analisar o contexto pedagógico da atividade, destaca-se o interesse da professora no trabalho interdisciplinar, ao combinar os conceitos de educação sexual e a matemática. Davis e Hersh (1985) afirmam que a Matemática pode ser utilizada além de seus próprios domínios, de modo que pode atuar como uma ferramenta essencial ou método para abordar outros conteúdos. Os autores consideram que a matemática pode ser

[...]elaborada para corresponder a alguma outra atividade como seu protótipo. O protótipo pode ser uma entidade física, biológica, social, conceitual ou talvez mesmo outro modelo mais temático. Pode-se substituir a palavra equações por 'estruturas', pois nem sempre se trabalha com um modelo numérico (Davis e Hersh, 1985, p. 107).

Nesse sentido, a matemática pode se adequar a outra atividade, o que foi aproveitado pela professora em sua prática, ao ultrapassar a mera aplicação de conhecimentos matemáticos, relacionando-a a Educação sexual. Isso contribuiu para fortalecer tanto o aspecto informativo quanto o formativo. Assim, torna-se viável oferecer uma experiência educativa lúdica em Educação sexual que integre abordagens de outros componentes curriculares, como de Artes, como mostra a prática do próximo excerto (ver excerto 4).

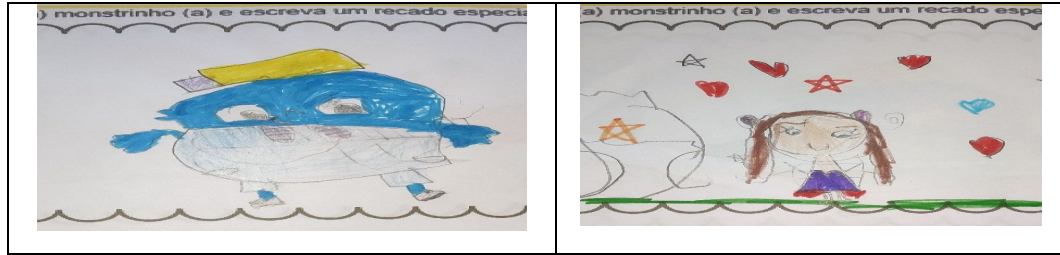
Excerto 4: Recriar Monstrinhos de Autocuidado e Prevenção

A prática teve como título “Recriar Monstrinhos de Autocuidado e Prevenção”, a professora iniciou o momento de atividade realizando uma roda de conversa afim de relembrar os personagens e as ideias abordadas no livro Pipo e Fifi. Destaca-se que a prática ocorreu de maneira sucinta, pois a turma tinha uma avaliação interna agendada. Contudo, as crianças se concentraram na atividade proposta pela professora, que as orientou a usarem a criatividade para criar seus próprios monstrinhos da proteção.

Durante o desenvolvimento da prática, a pesquisadora interagiu com as crianças, o que possibilitou que fosse explicado informalmente por algumas delas sobre os seus desenhos. Assim, pode-se observar uma diversidade de expressões artísticas, como mostra o quadro 20. As criações incluíram: (1) Pipo e Fifi em situações familiares, (2) Monstrinhos inspirados na comida favorita da criança (Doritos), (3) Pipo e Fifi como adolescentes vestindo roupas *fashion*, (4) A fada protetora e (5 e 6) dois desenhos inspirados em personagens do YouTube.

Quadro 20- Atividades das crianças





Fonte: Registro de campo, 2023.

É fundamental reconhecer que cada criança possui características individuais moldadas por interações específicas em seu ambiente social. Essas particularidades se manifestaram nos desenhos dos alunos, o qual a maioria optou por retratar referências aos personagens de Pipo e Fifi trabalhados nas atividades, porém, atribuindo-lhes características individuais. Por exemplo, alguns desenharam os personagens em situações familiares, como modelos, Fifi comendo pirulito, Pipo empinando pipa, Fifi com laço no cabelo e sapatos novos. Outros alunos representaram personagens, objetos e ações que gostam, como comidas, brinquedos e seus desenhos favoritos.

Ao analisar os desenhos das crianças, é perceptível que elas oferecem *feedbacks* sobre os conceitos e informações abordados durante as atividades de contação de histórias, especialmente a atenção para os personagens principais do livro infantil. Isso permite não só avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança, mas também sua capacidade de expressão e comunicação em relação a assuntos de seu interesse. Nesse sentido, a prática evidenciou que as crianças desenvolveram suas próprias representações personalizadas de proteção contra a violência sexual, demonstrando compreensão sobre os conceitos e informações abordados na literatura infantil trabalhada no excerto (livro Pipo e Fifi).

Para tanto, destaca-se a importância de empregar o desenho como uma linguagem expressiva, tanto de forma livre quanto direcionada, uma vez que os educadores desempenham um papel essencial na formação da criança, é necessário que para certos temas, a orientação em relação ao desenho deve ser cuidadosamente planejada e lúdica, pois como afirmado por Brito (2015), “ao oferecer mediação, o adulto constitui-se como um par avançado, que fornece suporte para a aprendizagem da criança” (Brito, 2015, p.153), afinal, o ato de desenhar também reflete aspectos sociais reflexo de experiências sensíveis que carecem mediação apropriada.

Nesse contexto, surge também a reflexão de que algumas expressões artísticas, como o desenho, muitas vezes são subestimadas como práticas de ensino, sendo consideradas apenas como uma atividade para ocupar o tempo livre ou negligenciadas em favor dos conteúdos

curriculares. Isso resulta em uma perda de oportunidade para explorar os aspectos específicos da linguagem do desenho como um método direcionado para a apropriação de conceitos.

Além disso, o jogo revela-se também como um recurso lúdico, interativo e poderoso para alcançar os objetivos do planejamento docente, como evidenciado no excerto 5.

Excerto 5: Jogo Lúdico-Trilha da Proteção

A atividade denominada "Jogo Lúdico-Trilha da Proteção" é um jogo baseado no livro infantil Pipo e Fifi, que tem a estrutura de um tabuleiro, com fichas de perguntas (textos e imagens), miniavatares para especificação de cada jogador e um dado.

Nesse contexto, notou-se na explicação inicial da professora que o jogo reforça os conceitos do Toque do sim e Toque do não, já trabalhados nas práticas anteriores, contudo, o brincar passa a ser aliado no trabalho e formação de tais conceitos. Para tanto, Meyer (2017) esclarece sobre a criação do jogo:

O jogo Trilha da Proteção é um material vinculado ao Instituto Centro de Orientação em Educação e Saúde (CORES) e pode ser acessado gratuitamente [...]. O jogo foi desenvolvido pelas profissionais: Caroline Arcari (pedagoga social), Lauriane Marília de Lima Costa (estudante de psicologia) e Pollyana Schervenski (pedagoga), ambas educadoras da instituição Escola de Ser (Instituto CORES). o Instituto patrocinou a diagramação da parte artística e gráfica, baseando-se no projeto anterior do livro Pipo e Fifi. Ele encontra-se disponível para descarga gratuita no seguinte endereço: <<https://www.pipoefifi.com.br/publicacoes-gratuitas>>. (Meyer, 2017, p. 74)

O jogo inclui instruções básicas que podem ser adaptadas conforme o grupo de crianças, além disso, o design é colorido e objetivo para atender a qualquer faixa etária da infância, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – O jogo Trilha da Proteção



Fonte: Meyer, 2017.

A prática ocorreu da seguinte forma: Inicialmente, a docente explicou as regras do jogo para as crianças, as quais foram instruídas a formar duas filas, representando dois grupos, posicionados de frente um para o outro. A cada rodada, uma criança de cada grupo lançava o dado e movia seu miniavatar de acordo com o número sorteado. Quando um aluno chegava a uma casa, ele lia o que estava escrito nela e então respondia as questões.

Vale ressaltar que as casas ao longo da trilha apresentavam: (1) pontos de interrogação, nos quais a criança deveria pegar uma cartinha e responder à pergunta sorteada, (2) ilustrações indicando ações afirmativas e negativas para que a criança reconhecesse a cena, e (3) casas sem texto, onde a criança simplesmente permanecia na casa em que estava. O grupo vencedor era aquele que alcançava primeiro a última casa, chamada "Proteção". O Quadro 21 mostra alguns registros durante o jogo.

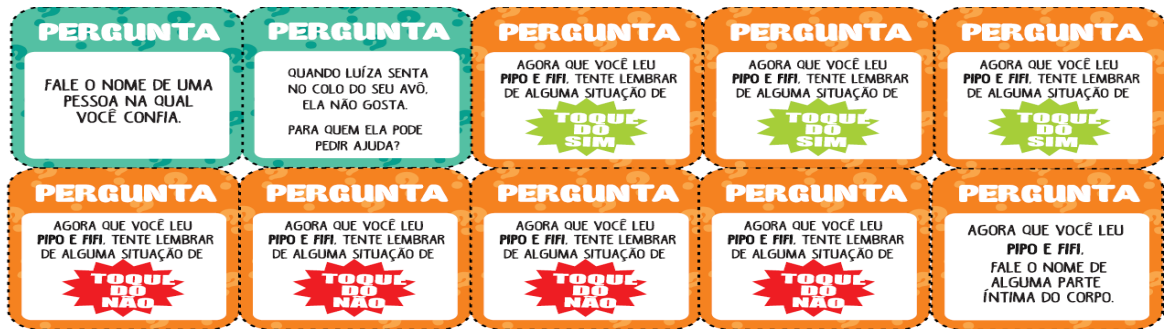
Quadro 21- Momentos do jogo



Fonte: Registro de campo, 2023.

Além disso, mostra-se também as cartas de perguntas e ilustrações utilizadas no jogo:

Figura 8 - Cartas do jogo



Fonte: Meyer, 2017.

Vale destacar que objetivo do jogo é: “que a criança desenvolva conceitos e atitudes de proteção, auxiliando a diminuição da vulnerabilidade à violência sexual por meio da informação, do conhecimento do corpo, da busca de ajuda e da comunicação” (Meyer, 2017, p. 77), nesse sentido, no decorrer do jogo, observou-se que todas as crianças interagem com as informações e conceitos das cartas dos outros colegas, permitindo-lhes refletir de forma lúdica e divertida sobre a importância do cuidado com o corpo, entendimento de toques afetivos e abusivos e ações de alerta e proteção em casos de violência.

Destaca-se um momento interessante, o qual a professora incentiva o aluno a refletir para além da informação apresentada no jogo. Como mostra o diálogo:

Profª: Esse é toque do que? Qual é essa imagem? O que eles estão fazendo?
Aluno: Atravessando a rua.
Profª: Se o outro ajudar a atravessar a rua, não tem nada de mal, né? Mas se o outro estiver atravessando a rua pra ir pra um lugar bem longe, onde a mãe não deixou?
Aluno: Aí é um toque ruim. (Registro de campo, 2023).

Neste contexto, compreende-se que é responsabilidade do educador orientar o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, incentivando-os a analisar as diversas possibilidades de ações, afinal, Figueiró (1995) afirma que a educação sexual se torna eficaz quando os indivíduos alcançam a “autonomia, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência de que cada um pode e deve fazer escolhas pessoais e responder por elas” (Figueiró, 1995, p.105).

No entanto, em outro momento de diálogo durante o jogo, foi observado que a professora não abordou um ponto relevante mencionado pelos alunos:

Prof^a: Você chegou no conselho tutelar. Alguém aqui conhece o conselho tutelar?
Aluno: Eu eu,.. é quando o pai e a mãe não vai buscar a gente (na escola), aí vai 'pro' conselho tutelar.
Prof^a: é, mas não é só pra isso que serve o conselho tutelar. (Registro de campo, 2023).

Nota-se que a percepção da criança sobre o conselho tutelar carrega uma noção pejorativa, contudo, a professora segue com o desenvolvimento do jogo, de modo a não esclarecer ou informar o aluno sobre o trabalho do conselho tutelar. Para tanto, algumas instituições de apoio à infância ainda enfrentam críticas negativas e experienciam situações de segregação, o que pode criar obstáculos para que as crianças confiem nessas instituições ao buscar ajuda. Isso pode resultar em uma relutância em denunciar casos de violação, pois a sensação de conforto e segurança é comprometida. Afinal, sabe-se que a “função principal do Conselho Tutelar é salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes e encaminhá-las a outras instâncias jurídicas quando da sua violação.” (Meyer, 2017, p. 82), sendo crucial que as escolas estabeleçam parcerias multidisciplinares, a fim de apresentar de forma adequada sobre as funções e ações da rede de apoio à infância, comprometidos com a proteção de seus direitos e bem-estar.

Excerto 6: Práticas baseadas no livro “Não me toca seu boboca!”


A prática começou com uma roda de conversa para apresentar a história infantil: Não me toca, seu boboca. Ficou evidente que as crianças reagiram com entusiasmo ao saberem que uma nova história seria contada pela professora, o que demonstra que a contação foi uma estratégia eficaz para introduzir os conceitos e informações objetivados nas práticas.

Nesse sentido, ao tratar da literatura infantil em educação sexual, ressalta-se que

Educação Sexual e a formação do leitor são pois mutuamente complementares, uma vez que, aproveitando a temática sexualidade, que um assunto mobilizador (de interesse e curiosidade de pessoas das variadas idades), pode-se, usando os livros, levar o sujeito a desenvolver e o hábito da leitura.” (Figueiró, 1995, p. 201).

Assim, ainda em roda de conversa, antes de começar a leitura da história, a professora utilizou perguntas baseadas na observação visual da capa do livro para estimular a curiosidade e a imaginação das crianças, visando captar a atenção para o contexto e a mensagem da história que seria contada. Destaca-se que o estímulo visual incentiva as crianças a explorarem e questionarem o que veem, instigando um aprendizado mais profundo, pois elas começam a fazer conexões entre o que observam, o que já sabem e o que poderão aprender, aliando a curiosidade ao aprendizado adequado. Como mostra o diálogo do quadro 22.

Quadro 22- Momento contação de história

	<p><i>Prof: Bora descobrir? Vamos! O que vocês estão achando de interessante na capa do livro?</i></p> <p><i>Aluna A: É uma coelha que está falando não me toca seu boboca.</i></p> <p><i>Prof: É, será que é uma coelha? E o que será que a coelha vai ser aqui dentro dessa história, desse livro?</i></p> <p><i>Aluna B: Eu já sei pra que ela falou isso, ela falou pro rato que tá tocando no vestido dela.</i></p>
---	--

Fonte: Registro de campo, 2023.


Foi observado também que durante essa conversa inicial da professora com seus alunos, foi possível explorar a imaginação e a interpretação visual das crianças. Contudo, ressalta-se o momento em que a Aluna B menciona o toque na roupa (vestido) da personagem como algo indevido, abriu-se então a oportunidade para discutir o cuidado ao interagir fisicamente com os outros, o que fora resgatado pela docente no decorrer da prática.

Ao explorar o texto e enredo da história infantil, a contação se mostrou um recurso pedagógico poderoso para orientar, ensinar, socializar e até mesmo divertir as crianças. Isso porque estimulou a atenção, curiosidade e vocabulário dos ouvintes, além de fomentar a capacidade de reflexão das crianças. Afinal, segundo Costa (2008),

A literatura vem educar a sensibilidade, reunindo a beleza das palavras e das imagens. A criança pode desenvolver as suas capacidades de emoção, admiração, compreensão do ser humano e do mundo, entendimento dos problemas alheio e dos próprios; enriquecendo principalmente as suas experiências escolares, cidadãos e pessoais. (Costa, 2008, p.67).

Nessa perspectiva, observou-se que o enredo da história da Coelhinha Ricota e o Tio pipoca levou as crianças a reagirem com expressões de atenção, preocupação, entusiasmo e até mesmo oferecendo conselhos à personagem sobre como se proteger. Assim, ao terminar a contação da história, a professora assumiu o papel de ouvinte para interagir e captar se a mensagem da história foi compreendida corretamente por seus alunos. Mostra-se um dos momentos do diálogo no quadro 23.

Quadro 23- Momento de diálogo sobre a literatura infantil

	<p><i>Prof: Bora falar sobre a história? O que vocês entenderam dela?</i></p> <p><i>Aluna C: Eu entendi que ela fala sobre o toque do não e toque do sim, que não pode tocar nessas partes (a aluna aponta para sua parte íntima), não pode tocar sem a autorização.</i></p> <p><i>Aluno A: Ela (Ritoca) teve que gritar.</i></p> <p><i>Prof: Sim, muito bem, ela teve uma boa ideia de gritar, né? ela conseguiu que seus amigos estivessem bem. Já pensou se fosse uma criança que não tivesse ninguém por perto nesse momento? É muito arriscado. Então pode brincar na casa de alguém que você não conhece?</i></p> <p><i>Alunos: Não! (Crianças respondem juntos)</i></p>
---	--

Fonte: Registro de campo, 2023.

É fundamental destacar o momento em que a professora observa que a criança comenta sobre o grito da personagem como uma forma de se proteger. Isso evidenciou que seus alunos foram capazes de captar as informações e conceitos discutidos na história, especialmente as ações de proteção diante de situações de risco. Com isso, nota-se que a educadora agiu de acordo com as orientações de Sayão (2006), que instam os adultos a "levar a sério tudo o que ouvirem. A violência sexual é um fenômeno que envolve medo, culpa e vergonha" (Sayão, 2006, p.45). Assim, torna-se essencial que os educadores demonstrem interesse e calma por qualquer relato ou sinal da criança sobre questões relacionadas à sexualidade ou violência sexual, pois ao serem ouvidas, as crianças podem sentir-se incentivadas e capacitadas para discutir e enfrentar temas complexos.

Ainda durante a roda de conversa, a professora conduziu debates nos quais as crianças compartilharam seus conhecimentos prévios sobre cuidados com o corpo, compreensão sobre toques inadequados, situações estranhas e perigosas, e as ações adequadas caso enfrentem uma violação. No entanto, merece destaque o relato de uma das crianças:

Profª: Desconfiem sempre, tá bom? Qualquer suspeita. Agora vocês já entendem um pouco, né? Em qualquer suspeita, vocês têm que imediatamente contar pra pessoa que você mais confia.

Aluno: Ô professora, não sou acostumado a contar pra ninguém, nem pra minha mãe, porque eu não tenho pai. (Registro de campo, 2023).

Entende-se que a ausência de diálogo na família, seja por negligência ou ignorância, é uma realidade para muitas crianças, tornando-se uma forte limitação para que a Educação Sexual ocorra de maneira saudável, podendo criar um vácuo emocional e comunicativo na criança com qualquer adulto. Assim, sabe-se que o adulto é responsável por zelar pelo desenvolvimento e aprendizado das crianças, tornando necessário que os mesmos evitem:

Projetar seus próprios medos, ansiedades e inibições em relação à sexualidade nas crianças, pois elas precisam adquirir confiança em seus corpos e em sua sexualidade para poder aceitá-los. Essa confiança é o que vai protegê-las de serem exploradas e abusadas sexualmente por outros (Sanderson, 2005, p.27).

Nesse contexto, é essencial que os adultos superem os tabus relacionados à discussão da sexualidade com as crianças, pois a educação sexual adequada e afetiva pode protegê-las de diversas formas de violação.

Excerto 7: Dinâmica Semáforo do Toque

Intitulada “Dinâmica Semáforo do Toque”, a atividade foi explicada enquanto todos estavam na roda de conversa, de modo que a docente lembrou com as crianças as cores e representações do semáforo de trânsito, incentivando-as a relacionarem os conceitos de trânsito com a educação sexual.

Os conceitos trabalhados foram os seguintes:

- Cor verde: locais no corpo em que é permitido tocar, seja para carinho, ajuda ou cuidado.
- Cor amarela: locais no corpo que merecem atenção e cuidado, pois estão próximos das áreas em que não se deve tocar.
- Cor vermelha: representa o pare, não pode tocar, indicando as partes do corpo que exigem total cuidado e proibição de toques e olhares.

Durante o momento de diálogo e explicação, a professora instigou os alunos a refletirem sobre os locais dos toques apropriados ou não, com base nas cores do semáforo, como mostra o registro a seguir:

Profª: O verde significa que pode. As partes do corpo que podem ser tocadas.

Aluna A: Tipo assim, né? É a mão, é o pé, a cabeça.

Profª: Lembra do toque do sim? Qual é o toque do sim?

Aluna B: O toque do sim é o toque na cabeça.

Aluna C: Carinho de um abraço.

Profª: E os lugares que não pode? Que não pode beijar? Que não quer? o vermelho? Na boca. Alguém pode beijar na boca ou tocar nos seios?

Alunos: Não. (respondem juntos)

Profª: E como é que é o de Atenção? Alguém pode beijar muito no rosto?

Alunos: Não. (respondem juntos)

Profª: Não, porque fica muito perto da boca, né? Então, é o quê?

Alunos: Atenção.

Profª: E na coxa? Fica perto da parte íntima. Então, é o quê?

Alunos: Atenção

Aluna: Na barriga, na barriga é atenção. (Registro de campo, 2023)

No contexto da conversa e orientação da professora, destaca-se as respostas precisas das crianças, indicando um avanço na conscientização sobre autoproteção e na promoção de uma educação segura em relação à violência sexual. Notou-se que as crianças se sentiam à vontade e seguras para discutir toques e partes do corpo, especialmente ao identificá-los como áreas que merecem atenção ou que nem mesmo devem ser tocadas. Isso confirma a reflexão de Sanderson (2005), que “é possível ensinar as crianças a serem cautelosas contra certos perigos, sem assustá-las, é possível prepará-las quanto a outros perigos que existem na comunidade, sem instilar medo. (Sanderson, 2005, p. 27).

Em seguida, a professora explicou e distribuiu as atividades impressas para os alunos. As meninas receberam a atividade com a personagem Ricota e os meninos com o personagem Paulinho. Essa diferenciação foi feita para tornar significativa a reflexão sobre o cuidado com seus corpos, respeitando as diferenças entre meninos e meninas. De modo que o Quadro 24:

Quadro 24- Momentos da atividade sendo desenvolvida



Fonte: Registro de campo, 2023.

Ao analisar as atividades dos alunos, observamos que, de maneira geral, os meninos apontaram os seguintes lugares como sinal verde: braços, pés e cabeça; como sinal amarelo: coxas e bochechas; e como sinal vermelho: boca, pênis e peitoral. Já as meninas destacaram os seguintes locais como sinal verde: cabeça, pescoço, mãos e pés; como sinal amarelo: orelhas, bochechas e coxas; e como sinal vermelho: boca, barriga, seios, vulva e bumbum.

Nesse contexto de respostas das atividades, é importante ressaltar que as meninas indicaram mais lugares de atenção e cuidado em seus corpos do que os meninos. Observou-se também nas atividades que as áreas como pescoço, orelhas, ouvidos e bumbum são mais frequentemente mencionadas por elas. Esse fenômeno mostra percepções interessantes sobre a compreensão corporal e as diferenças individuais de gênero desde a infância.

Notou-se também que as crianças apresentaram ações de segurança em relação aos conceitos de proteção abordados durante as práticas, pois as mesmas desenvolveram as atividades de maneira autônoma, a ponto de interagirem entre si sobre suas indicações de cores e partes do corpo, o que se tornou um momento de compartilhamento para reforço dos conceitos e informações trabalhados. Isso permitiu que os alunos fossem ativos na demonstração de habilidades e conhecimentos em princípios e valores sociais e em questões de proteção corporal. Afinal, a sociedade incluindo a escola “pode educar a criança a aprender noções acerca de intimidade e privacidade pessoal” (Furlani, 2016, p.68), afim de educar todos a uma positividade e segurança diante dos seus corpos e sentimentos. Dessa forma, o excerto 8 também compreende a criança como ativa no processo de aprendizagem.

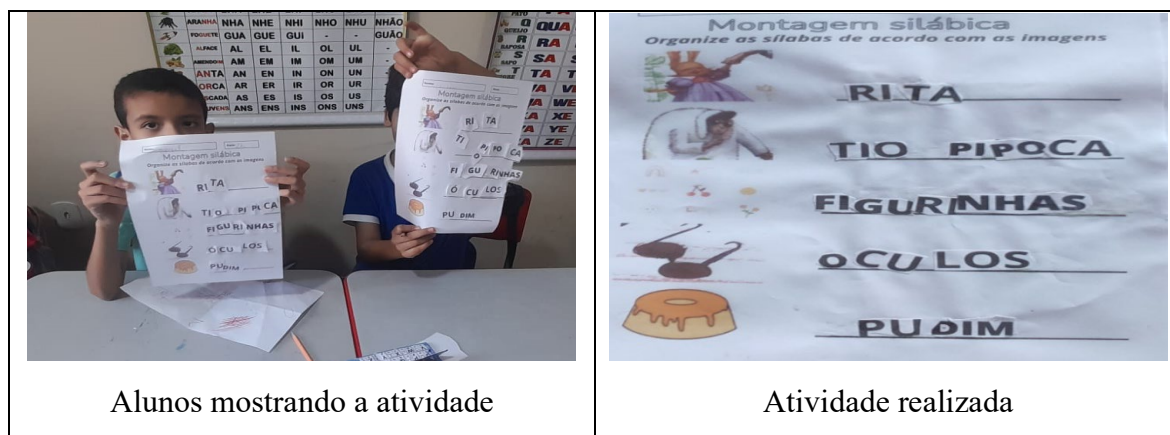
Excerto 8: Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica

A prática chamada: “Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica”, teve com foco relacionar os conteúdos da Língua Portuguesa com a abordagem da Educação Sexual trabalhado, pois observou-se que a atividade permeia para além de formar palavras a partir das imagens e sílabas fornecidas, mas também fortalece o vocabulário relacionado ao livro infantil base da prática ao relembrar momentos importantes da contação.

Na atividade, foram evidenciados dois personagens principais da trama: Rita (a vítima) e Tio Pipoca (o agressor), além de figurinhas (objetos usados para o aliciamento), óculos (disfarce para o agressor não ser reconhecido) e o pudim (elemento usado para o agressor ficar sozinho na cozinha com a vítima). Nesse contexto de atividade, nota-se que esses elementos citados na atividade foram os utilizados no aliciamento apresentado na história infantil, nesse sentido, observa-se o intuito da atividade foi reforçar a formação dos alunos quanto as situações de aliciamento, afinal, de acordo com Damasceno e Brito (2021, p 115), "o aliciamento é um crime silencioso que consiste em ganhar a confiança da criança por meio de atividades

inocentes e agradáveis.", atraindo as crianças/vítimas com boas conversas, disponibilidade para ajudar e brincar, oferecimento de doces, brinquedos e coisas que as crianças gostam. Assim, no quadro 25, pode-se ver as atividades realizadas em sala de aula.

Quadro 25-Atividade Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica



Alunos mostrando a atividade

Atividade realizada

Fonte: Registro de campo, 2023.

Dessa forma, percebe-se que a presente prática, embora objetiva e rápida, cumpriu seu objetivo de avaliar os conhecimentos gerais e específicos dos alunos, seja acerca da língua portuguesa enquanto alfabetização, seja sobre dos códigos de educação sexual abordados durante as práticas anteriores, em especial no tratamento dos conceitos de aliciamento abordados na história infantil: Não me toca seu boboca. Nota-se que a explicação da professora durante a prática focava em formar as crianças para os aspectos de cuidado e autoproteção, tanto nos toques físicos quanto nas tentativas de aproximação e convites (aliciamento). Afinal, é válido reiterar que quando “uma criança com um comportamento confiante e positivo pode transmitir fortes mensagens de modo que o abusador não tente um abuso sexual” (Sanderson, 2005, p.71), sendo de suma importância que as crianças recebam orientações e informações sobre os perigos e ações de prevenção da violência sexual, para que as mesmas internalizem os conceitos protetivos da Educação Sexual.

Nesse sentido, as práticas reforçaram o aspecto intercultural e emancipador dentro do ambiente escolar, pois o processo de diálogo, autonomia e reflexão de todos os envolvidos foi o ponto forte em todas as atividades. Isso se mostra como uma possibilidade para o trabalho de informar e formar adequadamente sobre as temáticas da sexualidade infantil e violência sexual.

6.2 Práticas pedagógicas com enfoque nas ações de proteção enquanto direito das crianças

Nesta subseção, são apresentadas as práticas voltadas para ações de proteção e direitos da criança, afim de cumprir a segunda categoria de análise: **Ações de proteção e direitos das crianças**, as quais se mostram imprescindíveis em compreensão e atuação educacional, afinal, "em relação à formação de sujeitos de direito, a maioria dos cidadãos latino-americanos tem pouca consciência de que são sujeitos de direito" (Bazílio, 2016, p.10). Isso se mostra um desafio no currículo escolar, contudo, as práticas realizadas pela docente são alternativas lúdicas para o reconhecimento dos direitos das/com as crianças, tornando-as conscientes de seus direitos e responsabilidades no âmbito familiar, escolar e social. Assim, com base em 2 (dois) livros infantis, apresenta-se outros 4 (quatro) excertos de práticas realizados em sala de aula.

Excerto 9: Práticas baseadas no Livro Meu corpinho é só meu

No dia 6 de outubro de 2023, prática iniciou com a contação de história do livro *Meu corpinho é só meu* (ver quadro 11). Inicialmente, foi observado pelas crianças um novo livro nas mãos da professora, o que se tornou um momento de empolgação e curiosidade por parte das crianças, pois imediatamente os mesmos passaram a analisar a capa do livro, sem que a professora incentivasse a impressão deles. Assim, como uma ação combinada entre eles, a professora anunciou o momento de contação de história e os alunos se posicionaram em semicírculo (roda de conversa), posteriormente a docente iniciou a leitura do livro.

A Figura 9 mostra o momento inicial da atividade, no qual a professora começa a contar a história infantil para as crianças.

Figura 9- Registro da contação de história



Fonte: Registro de campo, 2023.

Assim, durante a leitura da história, um dos momentos de destaque foi quando a professora abordou a importância de respeitar o corpo alheio, destacando a especificidade de cada um. Ela também ressaltou que, mesmo durante as brincadeiras, as crianças devem entender e respeitar as expressões verbais e corporais dos colegas. Esses pontos foram discutidos no seguinte diálogo:

Prof^a: Sempre na história, não pode tocar em nenhuma parte que não seja nossa. E o que que acontece? Às vezes, as pessoas resguardam as delas e pode ser que queiram tocar nas dos outros, né? Dos coleguinhas. “Ah, não pode tocar em mim.. Ah, tô brincando”. Mas eu vou lá e vou tocar no meu colega. Pode fazer isso?

Alunos: Não. (Respondem juntos)

Prof^a: A parte íntima é sua. A do colega é dele. Então você também não pode tocar na dele. Tem que respeitar. (Registro de campo, 2023)

Nessa perspectiva, percebe-se que a docente abordou dois aspectos importantes: a percepção individual e coletiva do (des) respeito ao tocar e ser tocada (o) e a importância de expor tais sentimentos para o outro. A professora enfatizou que cada pessoa tem seu próprio corpo e sentimentos, e como cidadãos de direitos, devem exercer especialmente o direito ao respeito, que os possibilita a recusar qualquer toque ou situação que considere desagradável. A formação desses aspectos fica clara quando todos os alunos respondem de maneira unânime (conforme registrado no diálogo anterior) que o respeito ao "não" do colega deve ser mantido também durante as brincadeiras.

Vale ressaltar que a infância é um momento de constante curiosidade e aprendizado, e que as crianças compartilham suas curiosidades nas interações ao brincar, então ficou clara a importância de fomentar a informação acerca do direito ao respeito em todos os momentos e lugares, pois ao compreenderem e respeitarem os limites físicos e emocionais dos colegas, as crianças estão construindo as bases para relacionamentos saudáveis, seja consigo ou com outros. Como afirma Sayão (2006), o ensino sobre tais aspectos

possibilitam o desenvolvimento de maior respeito e percepção de si, destacando o respeito ao próprio corpo, a seus sentimentos e o necessário respeito ao outro. Isso contribui para aumentar a chance de crianças e jovens se protegerem de situações invasivas e violentas e, ainda, caso se vejam involuntariamente nelas envolvidas, de solicitarem ajuda de seus educadores para os cuidados e providências necessários. (Sayão, 2006, p.24)

Assim, é importante ressaltar que os adultos desempenham um papel fundamental nesse processo de mediação acerca do respeito entre as crianças, intervindo sempre que necessário para garantir que todas as crianças se sintam seguras e respeitadas, conscientes de seus direitos enquanto cidadãos em desenvolvimento. Para tanto, o próximo excerto trata da conscientização humana e pessoal de cada criança.

Excerto 10: Esse Sou Eu (Pessoa de Direitos)

A prática foi fundamentada em uma imagem do livro infantil *Meu corpinho é só meu*, utilizado pela professora em sala de aula, com ênfase na frase: "E você, quem é?" (ver figura 10). Observou-se que a professora teve o cuidado em apresentar o tema com respeito, pois tratava-se de apontar sobre as diferenças físicas humanas.

Vale ressaltar que a professora iniciou a atividade descrevendo as características físicas da personagem do livro e, em seguida, pediu às crianças que lhe ajudassem a descrever suas características também. O objetivo era incentivá-las a refletirem sobre si e os outros sem vergonha por suas especificidades. E nesse contexto, a educadora instruiu os alunos a desenharem a si mesmos.

Figura 10: Página do livro infantil

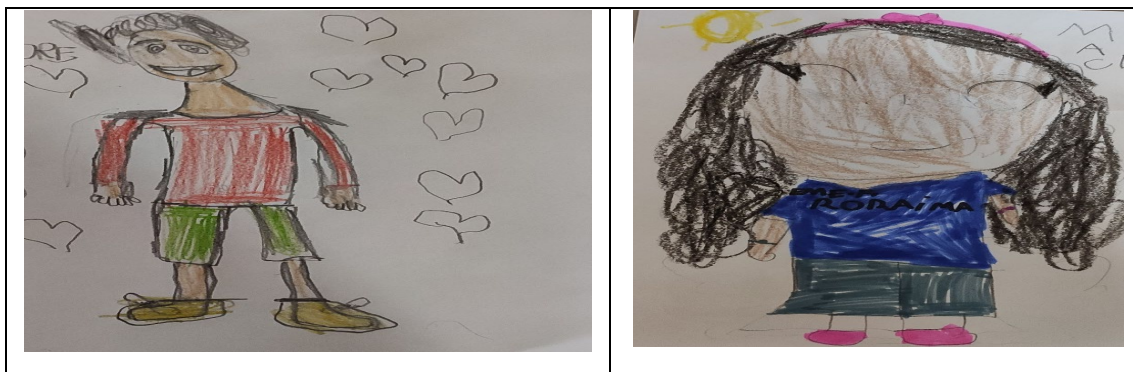


Fonte: Registro de campo, 2023.

É importante destacar que a atividade foi realizada de forma breve devido ao envolvimento da turma em uma programação escolar interna. Contudo, as crianças entenderam o objetivo da atividade, que, conforme a professora explicou, era ajudá-las a reconhecer suas características físicas individuais e perceber que, apesar das diferenças, todos são iguais em seus direitos. Assim, algumas das atividades são apresentadas no quadro 27.

Quadro 26- Desenhos das crianças





Fonte: Registro de campo, 2023.

Nos desenhos feitos pelas crianças, é possível notar que elas se dedicaram em reconhecer e expressar suas características físicas, como cor e tipo de cabelo, tom de pele e adereços que estavam usando no momento. Além disso, é importante ressaltar que alguns alunos lembraram de incluir em suas pinturas símbolos das anteriores práticas de prevenção da violência sexual, como o semáforo, peças íntimas e corações os quais representam amor e respeito por si mesmos.

O ato de desenhar também pode proporcionar o reconhecimento próprio, pois quando a criança se dedica a desenhar, ela analisa seus detalhes próprios para então representá-los, o que o torna criador e representante da sua identidade. Sendo possível, por meio da atividade, promover uma autoconsciência e autoaceitação saudável, além de estimular a imaginação e a criatividade.

Para tanto, a “escola pública poderia se constituir num espaço privilegiado onde essas vidas e esses corpos, mais humanos, fossem reconhecidos e pudessem se manifestar publicamente como são” (Arroyo, 2012, p. 30), de modo que a criança deve ser ensinada a apreciar-se e manifestar-se como realmente é, com autonomia acerca de sua intimidade e privacidade pessoal, pois “podemos concluir que o professor que ensina sobre sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e de projetos de vida. (Figueiró, 1995, p. 17).

Assim, observa-se que apesar de ser uma atividade de desenhar seu autorretrato, apesar de ser objetiva, pode ser utilizado por educadores para mediar importantes habilidades para o desenvolvimento das crianças, como estimular a compreensão de sua identidade e características, afim de fazê-las apreciar sua própria imagem; enfatizar que, apesar das

diferenças físicas e emocionais, todas as pessoas têm direitos iguais e devem ser respeitadas e também investir na expressão criativa e artística dos alunos.

Excerto 11: Semáforo do Toque com Bonecos

A atividade "Semáforo do Toque com Bonecos" também seguiu a metáfora do semáforo de trânsito para orientar as crianças sobre os limites do toque em seus próprios corpos e no corpo dos outros. A professora iniciou a atividade com uma roda de conversa, momento que a mesma apresentou os bonecos às crianças e os possibilitou dar nomes a eles, sendo que os nomearam: Sofia e Pedro. Logo após, a professora mediou uma discussão sobre corpo, cor/raça e respeito.

Para compreender melhor o excerto 11, é fundamental destacar as movimentações ocorridas durante a prática, especialmente a ilustração do diálogo no quadro 27, que mostra o momento em que a professora apresenta os bonecos a turma.

Quadro 27- Momento de roda de conversa sobre respeito a cor da pele



Profª: Lembram quando eu peguei várias cores do lápis de vocês e também eu comecei a apontar as nossas cores? Existe só uma cor de pele?

Alunos: Não.

Profª: Assim os bonequinhos. Olhem os bonequinhos, eles têm as mesmas cores? Ela é?

Alunos: Morena.. Negra.

Profª: E ele é?

Alunos: Branco.

Profª: E eles representam nós, né? Um pouco da nossa diversidade. Porque ninguém é igual a ninguém. Nós somos únicos, mas acima de tudo, devemos respeitar o outro sempre.

Fonte: Registro de campo, 2023.

Durante o diálogo com as crianças, a docente utilizou bonecos como ferramentas para provocar questionamentos comparativos, visando estimular reflexões e a participação dos alunos na discussão, isso mostrou sua estratégia pedagógica voltada para o estímulo visual, que ocorrera desde a comparação das cores distintas para os lápis de cor até a variação de tons nos tecidos/pele dos bonecos. Percebe-se então, que a prática trabalha com a ideia de que cada indivíduo é único, com suas próprias características e peculiaridades, e por isso, todos merecem respeito. Confirmando a reflexão de Furlani (2016) que

As atividades escolares devem levar as crianças e os jovens a refletirem sobre a importância de considerar “o outro”, “o diferente” como algo bom, desejável. Essa educação pode ser vista como uma forma de a escola contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, na busca pela paz, contra as muitas formas de exclusão (Furlani, 2016, p. 70).

Além disso, outro momento que vale a atenção, ao afirmar que toda prática é alicerçada em vivências e formações individuais, percebe-se que a professora utiliza elementos religiosos para fundamentar sua abordagem

Profª: Porque ninguém é igual a ninguém. Imagina se todos fossem iguais. É que nós somos únicos, não há ninguém igual a gente, né? Mas acima de tudo devemos respeitar o outro porque não existe ninguém melhor que o outro. [...] Cada um tem a sua cor. Papai do céu escolheu uma cor especial pra cada um de nós, né? Alunos: Sim! (Respondem juntos). (Registro de campo, 2023).

Ao sugerir que o Papai do céu (Deus) criou cada humano, inclusive as tonalidades de suas peles, bem como ao enfatizar que essas variações fazem com que as crianças sejam especiais, pois as tornam únicas em suas próprias maneiras, reflete o que expõe Tardif (2002), ao afirmar que as concepções dos professores em suas práticas de ensino são moldadas por suas experiências pessoais, sociais e culturais. De maneira que,

O professor interioriza um certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores, etc. os quais estruturam a sua personalidade e suas relações com os outros (especialmente com as crianças) e são reatualizados e reutilizados, de maneira não reflexiva mas com grande convicção na prática. (Tardif, 2002, p. 72).

De modo consciente ou não, durante a prática a professora apresenta conceitos de respeito e diversidade baseada em suas concepções morais e religiosas, o que consolida suas práticas em valores cristãos acerca do respeito e criação humana.

Assim, ainda no formato de roda, a professora explicou a dinâmica às crianças, da seguinte maneira: Cada aluno (a) retiraria uma bolinha das cores do semáforo que estava dentro da caixa surpresa. Em seguida, escolheria um boneco e apontaria/identificaria qual parte do corpo deveria aplicar a bolinha, explicando sua ação para os colegas, conforme mostram as imagens do quadro 28.

Quadro 28- Fotos do Desenvolvimento da atividade 2



Criança pegando a bolinha na caixa



Aluna realizando a atividade



Aluno realizando atividade

Foto dos bonecos ao finalizar da atividade

Fonte: Registro de campo, 2023.

No decorrer da atividade, cada aluno (a) indicou e pontuou a sua percepção sobre os sinais e toques, sendo verde para lugares aceitáveis de tocar e carinho, amarelo: lugares para ter atenção, e vermelho: lugar que não deve deixar tocar de jeito nenhum. Observou-se que as crianças já se mostravam seguros em suas ações e respostas, uma vez que as mesmas interagem constantemente em grupo para resolução da atividade, afirmando então que "se as mensagens forem constantemente reforçadas, os comportamentos se tornarão automáticos, assim como o código dos sinais de trânsito" (Sanderson, 2005, p.232). Isso fica evidente em um diálogo durante a atividade:

Aluno A: Peguei amarelo.

Profª: Qual é o lugar de atenção? Do corpo da Sofia ou do Pedro?

Aluno A: Barriga.

Aluna B: Ei, na bochecha, lembra? Porque fica perto da boca. (Registro de campo, 2023).

Além disso, destaca-se outra orientação importante apresentada pela professora durante a atividade, ao enfatizar que os alunos poderiam indicar o símbolo no corpo do boneco do gênero oposto, o que foi compreendido e praticado pelas crianças. Assim, fora trabalhado sobre o respeito e limites corporais, afinal, sabe-se que

A convivência mútua e o compartilhamento de experiências subjetivas e materiais são um modo de meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres conhecerem e questionarem as desigualdades de gênero, respeitando-se mutuamente e colocando em xeque os pressupostos que legitimam o sexismo, o machismo e a misoginia (Furlani, 2016, p. 68).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que as atividades apresentadas pela professora no Excerto afirmam positivamente a reflexão de Furlani (2016, p. 70), a qual enfatiza que a "educação sexual pode abordar valores como respeito, solidariedade e direitos humanos: resgatar valores humanos e considerar a diferença como algo positivo". Afinal, essas ações

pedagógicas devem começar na infância para cumprir a função social da escola, que é desenvolver integralmente o aluno, preparando-os tanto de forma prática quanto teórica para a cidadania plena, incluindo a discussão da educação sexual.

Assim, é importante destacar um momento de diálogo entre a professora e seus alunos antes do início da prática, quando a professora perguntou para as crianças se elas tinham direitos, e a resposta foi afirmativa. Em seguida, a docente questionou quais seriam esses direitos, e apenas uma aluna respondeu, mencionando o direito ao respeito. Isso evidencia que, embora as crianças tenham a noção geral de que possuem direitos e deveres, é fundamental que cada direito seja ensinado de forma individualizada desde cedo, para que as crianças sejam envolvidas em processos de empoderamento individual e coletivo.

Excerto 12: Conhecendo meus direitos com a turma da Mônica

A professora iniciou a com a contação do quadrinho infantil da Turma da Mônica, que abordava os Direitos e Deveres presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante a contação, a professora apresentou e explicou individualmente sobre os direitos que as crianças possuem, como o direito à vida, liberdade, saúde, cultura, alimentação, convivência familiar, educação, respeito, dignidade, profissionalização e lazer.

Na exposição dos direitos das crianças e adolescentes, a educação e o respeito foram os que ganharam maior destaque em orientações. A professora enfatizou que toda criança tem o direito fundamental de frequentar a escola, aprender com professores e colegas, e explicitou que os pais que não garantem esse direito estão cometendo negligência, de modo que a mesma orientou os alunos a comunicarem aos pais sobre seu direito à educação, que nenhuma criança deve parar de estudar.

Quanto ao direito ao respeito, a professora enfatizou a importância de todos respeitarem a si mesmos e aos outros em relação aos sentimentos, toques, brincadeiras etc. Ela destacou que as crianças têm o direito de serem respeitadas também pelos adultos e as encorajou a relatarem quando se sentirem desrespeitadas, pois suas vozes são valiosas como cidadãos de direitos nas leis brasileiras.

Outro ponto de destaque foi a discussão sobre a exploração sexual (conforme mostra o quadro 29), momento que a professora reforçou que a lei, o ECA, ampara as crianças contra o crime da violência sexual. Ela mencionou informalmente sobre o artigo 241-D, que caracteriza como crime "aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso", reforçando os conceitos e informações trabalhados no decorrer das práticas.

Nesse contexto, o quadro 29 mostra os momentos da prática realizada pela docente. A mesma utilizou recursos tecnológicos (projetor de imagem), para contar a história em quadrinhos, permitindo a ampliação das cenas para melhor percepção visual das imagens do livro.

Quadro 29- Momentos da prática de contação de história



Fonte: Registro de campo, 2023.

Depois do momento de leitura do quadrinho e diálogo com os alunos, a professora iniciou uma atividade, a mesma dividiu a turma em dois grandes grupos e os orientou a criar cartazes sobre seus direitos. Ela forneceu materiais e imagens baseadas no quadrinho infantil da Turma da Mônica para a confecção dos cartazes, incluindo fotos dos próprios alunos, com o objetivo de fazê-los se reconhecerem como sujeitos munidos de todos os seus direitos. Isso é ilustrado no Quadro 30, que mostra os momentos em que as crianças estão confeccionando o cartaz, em um trabalho coletivo, demonstrando concentração e cuidado na produção do trabalho. Nesse contexto, Brito (2015) afirma que “a interação dos pares possibilita que as crianças avancem em suas relações e criem autonomia” (Brito, 2015, p.67)

Quadro 30- Imagens da atividade em cartazes



Fonte: Registro de campo, 2023.

Assim, foi observado que as crianças estavam ativamente envolvidas na criação e produção dos cartazes, as mesmas incluíram paisagem de fundo com jardim e praça (árvores, gramado) sob um céu azul (com nuvens e sol), e em seguida distribuíram suas imagens⁶ no cenário. Um momento marcante foi quando reconheceram suas próprias imagens e escreveram seus direitos na legenda, demonstrando um reconhecimento pessoal e cidadão.

⁶ As imagens dos rostos das crianças mostradas na Figura 21 foram utilizadas com a autorização dos pais e das próprias crianças.

A prática pedagógica realizada pela docente esteve em acordo com o Art. 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), ao afirmar que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, especialmente por meio de ações

Campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos. (Brasil, 1990, p.20)

Assim, a importância de os professores abordarem os direitos e deveres das crianças elencados pelo ECA vai além do cumprimento legal, trata-se de um compromisso com a formação integral dos alunos, que vai desde as informações teóricas até a promoção de uma cultura de respeito aos direitos da infância. De modo que ao educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e responsabilidades, possibilita habilidades para que os mesmos sejam adultos cidadãos conscientes e respeitosos.

Entende-se, então, que as práticas lúdicas utilizadas pela docente em sala de aula são métodos eficazes para abordar questões de Direitos Humanos e Educação Sexual, culminando no reconhecimento dos direitos à dignidade e ao respeito em todos os aspectos da vida. A perspectiva intercultural, que valoriza e reconhece os sujeitos em seus direitos, é um aspecto marcante dessas práticas, nas quais a docente investiu para tornar as crianças ativas no processo de conscientização sobre si mesmas e sobre os outros. Destaca-se ainda, que é possível abordar as temáticas do respeito à diversidade e o reconhecimento dos direitos da infância, especialmente para prevenção de qualquer violação, de maneira lúdica e interessante, integrando teoria e prática das teorias educacionais e legislativas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que tipo de educador/a sexual eu vou ser?” (Furlani, 2016, p.67), questiona a autora, destacando que a Educação Sexual e a sexualidade são temas presentes em diversas esferas, inclusive na prática educacional. É preocupante pensar que a falta de informação por parte dos profissionais da educação pode levar crianças e adolescentes a buscar informações em fontes menos confiáveis, como revistas, internet, conversas com amigos igualmente despreparados e até mesmo com pessoas mal intencionadas.

É crucial lembrar que educar não é uma ação neutra; é um ato intencional e político, carregado de responsabilidade, pois cada ação em sala de aula, cada escolha de conteúdo, cada interação com os alunos traz consigo uma carga de significados, influenciada por crenças e entendimentos individuais. Intencionalmente ou não, essas ações moldam as concepções dos alunos. Nesse entendimento, podemos perceber a ligação entre as concepções educativas dos professores e como estas se refletem na prática pedagógica em sala de aula.

É necessário compreender, teórica e politicamente, o processo da educação sexual, especialmente na perspectiva da violência sexual infantil, conscientes das questões sociais, culturais e éticas do papel como educadores sexuais, seja em cursos de formação inicial e continuada, para que as abordagens de Educação Sexual ocorram de forma intercultural e emancipatória, com práticas inclusivas, respeitadas, preventivas e transformadoras.

Outro ponto a considerar é a importância de investir na formação inicial e continuada de professores e outros profissionais que interagem constantemente com crianças e adolescentes. O contato direto e frequente com a infância exige constante ato de pesquisar, estudar, revisar etc, para tanto, as mesmas ações são válidas para as temáticas da Violência sexual, proteção infantil e direitos da criança, para que os profissionais consigam até mesmo se desfazer de tabus, medos e incertezas ao tratar de tais temas dentro e fora da escola.

As experiências vividas e observadas durante a pesquisa em campo permitiram uma compreensão positiva para os variados métodos pedagógicos que podem ser utilizados para abordar sobre a violência sexual e as ações de proteção e direitos da infância nos âmbitos escolares. Verificou-se então, que as práticas pedagógicas planejadas pela docente se tornaram estratégias eficazes para a formação sobre esses temas. Nesse sentido, vale destacar que utilização de livros infantis como ponto de partida para desenvolver atividades complementares foi crucial para o processo de aprendizado das crianças. Além disso, a implementação de rodas

de conversa possibilitou momentos ricos de diálogos acerca das experiências vivências em sala de aula e as percepções individuais de cada um. Por isso, ressalta-se que o momento para ouvir as vozes das crianças para entendê-las e atendê-las é de suma importância, especialmente no tratamento de assuntos sensíveis como violência, respeito e direitos da infância.

Entende-se então, que os objetivos da presente pesquisa foram atendidos, pois compreende-se que a professora desenvolveu práticas pedagógicas lúdicas e intencionais, fundamentadas em uma educação sexual que visa a compreensão de conceitos, formação, informação e ações de proteção para garantir os direitos das crianças, especialmente no que diz respeito à violência sexual na infância. Foram práticas organizadas e interativas, permitindo que as crianças fossem participativas no processo de aprendizagem, sobretudo nas rodas de conversa em um ambiente dialógico. Além disso, o aspecto lúdico presente nas contações de histórias, jogos e dinâmicas demonstrou o cuidado no tratamento do tema com as crianças, adequando-se à faixa etária da turma.

Essa experiência proporcionou aprendizados significativos para o campo educacional, rompendo com a ideia de que "sexualidade não é assunto para crianças" e de que "os professores não estão preparados para abordar temas de violência sexual". Os 12 excertos apresentados nas seções de resultados, apresentam práticas que podem ser adaptadas ou implementadas para e com as crianças.

Além disso, durante as práticas, foi possível perceber o crescente elo de confiança entre os alunos e a professora. Inicialmente tímidos e receosos, depois começaram a compartilhar suas experiências e curiosidades de forma mais fluida. A atenção dedicada pela professora ao ouvir as crianças facilitou a comunicação aberta para qualquer tema em sala de aula. Como resultado positivo, notou-se que os alunos mais reservados começaram a interagir e brincar com os colegas durante as atividades. Assim, as interações das crianças foram ricas nas demonstrações de seus interesses, dúvidas e convicções ao longo das atividades, especialmente sobre os temas trabalhados nas práticas. Nota-se, assim, progressão no aprendizado dos mesmos, desde a compreensão inicial até a formação concretizada ao final do processo de práticas.

No entanto, é importante apresentar também os desafios e considerações que demandam atenção ao discutir sobre as práticas de ensino em sala de aula, que podem servir como pontos de reflexão para educadores e pesquisadores. Observa-se que as escolas ainda encaram as avaliações programáticas do currículo escolar como prioritárias para atestar se a criança está

recebendo uma educação de qualidade, o que por vezes dificulta a abertura para outros projetos e discussões sociais necessárias para um desenvolvimento de fato integral. Além disso, é evidente que a infância ainda é influenciada pelo viés adultocêntrico, pois as ações educativas buscam moldar e disciplinar as crianças de acordo com as concepções dos adultos e do currículo pronto, com práticas tradicionais e disciplinadoras. Para isso, enfatiza-se a necessidade de práticas pedagógicas interculturais e emancipadoras, que abordem sobre o respeito e a igualdade entre diferentes realidades, para que todos sejam autônomos e ativos em seus contextos sociais e culturais.

Nesse sentido, este trabalho busca auxiliar na formação teórica e prática de profissionais que trabalham com crianças, pois a violação da sexualidade infantil é uma realidade tanto dentro quanto fora das escolas, com práticas emancipadoras, para orientar e ensinar as crianças sobre os perigos da violência sexual afim de fazê-las conhecer seus direitos, sem retirar delas a alegria da infância, utilizando histórias, teatro, brincadeiras, atividades e discussões, sempre com respeito e atenção. Ressalto que nós, educadores, possuímos o poder de transformar e proteger vidas. Dessa forma, as práticas pedagógicas apresentadas têm o propósito de guiar, formar e informar crianças e adultos para o desenvolvimento de habilidades de proteção.

8 REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança**; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.

ABREU, Laís Oliveira. **Pedagogia feminista no território escolar: devires cartográficos no enfrentamento da violência sexual infantil**. 2020. 270 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação e Diversidade - PPED, da Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: Plataforma Sucupira (capes.gov.br). Acesso em 15/07/2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental II**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Governo Federal. Crianças e adolescentes são vítimas em mais de 76 mil denúncias recebidas pelo Disque 100, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/maio/criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-em-mais-de-76-mil-denuncias-recebidas-pelo-disque-100> Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

BRITO, Ângela do Céu Ubaíara. **Práticas de mediação de uma professora de educação infantil**. 2023. 368p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062013-111320/publico/ANGELA_DO_CEU_UBAIARA_BRITO_rev.pdf. Acesso em: 18/05/2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro) - 3ª reimpressão). São Paulo, 2016.

BRINO, R. de F. et al. **Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes: o papel da escola**. São Carlos. Pedro & João Editores, 2011.

CALAINHO, Daniela. **O Brasil e o Tribunal do Santo Ofício português: réus, cartas e agentes em circulação no mundo atlântico**. Dossiê: Êxitos e fracassos: a circulação de pessoas, práticas e conhecimentos nos mundos ibéricos, séculos XVI-XVIII, Niterói, Vol. 28, n. 2, p. 225-244, Mai/2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tem/a/XP9PLrLxvSrC7MXnBWwWNNt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 12/11/23.

CANDAU, Vera Maria Ferrão e RUSSO, Kelly. **Interculturalidade e Educação: na América Latina: uma construção plural, original e complexa**. Diálogo Educacional, v.10, (PUCPR), Paraná, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **intercultural e práticas pedagógicas**. Documento de trabalho. Rio de Janeiro: GECEC, 2013.

COUTINHO, A. S. **Consentimento e Assentimento**. In: ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ed.). *Ética e pesquisa em educação: subsídios*. Volume 1. Rio de Janeiro: ANPED, p.104-112, 2019. E-book. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_28_junho_2021. Pdf. Acesso em: 05/11/ 2023.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorenci. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, P. 141-239.

COPPETE, M. C. **Educação para a diversidade numa perspectiva intercultural**. Revista Pedagógica, ano 15, n. 28, v. 1, p. 231-262, jan./jun. 2012.

CARNEIRO, Rita de Kássia Cândido. **Prevenção Da Violência Sexual Infantil: desenvolvimento e Estudo de Viabilidade de um questionário gamificado**. 2022. 361 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Disponível em: *Prevenção da violência sexual infantil: desenvolvimento e estudo de viabilidade de um questionário gamificado (unesp.br)*. Acesso em 15/07/2023.

DEL PRIORI, M. (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1996.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Uma escola acolhedora abre espaço para a educação sexual: alinhamentos com a BNCC**. Anais e artigos do 3º Encontro de Licenciaturas e Educação Básica : Educação, sociedade e práxis educativa: desafios e perspectivas à formação e à atuação docente [Ebook] / Goiânia : Ciar UFG, 2022. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/ELEB_III_2021/2_artigos/sumario.html

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “**Panorama da Violência Letal e Sexual Contra Crianças e Adolescentes**”. UNICEF. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contracrianças-adolescentes-no-brasil.pdf>: Acesso: 07/11/2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FIGUEIRO, Mary Neide Damico. **Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980 a 1993**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09122019-175217/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Eduel, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte (MG): UFMG, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. 2. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. Vol. 04. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1991. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 27 de fevereiro de 2023.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural e movimentos sociais: trajetórias de pesquisa da Rede Mover** [recurso eletrônico] / Reinaldo Matias Fleuri. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 10/06/2014.

MEYER, Fabricio. **Análise do jogo “Trilha da proteção” - Como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil.** 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara -São Paulo. Disponível em: 4188.pdf (unesp.br). Acesso em 28/06/2023.

MARA, Marlene Magnabosco. **Conversas Criativas e Abuso Sexual: Uma proposta para o atendimento psicossocial.** São Paulo: Ágora, 2016.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NUNES, César Aparício. **Filosofia, Sexualidade e Educação: As relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.** Orientador: Prof. Dr. Pedro L. Goergen. 1996. Tese (Doutorado)- Filosofia em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Autores Associados. São Paulo, 2006.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

PETRENAS, R. de C. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE (1996-2012).** 2015. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2015, 322 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127959?locale-attribute=en>: Acesso em 07/08/2023.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões.** São Paulo: Vetor, 2007.

RAMOS, F. P. **A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In: DEL PRIORE, M. História das crianças no Brasil. Editora Contexto, 2016.

RIBEIRO, P. R. M. **Os momentos históricos da educação sexual no Brasil.** In P. R. M. Ribeiro (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias.* São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SUPLICY, M. et al. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Ivone Maria dos. **A cultura do consumo e a erotização na infância.** Revista Extraprensa, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-20, 2010. DOI: 10.11606/extraprensa2009.74369. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/74369/77997/99970>. Acesso em: 13/04/24.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais.** São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

SAYÃO, Yara. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** Manual de orientação para educadores. São Paulo, SP: CENPEC: Childhood Instituto WFC Brasil, 2006.

STRAUSS, Corbin J. **Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2008.

TUZZO, S. A.; BRAGA C. F. **O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Violência contra crianças e adolescentes na Amazônia é maior que no resto do país. URUÁ-TAPERÁ, 22 de setembro de 2022. Notícias. Disponível em <https://urutapera.com/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-na-amazonia-e-maior-que-no-resto-do-pais/#> , acesso dia 08/08/23.

WALSH, Catherine. **Decolonialidad, Interculturalidad, Vida desde el Abya Yala-Andino.** Notas pedagógicas y senti-pensantes. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo

(comp.). Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. Neuquén-Arg: EDUCO; Universidad Nacional del Comahue, 2014. p. 47-78.

WALSH, C. **Interculturalidad y (de) colonialidad: perspectivas críticas e políticas**. In: Congresso Da Association Pour La Recherche Interculturele (ARIC) 2009. Florianópolis, UFSC. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 08/11/23.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001

APÊNDICE I: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência sexual na infância: práticas pedagógicas com as crianças

Pesquisador: DANIELE PELAES DAMASCENO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70280723.8.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.189.623

Apresentação do Projeto:

O Projeto de pesquisa acerca da temática da violência sexual na infância tem sua origem no programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá. Terá como locus de pesquisa a escola Estadual de Ensino Fundamental I Roraima, localizada no município de Macapá. Público-alvo será a professora da turma de 1º ano e seus alunos. Pretende tratar sobre a importância de compreender de que forma tem ocorrido o debate e ensino acerca da temática da violência sexual e direitos das crianças no âmbito educacional, afinal a escola é um local que recebe constantemente as mais variadas mazelas de seus alunos, lhes cabendo uma posição segura diante das mesmas. De modo que a presente investigação poderá contribuir em discussões embasadas em fatos reais, atualizando dados e auxiliando no processo de reflexão, inspiração e criação de práticas educativas acerca da problemática da Violência Sexual para as crianças.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o desenvolvimento de práticas pedagógicas com o foco da violência sexual na infância, no sentido do trabalho para apreender os conceitos, formação, informação e ações de proteção no cumprimento dos direitos das crianças.

Objetivo Secundário:

1) Descrever a epistemologia da prática intercultural que aborde a discussão da Sexualidade e Violência Sexual na perspectiva da infância;

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km 02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.189.623

- 2) Caracterizar as estratégias de ensino utilizadas pela professora em relação ao trabalho sobre violência sexual na infância;
- 3) Averiguar como as práticas pedagógicas discutem sobre a proteção dos direitos da criança, entre eles o direito ao respeito e dignidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atual versão contempla as recomendações do CEP.

Riscos:

1. Por se tratar de uma pesquisa que aborda temas como o corpo, o toque, a violência e o segredo, é possível que haja estranhamento inicial diante do tema e constrangimento ao registrar em fotografia as suas produções.
2. A professora poderá se sentir incomodado(a) com a presença da pesquisadora em sala, que como observadora estará anotando e fotografando momentos das práticas pedagógicas e pode se sentir emocionalmente abalado(a) ao discutir a violência contra crianças.
3. Será garantida uma abordagem cautelosa aos indivíduos (professoras, alunos e pais) considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças.
4. Será assegurado aos participantes assistência integral no decorrer do desenvolvimento do projeto, e caso necessário, a assistência de outros profissionais de apoio, como, por exemplo, psicólogo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível. A pesquisa é relevante para a obtenção de informações que poderão auxiliar na compreensão sobre de que forma tem ocorrido o debate e ensino acerca da temática da violência sexual e diretos das crianças no âmbito educacional, além de contribuir em discussões embasadas em fatos reais, atualizando dados e auxiliando no processo de reflexão, inspiração e criação de práticas educativas acerca da problemática da Violência Sexual para as crianças.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na versão 2 constam os documentos exigidos pela Resolução CNS n. 466/12.

O TCLE atende às exigências da Resolução, visto que esclarece os objetivos e os procedimentos da pesquisa, garantindo o sigilo e assegurando a privacidade dos sujeitos. O projeto possui folha de rosto, Termo de Anuência expedido pela própria instituição anuente, ou seja, pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Roraima, em seu papel timbrado e com a assinatura do maior gestor.

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.189.623

Recomendações:

Nada a declarar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO por atender as seguintes recomendações:

- No item RISCOS - esclareceu a forma pretende amenizar esses possíveis desconfortos;
- O cronograma projeto brochura e formulário da Plataforma Brasil apresentam as etapas com os mesmos prazos;
- Apresenta termo de anuência da Instituição onde parte da pesquisa será realizada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2133659.pdf	01/07/2023 17:32:42		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	imagemtermoanuencia.pdf	01/07/2023 17:31:42	DANIELE PELAES DAMASCENO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoandamentoDanielePelaes.pdf	08/05/2023 16:21:39	DANIELE PELAES DAMASCENO MADURO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termospesquisa.pdf	08/05/2023 16:21:14	DANIELE PELAES DAMASCENO MADURO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoAssinado.pdf	08/05/2023 16:20:58	DANIELE PELAES DAMASCENO MADURO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 6.189.623

MACAPA, 18 de Julho de 2023

Assinado por:
Cecilia Maria Chaves Brito Bastos
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

APÊNDICE II – TERMO DE ANUÊNCIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES

Certificamos por meio deste, que a presente instituição concorda com a realização do projeto de pesquisa intitulado "Violência Sexual na Infância: Práticas Pedagógicas com Crianças", sob a responsabilidade das pesquisadoras: Mestranda Daniele Pelaes Damasceno e Professora Doutora Angela Ubaiara Brito, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá.

Macapá, ____ de ____ de
2023

Assinatura do Responsável

APÊNDICE III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CLE) AOS
PAIS OU RESPONSÁVEIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES

Seu filho ou filha está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Violência Sexual na Infância: Práticas Pedagógicas com Crianças", cuja pesquisadora responsável é Daniele Pelaes Damasceno, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá, sob orientação da Professora Doutora Ângela do Céu Ubaiara Brito.

O objetivo central desta pesquisa é compreender o desenvolvimento de práticas pedagógicas com foco na violência sexual na infância, a fim de que as crianças possam compreender os conceitos, informações, formação e ações de proteção para garantir os direitos das crianças.

A participação do seu filho ou filha consistirá na observação de suas produções durante as práticas. Para isso, solicita-se sua permissão para que ele ou ela possa participar da pesquisa e permitir que sejam feitos registros através de anotações, fotografias e coleta de suas produções.

Esta pesquisa oferece riscos mínimos ao seu filho ou filha, uma vez que as práticas de ensino serão conduzidas pela professora da turma, que já tem contato constante com as crianças. Além disso, prezamos pelo aspecto lúdico e educacional, respeitando o ritmo e interesse da turma. No entanto, por se tratar de uma pesquisa que aborda temas como o corpo, o toque, a violência e o segredo, é possível que haja estranhamento inicial diante do tema e constrangimento ao registrar em fotografia as suas produções.

Os benefícios desta pesquisa estão fundamentados nos direitos à integridade e ao respeito que as suas crianças têm. Destacamos a importância do ensino para prevenção primária, com práticas pedagógicas lúdicas, interessantes e adequadas para abordagens sobre a temática com as crianças, a fim de torná-las aptas a entender seu empoderamento diante de casos criminosos.

Esta pesquisa possui finalidade científica e as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, seguindo as diretrizes éticas da pesquisa e garantindo o sigilo e a privacidade do seu filho ou filha. Você terá o direito e a liberdade de negar a participação dele ou dela nesta pesquisa ou retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso traga prejuízo ou penalidade em relação ao atendimento nesta instituição. Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: Endereço da instituição na qual estou vinculada: (96) 99192-6678, E-mail: danniplslm.dp@gmail.com (da Mestranda) e (96) 98109-8335, E-mail: angela.brito@ueap.edu.br (Orientadora Prof^a Dr^a Angela Ubaiara Brito) vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá.

(Uma via ficará com o responsável do aluno e outra ficará com a pesquisadora)

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Concordo com a participação do meu/minha filho/a na pesquisa intitulada "Violência Sexual na Infância: Práticas Pedagógicas com Crianças". Confirmando ter sido informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e ter recebido todas as informações necessárias, tendo minhas dúvidas esclarecidas. Fui assegurado o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem penalidades. Entendo que não receberei qualquer pagamento pela participação do meu/minha filho/a.

Assinatura do Responsável da Criança

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) A
PROFESSORA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Violência Sexual na Infância: Prática Pedagógica com Crianças”, cuja responsável é a pesquisadora Daniele Pelaes Damasceno, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá, sob orientação da Professora Doutora Ângela do Céu Ubaiara Brito.

O objetivo desta pesquisa é compreender o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas como docente ao trabalhar com a temática da violência sexual na infância, a fim de que as crianças possam compreender os conceitos, informações, formação e ações de proteção para garantir os direitos das crianças.

Solicitamos sua autorização para observar suas práticas em sala de aula, anotar e registrar dados para a presente pesquisa. Os riscos de sua participação nesta pesquisa são que você pode se sentir incomodado(a) com a presença da pesquisadora em sala, que como observadora estará anotando e fotografando momentos das práticas pedagógicas e pode se sentir emocionalmente abalado(a) ao discutir a violência contra crianças. No entanto, destacamos que você tem o direito de solicitar a retirada da pesquisadora da turma caso sinta desconforto, juntamente com o direito de recusar, retirar seu consentimento a qualquer momento, sem sofrer prejuízo ou penalidade nesta instituição.

Os benefícios desta pesquisa incluem o trabalho em prol da promoção dos direitos das crianças e a importância do ensino para prevenção primária, com práticas pedagógicas lúdicas, interessantes e adequadas para abordar a temática com as crianças. Seu trabalho docente é essencial para tais questões e para a presente investigação.

Informamos que todo o material coletado será usado estritamente para a composição do trabalho de dissertação, mantendo-se o sigilo ético e não revelando seu nome. A participação no estudo não acarretará custos para você e não haverá compensação financeira adicional. Os dados obtidos serão utilizados unicamente para fins científicos e divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, assegurando assim sua privacidade.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone:

(96) 99192-6678, E-mail: danniplslm.dp@gmail.com (da Mestranda) e (96) 98109-8335, E-mail: angela.brito@ueap.edu.br (Orientadora Prof^ª Dr^ª Angela Ubaiara Brito) vinculadas ao Programa de Pós- Graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá.

(Uma via ficará com o responsável do aluno e outra ficará com a pesquisadora)

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Concordo em participar da pesquisa intitulada “Violência Sexual na Infância: Prática Pedagógica com Crianças”. Confirmando ter sido informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e ter recebido todas as informações necessárias, tendo minhas dúvidas esclarecidas. Fui assegurada do direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem penalidades. Entendo que não receberei qualquer pagamento pela participação nesta pesquisa.

Assinatura da Docente

Assinatura da pesquisadora



APÊNDICE V – TERMO DE ASSENTIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LINHA: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES

Você foi convidado(a) a participar da pesquisa intitulada "Violência Sexual na Infância: Práticas Pedagógicas com Crianças", sob a responsabilidade da pesquisadora Daniele Pelaes Damasceno, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá, sob a orientação da Professora Doutora Ângela do Céu Ubaiara Brito.

O objetivo central desta pesquisa é compreender o desenvolvimento de práticas pedagógicas com foco na violência sexual na infância, a fim de que você (criança) possa compreender os conceitos, informações, formação e ações de proteção para garantir seus direitos.

Sua participação incluirá suas falas, produções e interações durante as atividades educativas. Seus pais deram permissão para sua participação, mas gostaríamos de saber se você também gostaria de participar e se permite que sejam feitos registros. Você tem o direito de se recusar a participar dessa pesquisa.

Vou utilizar dispositivos como câmeras, gravadores de áudio e fotografia, então pode haver riscos de constrangimento ou desconforto durante as gravações de vídeo, áudio, fotografia e observação. Os benefícios desta pesquisa incluem a compreensão dos seus direitos como criança através de práticas divertidas e interessantes para formação e informação sobre o tema da pesquisa.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa e você pode escolher um nome fictício para aparecer nos resultados. Todas as informações coletadas serão usadas apenas para fins científicos e sua privacidade e sigilo serão mantidos.

Qualquer dúvida, estarei aqui para explicar e esclarecer: Telefone: (96) 99192-6678, E-mail: danniplslm.dp@gmail.com (da Mestranda) e (96) 98109-8335, E-mail: angela.brito@ueap.edu.br (Orientadora Prof^a Dr^a Angela Ubaiara Brito) vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá.

(Uma via ficará com o responsável do aluno e outra ficará com a pesquisadora)

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Concordo em participar da pesquisa intitulada "Violência Sexual na Infância: Prática Pedagógica com Crianças". Confirmando ter sido informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e ter recebido todas as informações necessárias, tendo minhas dúvidas esclarecidas. Fui assegurada (o) do direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem penalidades. Entendo que não receberei qualquer pagamento pela participação nesta pesquisa.

Assinatura da Criança

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE VI- PLANOS DE AULA DAS PRÁTICAS DA PROFESSORA

Plano de Aula Prática 1

Tema: Literatura Infantil: Pipo e Fifi

Objetivo: Promover o entendimento sobre o respeito ao corpo, identificação de situações de risco e diferenciação entre toques abusivos e afetivos.

Competências: Nomear e reconhecer partes do corpo, inclusive as íntimas. Identificar situações de risco.

Compreender o respeito ao corpo, diferenciando toques abusivos e afetivos.

Atividades:

Atividade 1: Caixa Surpresa dos Toques e a Plaquinha (Toque do Sim ou do Não)

Objetivo: Identificar e diferenciar toques que são aceitáveis e aqueles que não são.

Descrição: Cada criança terá uma caixa com objetos dentro. Elas devem tirar um objeto por vez e indicar se é um toque que gostariam de receber (toque do sim) ou não (toque do não). Podem também criar plaquinhas coloridas (verde para sim, vermelho para não) para facilitar a identificação.

Atividade 2 (Matemática): Quantificação, Contagem e Agrupamento

Objetivo: Praticar habilidades matemáticas enquanto relacionam com o conteúdo do livro.

Material: Cuecas e calcinhas coloridas para contar e agrupar. Quadro grande ou atividade individual para fazer comparações.

Atividade 3: Recriar Monstrinhos e Frases/Orientações de Autocuidado e Prevenção

Objetivo: Estimular a criatividade e reforçar mensagens de autocuidado.

Descrição: As crianças criarão seus próprios monstrinhos, podendo desenhar Junto com seus monstrinhos de autocuidado e prevenção.

Atividade 4: Reforço com Jogo Lúdico - Trilha da Proteção

Objetivo: Reforçar os conceitos abordados de forma lúdica e interativa.

Descrição: Criar uma trilha com espaços que representam situações de toque abusivo e toque afetivo. As crianças devem percorrer a trilha, respondendo perguntas ou executando ações relacionadas aos temas conforme avançam.

Recursos:

Livro "Pipo e Fifi" ou trechos para leitura.

Caixas surpresa com figuras do livro.

Tabuleiro e peças para o jogo da Trilha da Proteção.

Avaliação geral da prática:

Observação durante as atividades para verificar o entendimento dos conceitos.

Participação ativa e interesse das crianças nas discussões e atividades.

Avaliação das respostas durante as atividades práticas.

Plano de Aula Prática

Prática 2: Livro "Não me toca, seu boboca!"

Disciplina: Língua Portuguesa

Conteúdo: Gênero Literário Narrativo

A história retrata uma realidade ficcional e um contexto lógico.

Competências

Exercitar a leitura, escrita e imaginação na literatura.

Criar e desenvolver atividades práticas de conscientização.

Sensibilizar-se para questões relacionais na interação entre crianças, adolescentes e adultos.

Aprender a preservar o corpo e a se proteger de atitudes estranhas ou ameaçadoras.

Compreender situações de risco.

Atividade 1: Contação de História do Livro "Não me toca, seu boboca!"

Foco: Interação e respostas dos alunos.

Descrição: Realizar uma contação de história do livro "Não me toca, seu boboca!" em uma roda de conversa. Encorajar os alunos a expressarem seus pensamentos e sentimentos sobre a história.

Atividade 2: Dinâmica Semáforo do Toque

Foco: Reflexão sobre tipos de toques e suas percepções.

Descrição: Utilizando um semáforo (vermelho, amarelo, verde), os alunos deverão associar cada cor a um tipo de toque:

Vermelho: Toque que não gostam e que os fazem se sentir desconfortáveis.

Amarelo: Toque que aceitam em algumas situações, mas com limitações.

Verde: Toque que gostam e que os fazem se sentir bem.

Os alunos poderão compartilhar exemplos de cada tipo de toque.

Atividade 3: Interdisciplinar - Alfabetização: Montagem Silábica

Objetivo: Praticar a montagem de palavras com base nas imagens e sílabas.

Descrição: Os alunos terão imagens correspondentes a cada palavra e deverão montar as palavras utilizando as sílabas disponíveis.

Essa atividade promove não apenas a prática da formação de palavras, mas também reforça vocabulário relacionado ao livro.

Recursos: Livro "Não me toca, seu boboca!"; Cartões com sílabas correspondentes às palavras; Material para escrever e desenhar (lápis, papel, etc.)

Avaliação:

Observação da participação e interesse dos alunos durante a contação de história e as discussões.

Verificação da compreensão dos tipos de toque através da dinâmica do Semáforo do Toque.

Avaliação da capacidade dos alunos de montarem corretamente as palavras durante a atividade de montagem silábica.

Plano de Aula Prática

Prática 3: Meu Corpinho é Só Meu (Nogueira, 2019)

Descrição do Livro:

O livro relata a história da pequena Maria, uma menina que estava descobrindo sobre seu corpinho. Maria aprende e ensina as crianças leitoras que nosso corpo é especial, deve ser zelado e respeitado, e ninguém pode tocá-lo para nos deixar tristes e envergonhados.

Competências: Reconhecimento pessoal e coletivo.

Reforço da importância do respeito ao corpo.

Atividade 1: Desenho - "Esse Sou Eu" (Pessoa de Direitos)

Objetivo: Estimular a reflexão sobre o corpo e os direitos individuais.

Descrição: Cada criança fará um desenho de si mesma, destacando partes do corpo e pensando sobre seus direitos. Podem ser utilizadas frases como "Meu corpo, minhas regras" ou "Eu tenho direito a...", incentivando a expressão dos direitos pessoais.

Atividade 2: Semáforo do Toque com Bonecos

Objetivo: Reforçar os ensinamentos sobre cuidados com o corpo e prevenção do abuso sexual.

Descrição: Utilizando bonecos ou figuras representativas, a dinâmica do Semáforo do Toque será explicada:

Verde: É permitido tocar/ Amarelo: Atenção! Cuidado! Vermelho: Pare! Não toque!

As crianças irão interagir com os bonecos, movendo-os de acordo com as cores do semáforo enquanto discutem e brincam na roda de conversa.

Podem ser introduzidas situações hipotéticas para que as crianças decidam qual cor do semáforo se aplica a cada situação.

Recursos gerais:

Livro "Meu Corpinho é Só Meu" (Nogueira, 2019)

Papéis e lápis de cor para atividade de desenho

Bonecos ou figuras representativas (pode ser bonecos de pano, de plástico, ou desenhos)

Cartões ou placas com as cores do semáforo (verde, amarelo, vermelho)

Espaço adequado para a roda de conversa e interação com os bonecos

Avaliação:

Observação da participação e envolvimento das crianças durante as atividades.

Verificação da compreensão dos conceitos através das respostas e interações durante a dinâmica do Semáforo do Toque.

Feedback ao final da aula para reforçar os conceitos e esclarecer dúvidas.